



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Mensagem nº 90, de 2011-CN
(Nº 378, de 2011, na origem)

*Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período
2008/2011, ano base 2010.*

VOLUME II/II

ANO LXVI – SUP. B AO Nº 153 – SEXTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

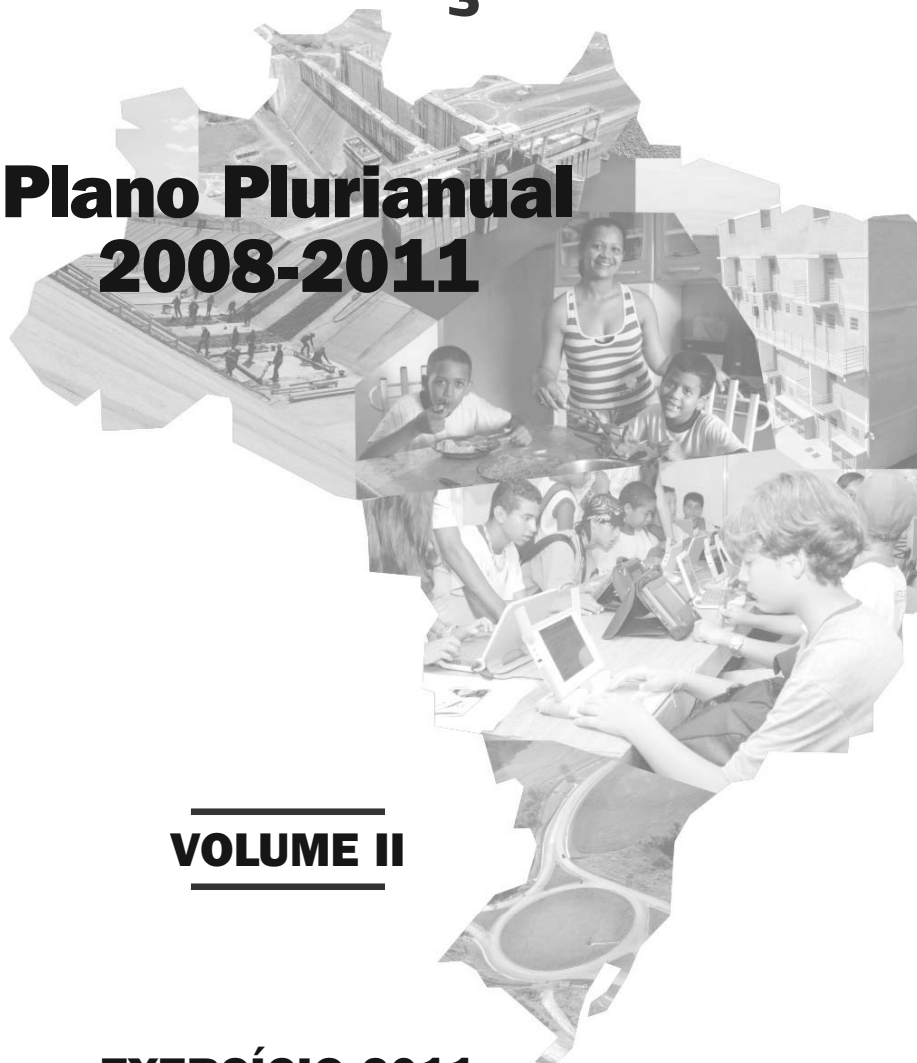
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

Plano Plurianual 2008-2011

VOLUME II

EXERCÍCIO 2011
ANO BASE 2010



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**Presidenta da República**

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Ministra de Estado da Cultura

Ana Maria Buarque de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Roberto Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Aloizio Mercadante Oliva

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Mônica Teixeira

Ministro de Estado do Esporte

Orlando Silva Junior

Ministro de Estado do Turismo

Pedro Novais Lima

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Afonso Bandeira Florence

Ministro de Estado das Cidades

Mário Negromonte

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira

Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República

Gilberto Carvalho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Ideli Salvatti

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Helena Chagas

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Wellington Moreira Franco

Advogado-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Irliny Lopes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Maria do Rosário Nunes

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos

José Leônidas Cristino

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Wagner Bittencourt de Oliveira

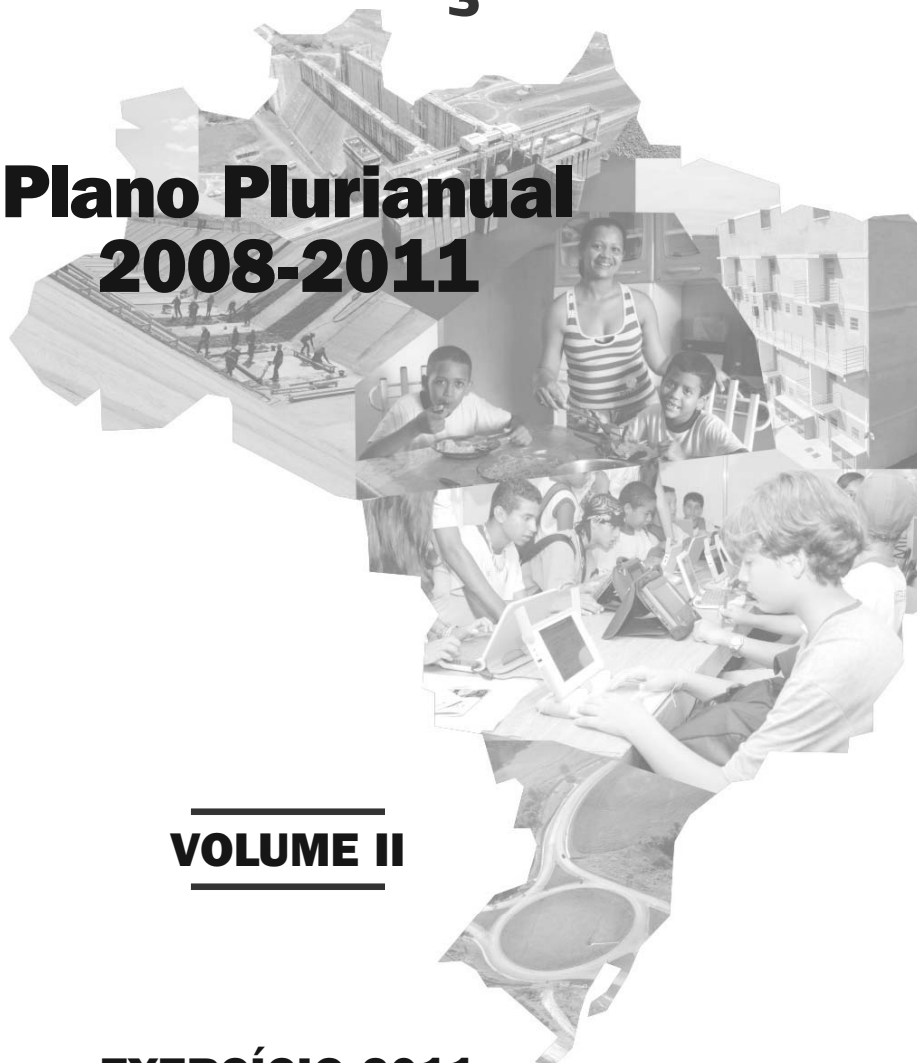
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

Plano Plurianual 2008-2011

VOLUME II

EXERCÍCIO 2011
ANO BASE 2010



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2011, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica DIBIB/CODIN/SPOA

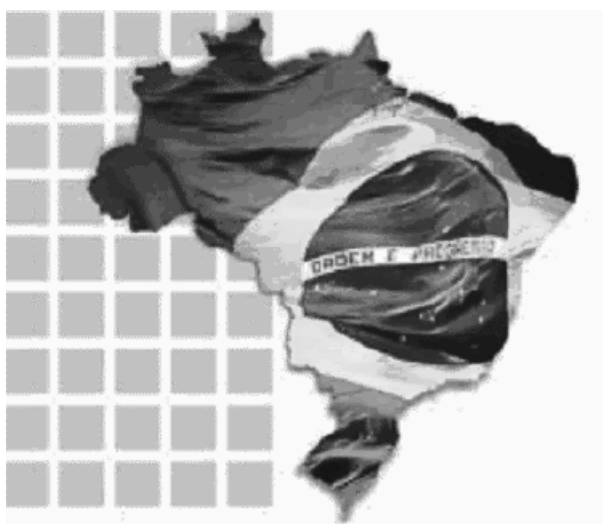
Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório de avaliação : plano plurianual 2008-2011 : exercício 2011 : ano base 2010 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. - Brasília : MP/SPI, 2011.
2 v.

Conteúdo: volume 2.

1. Planejamento governamental. 2. Programas : avaliação dos indicadores e probabilidades. I. Título

CDU 338.26"2008-2011"(047)



(Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Artigo 19º, incisos III e IV)

Volumell

Em atendimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e suas alterações, o Volume II contempla:

- a) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2010 e dos índices finais previstos; e
 - b) avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.
-

Programa	0352 Abastecimento Agroalimentar	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			
Objetivo	Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira						
Público-alvo	Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Margem de Disponibilidade de Algodão em Planta (porcentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	15,00	12/2010	16,00	59,00	Média O Crescimento da economia, do emprego e da massa salarial em curso no país está levando a um maior consumo da matéria-prima por parte das indústrias de fiação. A percepção dos agentes de mercado é de que a indústria têxtil possa consumir 1.065,6 mil t, o que em termos % representa um acréscimo de ordem de 5%, em relação ao consumo de 2010 (1.014,9 mil t). Diante da iminente escassez do produto no mercado interno, o governo recorreu às importações de até 250 mil t, que, adicionado ao volume produzido internamente, estimado em 1.950,2 mil toneladas, poderá ser suficiente para atender a demanda total (consumo das indústrias mais exportações). Está previsto um expressivo crescimento da área plantada de algodão na safra 2010/2011, de 1.304,7 mil ha, superior em 56% à cultivada na safra 2009/2010, motivado pela alta de preços provocada pela forte redução dos estoques mundiais, o que torna promissor o atingimento em torno de 59% de margem de disponibilidade do produto no final de 2011.
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca (porcentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	9,00	12/2010	11,00	6,00	Alta
Margem de Disponibilidade de Milho (porcentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	31/12/2003	17,00	12/2010	24,00	18,00	Alta
Margem de Disponibilidade de Trigo (porcentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	28/2/2004	3,00	12/2010	24,00	3,00	Alta
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (unidade)	CONAB	30/12/2006	11.006,00	12/2010	8.104,00	17.084,00	Média Conab contabiliza somente os adquirentes/arrematantes (produtores rurais e cooperativas) que efetivamente comprovaram a operação no ano de 2010, tanto na Formação de Estoques (AGF e Contratos de Opção de Venda) como na garantia e Sustentação de Preços (PEP e PEPRO). No caso das cooperativas, é grande o número de produtores associados e beneficiados, o que dificulta o controle de quantitativo de atendimento. Além disso, são variados os prazos de comprovação dos diversos instrumentos de apoio à comercialização, como é o caso do PEPRO, que tem o prazo de oito a doze meses após a realização do leilão.
Produção Nacional de Grãos (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/4/2004	123,20	12/2010	149,00	150,00	Alta



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0352 Abastecimento Agroalimentar				Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Objetivo	Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira						
Público-alvo	Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB e Banco do Brasil	31/12/2006	3.133.029,00	12/2010	3.402.849,23	4.271.152,00	-
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB	1/8/2007	11.301.553,00	12/2010	55.839.414,24	16.639.331,00	-

Programa	1049 Acesso à Alimentação	Órgão Responsável					55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Objetivo	Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana							
Público-alvo	Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Agricultores Familiares Beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (unidade)	SESAN/MDS	31/12/2006	118.140,00	12/2010	145.026,00	167.580,00	Alta	-
Número de Bancos de Alimentos Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	SESAN/MDS	31/8/2007	34,00	12/2010	67,00	123,00	Baixa	1- Suplementação orçamentária para correção/atualização/adequação de custos de projeto, obras e equipamentos. 2- Recursos Humanos.
Número de Cisternas Construídas (-)	SESAN/MDS	21/2009	39.465,00	12/2010	35.775,00	45.036,00	Alta	-
Número de Cisternas Comunitárias Instaladas com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS/SESAN	31/8/2007	283,00	12/2010	407,00	500,00	Baixa	1- Suplementação orçamentária para correção/atualização/adequação de custos de obras e equipamentos. 2- Recursos Humanos.
Número de Pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional Beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (unidade)	MDS/SESAN	31/12/2006	10.795.470,00	12/2010	18.800.000,00	13.909.150,00	Alta	-
Número de Restaurantes Populares Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS	31/8/2007	27,00	12/2010	89,00	183,00	Baixa	1- Suplementação orçamentária para correção/atualização/adequação de custos de projeto, obras e equipamentos. 2- Recursos Humanos.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0770 Administração Tributária e Aduaneira				Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)	
Objetivo	Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação							
Público-alvo	Governo Federal							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil (porcentagem)	MP/SPS e Copat/SRE/MF	31/12/2006	110,00	01/2011	106,02	109,00	Baixa	Essa Secretaria da Receita Federal do Brasil vem desenvolvendo iniciativas de fiscalização, de cobrança de créditos tributários e, em especial, de implantação de instrumentos de gestão, que devem resultar em valores expressivos para a arrecadação federal, o que poderá aproximar os resultados dos índices previstos para 2011.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011 Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008		Exercício 2011 - Ano base 2010 Volume II	
Programa	1102 Agenda 21	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	<i>Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais para estabelecer as prioridades a serem executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva de constituição de sociedades sustentáveis</i>		
Público-alvo	<i>Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local</i>		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0351 Agricultura Familiar - PRONAF		Órgão Responsável		49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)		
Objetivo		Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores						
Público-alvo		Agricultores familiares						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento aos Beneficiários da Pronaf Assentados da Reforma Agrária (porcentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	50,55	12/2010	63,16	85,00	Muito Boa	
A aplicação deste crédito depende diretamente da implantação de consolidação de assentamentos por parte do Itacra, uma vez que o crédito Pronaf para o grupo A é o crédito produtivo concedido aos assentados da Reforma Agrária, após a implantação do assentamento e concessão dos créditos iniciais de instalação. Desta forma, em função da dificuldade de avanço nestes passos iniciais, entendemos que não será possível atingir o percentual de 85% inicialmente previsto para 2011.								
Taxa de Atendimento aos Beneficiários da Pronaf Linha B (porcentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	17,00	12/2010	55,61	48,00	Alta	
Taxa de Atendimento aos Beneficiários da Pronaf Linha F (porcentagem)	Dados do Banco Central do Brasil - RECOR	1/12/2007	55,80	12/2010	61,01	62,38	Alta	

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011					Exercício 2011 - Ano base 2010	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008					Volume II	
Programa	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais			Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar o acesso ao crédito e aos serviços bancários					
Público-alvo	Clientes, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data		
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais (%)	Bancos Federais	-	-	12/2010	92,43	Média
					93,18	
		Modificar, conforme já proposto na avaliação do programa em 2009 (relativa ao exercício de 2008), o nome do indicador do programa para "Índice de Representatividade das Transações em Canais não Convencionais", com a fixação da meta de 92,43%, para 2011, sob o entendimento de que o aumento das transações em canais não convencionais evidencia a modernização na capacidade de atendimento aos clientes e ampliação de acesso aos serviços bancários. Além do mais, o indicador reflete de forma adequada o grau de automação das instituições financeiras oficiais e capta a importância da expansão da rede para o aumento da base de clientes. Assim, o índice de 92,43% representa meta desafiadora para o Banco da Amazônia, cujo indicador apresentou pequena melhora em relação a 2009, alcançando 49,41%, justificada pelo fato de que os clientes ainda utilizam o caixa para realizar operações de pagamento. Como medida corretiva, o BASA pretende realizar investimentos no montante de R\$ 2,8 milhões.				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira	Órgão Responsável	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)			
Objetivo	Contribuir para a formação de opinião sobre as principais questões e temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da preservação da história diplomática do Brasil						
Público-alvo	Sociedade e meio acadêmico e diplomático						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Casa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior (%)	Fundação Alexandre de Gusmão	Data	Índice	Data	Índice		
		1/6/2007	23,00	01/2011	104,39	5,00	Alta
Embora a expectativa de alcance dos índice previsto para 2011 seja alta, deve ser registrado que para o próximo PPA deverá ser revista a sua fórmula de cálculo, uma vez que mesmo que sejam alcançadas as metas previstas para cada ano, isso não assegura a medição do avanço na divulgação, podendo o resultado final ser 0 ou inferior. Somente se houver a superação de metas em relação ao ano anterior é que se obtém um índice % maior que 0.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde					Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde no Sistema Único de Saúde, assim como promover a desprecatorização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho							
Público-alvo	Gestores federais, estaduais, municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos, entidades representativas dos trabalhadores da saúde e estudantes da área de saúde							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e Educação em Saúde (%)	Pesquisa da Assistência Médico - Sanitária	31/12/2006	22,00	12/2010	60,00	45,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Programa	6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuario					Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Objetivo	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuario							
Público-alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuario							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Custo Médio do Transporte de Grãos (R\$/ton)	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq/Sifreca	30/4/2005	157,38	12/2010	150,00	124,00	Baixa	A articulação interinstitucional destinada a acompanhar o desenvolvimento dos empreendimentos de infraestrutura viária, que têm o condão de reduzir o custo logístico da movimentação de cargas agropecuárias. A inversão do fluxo de movimentação das cargas do agronegócio, com maior volume de produção no centro-norte, ocorrerá mediante a expansão da capacidade operacional do complexo portuário das regiões Norte e Nordeste Itacuitama (AM), Santarém, Vila do Conde e Outeiro (PA), Itaquí (MA), Salvador e Ilhéus (BA). Adicionalmente a conclusão das obras de ampliação e adequação das Rodovias BR-080, BR-158, BR-163, BR-242 e BR-364 e a implementação da malha ferroviária em construção e, ainda, das hidrovias dos rios Tocantins e Madeira e Teles Pires 3 Tapajós, são medidas que proporcionarão a redução do custo de transporte.
Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional (%)	Associação Nacional do Exportadores de Cereais - ANEC	31/3/2005	7,00	06/2010	7,50	8,02	Alta	-
Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	30/4/2005	43,05	12/2010	57,25	59,12	Alta	-

Programa	0661 Aprimoramento da Execução Penal	Órgão Responsável					30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes							
Público-alvo	Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Mulheres em Presídios Femininos (%)	DEPEN	9/7/2007	0,63	-	-	0,71	Alta	-
Percentual de Presos que Trabalham (%)	DEPEN	9/7/2007	0,24	-	-	0,35	Alta	-
Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (unidade)	Departamento Penitenciário Nacional	9/7/2007	0,69	12/2010	0,60	0,81	Muito Baixa	Necessidade de maior aporte de recursos na contratação e consequente geração de vagas, bem como ampliar as ações de fomento à aplicação de medidas alternativas à prisão.

Programa	0256 Aprimoramento dos Serviços Postais				Órgão Responsável				41000	Ministério das Comunicações (MC)	
Objetivo	Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população										
Público-alvo	Sociedade										
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas			
		Data	Índice	Data	Índice						
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento (percentual)	Pesquisa externa (DICO/ECT)	31/10/2005	95,40	12/2010	95,30	100,00	Média	Tendo em vista que a pesquisa é bianual, as medidas corretivas necessárias só poderão ser apuradas em 2012.			
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição (percentual)	Pesquisa Externa (DICO/ECT)	31/10/2005	97,80	12/2010	95,60	100,00	Média	Tendo em vista que a pesquisa é bianual, as medidas corretivas necessárias só poderão ser apuradas em 2012.			
Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal (percentual)	DICO/ECT	31/12/2006	85,40	12/2010	75,48	100,00	Baixa	O índice atingido está menor que o índice inicial em função da reavaliação periódica dos valores que compõem a meta. A meta vem sendo ajustada em função da criação de novos distritos no período que compreende o tempo entre a realização dos censos do IBGE.			
Taxa Populacional com Distribuição Postal (percentual)	DIOPE/ECT	31/7/2002	79,09	12/2010	88,22	89,21	Alta	-			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0499 Áreas Protegidas do Brasil	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes		
Público-alvo	População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação		

Este programa não apresenta indicador.



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1016 Artesanato Brasileiro	Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)			
Objetivo	Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo						
Público-alvo	Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes (número índice)	MDIC	31/8/2007	100,00	-	0,00	Muito Baixa	- Lançamento de nova versão do SICAB, que permitirá a integração do Sistema com bases estaduais de cadastramento do Artesanato. - Firmar Acordo de Cooperação com IPEA para a realização de estudos sobre o setor.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais				Órgão Responsável	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Objetivo	Promover a democratização do acesso à terra						
Público-alvo	Trabalhadores rurais sem-terra						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	143,00	72,34	100,00	Média	Esse indicador deve ser revisito, pois traduz a quantidade de lotes de assentamentos por projeto criado. Determinar que o índice esteja em 100 unidades de produção familiar por imóvel incorporado no PNRA não faz sentido, visto que em um país de dimensões continentais a variação de tamanho dessas unidades e a relação desse tamanho com a área total dos imóveis e, ainda, os dois fatores apontados relacionados ao modo de produção de cada bioma, região ou estado produzem resultados muito desiguais e, portanto, é temerária a aferição considerando um indicador de âmbito nacional.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)				
Objetivo	Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (1/100.000 habitantes)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2006	0,44	01/2011	0,68	0,70	Alta	-
Índice de Consulta por Habitante (Consulta por capita)	MS/SAS - SIA/SUS e IBGE	31/12/2005	2,50	01/2011	2,87	2,90	Alta	-
Índice de Leitos Disponibilizados (1/1.000)	MS/SAS/CNES e IBGE	30/6/2006	2,66	01/2011	2,66	3,00	Alta	-
Índice de Transplantes Realizados no SUS (1/1.000.000)	SAS/MS	31/12/2006	59,60	01/2011	82,36	74,60	Alta	-
Quociente de Internação Hospitalar no SUS (%)	SIH / SIA - MS	30/6/2007	3,43	01/2011	3,11	2,90	Alta	-
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (%)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2005	44,53	01/2011	67,71	75,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)			
Objetivo	Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infraestrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do país						
Público-alvo	Sociedade Brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação (porcentagem)	Estado Maior do Exército	1/1/2006	100,00	12/2010	24,00	50,00	Muito Baixa
							Exclusão do indicador, por não estar alinhado à disponibilidade orçamentária e depender de capacidade de contratação de estados e municípios e não de execução de obras por parte dos Batalhões de Engenharia do Exército.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos					Órgão Responsável		36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos								
Público-alvo	Sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atinger o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizado pelo SUS (porcentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)	31/12/2006	85,00	-	-	95,00	Muito Baixa	Estes indicadores foram excluídos na fase qualitativa do PPA, abril de 2010.	
Taxa de Esquemas Terapêuticos para Tratamento da Tuberculose Disponibilizado pelo SUS (porcentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF).	31/12/2006	90,00	-	-	95,00	Muito Baixa	Estes indicadores foram excluídos na fase qualitativa do PPA, abril de 2010.	

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011						Exercício 2011 - Ano base 2010			Volume II			
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008												
Programa	0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita					Órgão Responsável		30000			Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça											
Público-alvo	Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita, e que não tem condições econômicas de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família											
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas				
		Data	Índice	Data	Índice							
Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita (unidade)	DPUMJ	1/1/2007	98.970,00	12/2010	378.176,00	140.000,00	Alta	-				
Custo por pessoa assistida (unidade)	DPGU	-	0,00	12/2010	413,00	0,00	Alta	-				
Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão (unidade)	Defensoria Pública da União/MJ	31/8/2007	227.000,00	12/2010	1.000.204,00	500.000,00	Alta	-				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar				Órgão Responsável		49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Objetivo	Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais							
Público-alvo	Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Agentes de Ater Formados (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATERSAF	31/12/2006	20,00	12/2010	89,09	80,00	Alta	-
Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATERSAF	31/12/2006	37,00	12/2010	13,23	51,00	Média	Há necessidade de ampliar o orçamento no ano de 2011, por meio de suplementação.
Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATERSAF	31/12/2006	33,33	12/2010	35,36	61,00	Média	Será necessário focar as Chamadas Públicas de Ater para contratação dos serviços de Ater voltadas para o crédito investimento. Será necessário também suplementação orçamentária na ação de Ater.

Programa	1214 Atenção Básica em Saúde	Órgão Responsável					36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	41,20	12/2010	0,00	66,00	Muito Baixa	Adequação das bases populacionais das duas equipes SF e SB e ao mesmo tempo sensibilizar os gestores municipais e estaduais, para a nova forma de cálculo desse índice a ser utilizado a partir de 2011.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	47,10	12/2010	52,20	70,00	Média	O Ministério da Saúde vem apontando nos últimos anos a necessidade de priorização de novos recursos para a Atenção Básica, por meio do aumento dos valores dos incentivos bem como e de novas formas de financiamento, buscando a fixação dos profissionais para nas Equipes de Saúde Família, aumentando assim a possibilidade do alcance da meta.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com mais de 100.000 Habitantes (percentagem)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	36,30	12/2010	35,10	52,00	Média	A segunda fase do Proef iniciou no segundo semestre de 2010, desenvolvido para de contribuir para a implantação e consolidação da Estratégia da Saúde da Família nos municípios que possuem mais de 100 mil habitantes e incentivar a melhoria da qualidade dos processos de trabalho e do desempenho dos serviços de saúde no país, irá contribuir para o incremento dessa meta para o próximo ano.
Taxa de cobertura do auxílio-reabilitação psicossocial do Programa "De Volta Pra Casa" (%)	DATASUS / Coordenação de Saúde Mental	31/12/2006	21,00	12/2010	40,68	86,00	Média	São necessários mais investimentos na organização da rede de saúde mental extra-hospitalar de serviços abertos como CAPS , residências terapêuticas com interface aos dispositivos intersetoriais e com vínculos à ação social, trabalho, emprego e cultura.

Programa			0282. Atuação Internacional na Área de Petróleo			Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural								
Público-alvo		Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados								
Indicador (unidade de medida)		Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto		
				Data	Índice	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Previsto	
Capacidade de Refino Instalada no Exterior (mil barris por dia)		Petrobras S/A		31/12/2003	129,00	12/2010	281,00	533,79	Alta	
A capacidade de refino de 533,79 mil barris por dia, reflete a meta originalmente estabelecida no PPA 2008-2011, quando à época, fazia sentido o estabelecimento deste nível de capacidade no posicionamento estratégico do Programa 0282. No entanto, as alterações ocorridas no ambiente de negócios no qual o Programa está inserido, não permitem mais que este nível de meta seja sustentável ao cumprimento dos objetivos propostos. Assim, a medida corretiva tomada foi rever o posicionamento estratégico e o plano de investimentos do Programa, em seus ciclos anuais de revisões de planejamento, de forma a rediscuti-los e estabelecer nova meta a ser atingida. Sendo assim, a meta para 2011 de capacidade de Refino atualmente aprovada pelo mais recente plano de investimentos é de 230,19 mil bpd, que leva em consideração o reposicionamento em determinados ativos atualmente existentes, de forma a otimizar a eficiência na gestão dos recursos do programa. A probabilidade de alcance da meta é alta.										
Produção média de gás natural no exterior (milhões de m3/dia)		Petrobras S/A		31/12/2003	14,44	12/2010	16,00	19,79	Alta	
A produção média de gás de 19,79 milhões m3 por dia, reflete a meta originalmente estabelecida no PPA 2008-2011. Entretanto, as mudanças ocorridas no ambiente de negócios no qual o Programa atua, não mais permitem que o alcance desta meta no prazo proposto pelo PPA original, fosse benéfico aos objetivos do Programa. Assim, a medida corretiva tomada foi a rediscussão dos riscos e oportunidades vinculados a esta meta e consequente revisão do plano de investimentos, garantindo uma alocação de recursos mais eficiente, sem perder de vista o objetivo do Programa. A meta para 2011 de produção de Gás Natural atualmente aprovada pelo mais recente plano de investimentos é de 16,22 milhões de m3/dia, a qual já foi alcançada ao final do ano 2010, com os resultados da Argentina e Bolívia. Em razão destes resultados, tal meta será revista na revisão do novo plano de investimentos do programa, tendo em vista os objetivos estratégicos a serem atingidos.										

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo					Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petróleos no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural								
Público-alvo	Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S.A.	31/12/2003	160,90	12/2010	151,10	179,40	Alta	A produção média de óleo e LGN de 179,40 mil barris por dia, reflete a meta original estabelecida na PPA 2008-2011. Entretanto, mudanças ocorridas no ambiente de negócios no qual o Programa atua, não mais permitem que o alcance desta meta no prazo proposto por este PPA, fosse benéfico ou mesmo possível aos objetivos do Programa. Assim, houve uma rediscussão dos riscos e oportunidades vinculados a esta meta e consequente revisão do plano de investimentos, em seus ciclos anuais de planejamento, surgindo um plano orientado para a diminuição da dependência das atividades do Programa, das variáveis de mercado que poderiam prejudicar a rentabilidade dos recursos, visando maior segurança na sua alocação. A meta para 2011 deste indicador atualmente aprovada pelo mais recente plano de investimentos é de 146,62 mil bpd, a qual já foi superada ao final do ano 2010, com as produções de Nigéria e Argentina. Assim, tal meta será revista, tendo em vista os objetivos estratégicos a serem atingidos.	



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	Órgão Responsável	01000 Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados)
Objetivo	<i>Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros</i>		
Público-alvo	<i>Sociedade</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0551 Atuação Legislativa do Senado Federal	Órgão Responsável	02000 Senado Federal (Senado Federal)
Objetivo	<i>Representar a federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do poder público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais</i>		
Público-alvo	<i>Unidades da Federação e sociedade</i>		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos		Órgão Responsável		26000 Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo		Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos					
Público-alvo		Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2010 Data	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	23,40 24/9/2005	-	15,72	Média	Fortalecer a organização da política de Educação de Jovens e Adultos, como resposta à queda na cobertura das matrículas na modalidade em relação ao público potencial e ao atendimento em turmas de alfabetização;	
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	3,70 24/9/2005	-	2,09	Alta		
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	11,05 24/9/2005	-	6,19	Baixa	Ampliar a escala de atendimento de turmas de alfabetização e de continuidade de estudos, garantindo um atendimento acima dos 2 milhões de alfabetizandos no ciclo 2011; melhorar o monitoramento da execução do Programa e melhorar a qualidade da formação no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado com vista a aumentar a efetividade do programa; organizar a política de Educação de Jovens e Adultos para as matrículas nesta modalidade;	
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	25,00 24/9/2005	-	14,00	Baixa	Formulação de uma agenda nacional a partir de diagnóstico da situação de Alfabetização e EJA, das recomendações e dos desafios de cada território, de acordo com os Planos Estratégicos para execução da EJA; da articulação dos parceiros por meio da realização de novas oficinas de trabalho sobre as ações articuladas; e da ênfase da questão da alfabetização e escolarização no campo.	
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	21,90 24/9/2005	-	12,28	Baixa	Formulação de uma agenda nacional a partir de diagnóstico da situação de Alfabetização e EJA, das recomendações e dos desafios de cada território, de acordo com os Planos Estratégicos para execução da EJA; formação de comissões estaduais para o fomento da articulação dos parceiros por meio da realização de novas oficinas de trabalho sobre as ações articuladas; dar ênfase à questão da alfabetização e escolarização nos Estados do Nordeste.	

Programa	1045 Brasil com Todo Gás				Órgão Responsável			32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte								
Público-alvo	Consumidores de gás natural								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto		Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice				
Capacidade da rede de dutos para o transporte de gás natural (milhão de m³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	7.870,00	12/2010	60,00	-	-		Sem comentários.
Extensão da malha de gasodutos da Petrobras (km)	Petrobras Transporte S.A.	31/12/2007	6.511,00	12/2010	9.719,00	9.621,00	Alta		-
Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil (milhões de m³/dia)	Petrobras - Unidade de Gás Natural	31/12/2002	23,80	12/2010	49,50	-	-		Sem comentários.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1061 Brasil Escolarizado		Órgão Responsável		26000 Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo		Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência					
Público-alvo		Crianças, adolescentes e jovens					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	13,00	-	54,40	Baixa	Aguardando aferição do índice pela fonte de divulgação.
Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	80,70	-	91,90	Alta	-
Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	62,90	-	87,50	Média	Aguardando aferição do índice pela fonte de divulgação.
Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	94,40	-	97,50	Alta	Aguardando aferição do índice pela fonte de divulgação.
Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	45,30	-	52,80	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011										Exercício 2011 - Ano base 2010	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008										Volume II	
Programa		0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão						Órgão Responsável		51000 Ministério do Esporte (ME)	
Objetivo		Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior									
Público-alvo		Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento									
Indicador (unidade de medida)		Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
				Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Rendimento Esportivo Mundial (percentual)		Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento		31/12/2007	44,82	-	-	60,00	Muito Baixa	Elaboração de novos indicadores que sejam representativos quanto ao resultado do programa e que sejam mensuráveis e padronizados a situação do esporte de alto rendimento.	



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0167 Brasil Patrimônio Cultural			Órgão Responsável		42000	Ministério da Cultura (MinC)	
Objetivo	Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro							
Público-alvo	Sociedade Brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (porcentagem %)	IPHAN/MinC	31/12/2006	70,66	01/2011	82,10	0,00	Média	É preciso ocorrer um maior equilíbrio entre as diversas ações que compõem o IPPM. No ano de 2010 a fiscalização teve um peso muito grande no resultado do índice, enquanto as demais ações analisadas ficaram abaixo do esperado.
Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial (unidade)	IPHAN	31/12/2006	7,00	01/2011	4,00	0,00	Muito Baixa	Reavaliar o número de Registros que deverão ocorrer por ano, afinal os processos de Registro, por vezes, ultrapassam temporalmente o período de 1 ano e o início do processo de registro não garante que ao final o objeto em estudo será registrado.

É preciso ocorrer um maior equilíbrio entre as diversas ações que compõem o IPPM. No ano de 2010 a fiscalização teve um peso muito grande no resultado do índice, enquanto as demais ações analisadas ficaram abaixo do esperado.

Reavaliar o número de Registros que deverão ocorrer por ano, afinal os processos de Registro, por vezes, ultrapassam temporariamente o período de 1 ano e o início do processo de registro não garante que ao final o objeto em estudo será registrado.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	1336 Brasil Quilombola	Órgão Responsável		20126	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)			
Objetivo	Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas							
Público-alvo	População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número índice de evolução da certificação de comunidades remanescentes de quilombos (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	12/2010	228,28	130,00	Alta	-
Número índice de evolução da publicação de portarias de reconhecimento de territórios quilombolas (número índice)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	31/12/2008	100,00	12/2010	0,69	160,00	Muito Baixa	Ampliar e estruturar o quadro de pessoal do órgão responsável pela condução das etapas que compõem o processo de titulação, considerando que uma delas é a publicação de portarias de reconhecimento de territórios quilombolas, para a qual é necessária a elaboração e publicação dos relatórios técnicos de identificação e delimitação, para cujo trâmite não existe prazo estabelecido.
Número índice de evolução da titulação de territórios quilombolas (número índice)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	12/2010	44,40	117,00	Baixa	Ampliar e estruturar o quadro de pessoal do órgão responsável pela execução dessa ação, bem como rever a legislação pertinente a essa temática, pois o processo de titulação de terras quilombolas compõe-se de várias etapas, todas passíveis de recurso.
Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável (percentual)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	15,52	12/2010	0,98	10,00	Muito Baixa	Destinar recursos para ações de investimento aos órgãos responsáveis pela execução dessa ação dentro do PBO, pois os recursos, em sua maior parte, destinam-se a ações de custeio.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1073 Brasil Universitário		Órgão Responsável		26000 Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo		Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento					
Público-alvo		Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Coefficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior (unidade)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	15,22	-	16,34	Média	Não há informações suficientes para prestar a informação. Não foi publicado o censo da educação superior em 2010
Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atingido nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	44,26	12/2010	56,90	Alta	-
Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atingido nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	29,40	12/2010	22,74	Alta	-
Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atingido nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	26,32	12/2010	20,36	Alta	-
Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - no Turno Noturno (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	25,38	12/2010	40,09	Muito Baixa	-
Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno (%)	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	60,13	-	64,09	Média	Não há informações suficientes para prestar a informação. Não foi publicado o censo da educação superior em 2010

Programa	0169 Brasil, Som e Imagem			Órgão Responsável		42000	Ministério da Cultura (MinC)	
Objetivo	Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual							
Público-alvo	Sociedade brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil (percentual)	Ministério da Cultura	27/5/2006	11,00	12/2010	18,78	11,76	Alta	Não há necessidade de correção, pois o índice atingido superou o de exercícios anteriores: 10,5% em 2006; 11,11% em 2007; 10,16% em 2008; 14,28% em 2009, o que denota uma evolução no potencial comercial das produções cinematográficas brasileiras. Ainda que o indicador seja afetado positivamente por fenômenos relativamente isolados de bilheteria, a recorrência de filmes nacionais entre os maiores públicos de cada ano demonstra que a política de estímulo à indústria audiovisual tem dado frutos. Em 2010, três filmes brasileiros se destacaram, ocupando o ranking dos 20 maiores públicos do ano: "Tropa de Elite 2" (1º), "Nosso Lar" (8º) e "Chico Xavier" (9º). Vários fatores têm levado a uma reaproximação entre cinema nacional e público: melhor qualidade técnica dos filmes, maior organização dos agentes do setor e um calendário de lançamentos mais estratégico.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1163 Brasil: Destino Turístico Internacional				Órgão Responsável	54000	Ministério do Turismo (MTur)	
Objetivo	Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país							
Público-alvo	Turistas estrangeiros - atual e potencial, trade turístico e a mídia							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Dólares Gerados pelo Turismo (US\$ bilhão)	Banco Central do Brasil	31/12/2006	4,30	01/2011	5,92	8,80	Baixa	Aumentar a competitividade do produto turístico brasileiro no mercado internacional. O Documento Referencial do Conselho Nacional de Turismo 2011 - 2014 e o Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil 2020 em um amplo diagnóstico e indica as estratégias a serem seguidas pelo País.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011										Exercício 2011 - Ano base 2010		Volume II	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008													
Programa	0643 Calha Norte			Órgão Responsável						52000	Ministério da Defesa (MD)		
Objetivo	Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazons, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região												
Público-alvo	População dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios da calha norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó												
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas				
		Data	Índice	Data	Índice								
Cobertura de Atendimento aos Municípios do PCN (%)	Relatório Anual de Gestão do Programa	1/12/2006	78,00	12/2010	87,11	100,00	Média		Há necessidade de um engajamento mais efetivo por parte dos Governos Estaduais e municipais, da Região do Program Calha Norte(PCN), nas tratativas com o legislativo para alocação de emendas destinadas aos municípios que ainda não foram contemplados com ações da Vertente Civil do Programa.				
Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoadamento Integrado à Pequena Unidade Militar (km por núcleo)	Ministério da Defesa	31/7/2003	375,00	12/2010	350,00	280,00	Média		Criação de novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs)				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins				Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais						
Público-alvo	Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Satisfação dos Alunos (porcentagem)	ESAF	31/12/1999	76,00	01/2011	93,93	90,00	Análise crítica e revisão do questionário do aluno, e da forma de coleta, incluindo a utilização de parâmetros estatísticos para validação da consistência interna de itens.
Taxa de Satisfação dos Contratantes (porcentagem)	ESAF	31/12/1999	85,00	01/2011	97,03	95,00	Análise crítica e revisão do questionário do contratante, e da forma de coleta, incluindo a utilização de parâmetros estatísticos para validação da consistência interna de itens. Além disso, é necessário intensificar a comunicação com o contratante, no sentido de obter em tempo hábil a resposta do referido questionário. O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 95, conforme registro no item "Carterização".

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Órgão Responsável					2012	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)
Objetivo	Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo							
Público-alvo	Mulheres							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	51,85	01/2011	88,90	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	2,54	12/2009	18,70	4,10	Alta	-
Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pro-Equidade de Gênero (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	-	12/2010	427,30	400,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,89	12/2010	96,30	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	3,30	12/2010	10,70	5,20	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011						Exercício 2011 - Ano base 2010		Volume II	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008									
Programa	1122 Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais				Órgão Responsável				
Objetivo	Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e à conservação dos recursos naturais								
Público-alvo	Comunidade científica; indústria; comunidades locais e poder público								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Núcleos de Biotecnologia Institucional Constituídos (unidade)	Ministério da Ciência e Tecnologia, Institutos do MCT, Universidades	31/12/2007	0,00	01/2011	3,00	4,00	Alta	-	
Rede de pesquisa apoiada (unidade por ano)	SEPED/MCT	22/5/2009	12,00	01/2011	11,00	11,00	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)				
Objetivo	Estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento e inovação para o complexo produtivo de bens e serviços de saúde no país, por intermédio da interação entre saúde, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no complexo de saúde, orientando, apoiando e realizando investimentos para a produção científica e de insumos estratégicos para a saúde							
Público-alvo	Usuários do SUS; Gestores e Instituições de Saúde do SUS; Laboratórios Públicos de Produção de Insumos da Saúde; Instituições de Ensino e Pesquisa; Instituições do complexo produtivo da saúde							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela FioCruz (unidade)	MS/Relatórios periódicos das unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	26,00	12/2010	28,00	40,00	Alta	-
Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela FioCruz (unidade)	MS/FIOCRUZ	31/12/2006	25,00	12/2010	61,00	40,00	Alta	-
Número de Patentes Depositadas (unidade)	MS/Relatórios de atividades das unidades da FioCruz	31/12/2006	4,00	12/2010	14,00	10,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	112,00	12/2010	280,00	220,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	50,00	12/2010	67,00	70,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	797,00	12/2010	1.181,00	1.145,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul (unidade)	MS/ Relatórios de atividades das Unidades da FioCruz	31/12/2006	20,00	12/2010	14,00	50,00	Alta	-
Taxa de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica (%)	MS/FioCruz, MEDLINE	31/12/2006	71,00	12/2010	92,00	80,00	Alta	-



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)		
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional					
Público-alvo	Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de firmwares; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica; atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2010	Possibilidade	Medidas Corretivas	
		Índice	Data	Índice Previsto para 2011		
Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos (unidade)	ABNT/INMETRO	9.614,00	01/2011	5.978,00		14.374,00
Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	13,40	01/2011	15,10		16,80
Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (%)	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC	8,10	02/2011	7,30		9,60
Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados por Residentes no Brasil (unidade)	United States Patent and Trademark Office (USPTO)	385,00	01/2011	432,00	504,00	
Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	0,85	01/2011	0,99	1,06	
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	3.742,00	02/2011	4.159,00	4.981,00	

Programa	0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social			Órgão Responsável		24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	
Objetivo	Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico visando à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social							
Público-alvo	População excluída rural e urbana; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres e comunidades negras; participantes do programa da juventude; pessoas com insegurança alimentar e nutricional; pequenos produtores; micro e pequenas empresas; populações de regiões deprimidas social e economicamente, especificamente, população de catadores de materiais recicláveis e suas famílias; e empreendimentos econômicos solidários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos aos Sites das Instituições de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	1/12/2006	23.816.115,00	02/2011	24.234.367,00	45.059.306,00	Alta	-
Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (unidade)	Departamento de Difusão e Popularização da Ciência - DEPD/SECIS/MCT	1/10/2007	390,00	01/2011	450,00	700,00	Alta	-
Número de Visitas às Instituições de Ensino e Pesquisa e Museus de Ciências do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	31/12/2007	430.065,00	02/2011	361.503,00	440.000,00	Média	O índice alcançado em 2010 foi de 361.503 conforme informado no Relatório de Gestão do ano de 2010.
Pessoas que Declararam muito Interesse pelo Tema Ciência e Tecnologia (%)	Pesquisa de Percepção Pública de C&T - SECIS/MCT	1/12/2006	41,00	01/2011	65,00	46,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011			Exercício 2011 - Ano base 2010		
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008			Volume II		
Programa	1080 Combate à Desertificação		Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação				
Público-alvo	População das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD				
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto
		Data	Índice		
Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação (km²)	Ministério do Meio Ambiente	1/3/2005	9.750,00	190.869,00	Alta
		12/2010	90.360,00		
					Medidas Corretivas

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0812 Competitividade das Cadeias Produtivas					Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Objetivo	Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações							
Público-alvo	Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Moddas Correltas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria (percentual)	BACEN e SECEX	20/2007	1,88	01/2011	1,94	2,63	Alta	-



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0798 Compras Governamentais	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normalizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais		
Público-alvo	Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços		

Este programa não apresenta indicador.



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e Inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar</i>		
Público-alvo	<i>Nação brasileira</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	1332. Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros			Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos (unidade)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2007	28,00	03/2011	0,33	40,00	Muito Baixa	-
Taxa de Proteção Integral dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-MMA	15/8/2005	3,40	03/2011	0,42	10,00	Muito Baixa	-
Taxa de Uso Sustentável dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	15/8/2005	4,22	03/2011	0,73	11,00	Muito Baixa	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos					Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biosegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado							
Público-alvo	Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcanço do Índice	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas (porcentagem)	Ministério do Meio Ambiente	15/08/2003	2,00	03/2011	33,67	80,00	Baixa	Os órgãos se ressentem da falta de técnicos e recursos para a integralização de suas atividades. Os recursos previstos nos PPA para a execução das ações dos programas deverão ser disponibilizado para os órgãos, para que executem suas atividades

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1426 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade					Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais							
Público-alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	-	-	0,21	Média	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário				Órgão Responsável	10000	Supremo Tribunal Federal (STF)
Objetivo	Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados						
Público-alvo	Poder Judiciário e Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça (%)	Conselho Nacional da Justiça	15/12/2006	100,00	12/2010	100,00	Média	Imprimir maior celeridade no processamento e julgamento dos feitos. Aperfeiçoamento do funcionamento do processo eletrônico e prover de melhores condições para a universalização do seu acesso. Ampliar a estrutura de assessoria dos Gabinetes dos Conselheiros, de modo a propiciar o atendimento à demanda do atual volume de processo aguardando julgamento.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	0550 Controle Externo		Órgão Responsável		03000 Tribunal de Contas da União (TCU)			
Objetivo	Assumir a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo							
Público-alvo	Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Aterro do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União (porcentagem)	Tribunal de Contas da União	31/12/2006	45,00	12/2010	56,11	42,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção					Órgão Responsável	20125	Controladoria Geral da União (CGU)
Objetivo	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública							
Público-alvo	Governo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		Alcance do Índice Previsto	
Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União - IDIC (%)	SIGPLAN	31/12/2008	100,00	12/2010	101,74	100,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0237 Corredor Araguaia-Tocantins	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	<i>Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás</i>		
Público-alvo	<i>Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás</i>		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0233 Corredor Mercosul	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul		
Público-alvo	Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0235 Corredor Nordeste	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	<i>Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas</i>		
Público-alvo	<i>Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0229 Corredor São Francisco	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais		
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0231 Corredor Transmetropolitano	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais		
Público-alvo	Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais		
Este programa não apresenta indicador.			



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	1116 Crédito Fundiário			Órgão Responsável		49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)		
Objetivo	Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadram nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis							
Público-alvo	Famílias sem-terra, arrendatários, parceiros, meios, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2003	4,50	10/22/01	11,62	13,76	Alta	-

Programa	0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda					Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda							
Público-alvo	Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito (unidade)	Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED	30/12/2006	1.619.007,00	02/2011	1.860.082,00	-	Baixa	A concessão de crédito com recursos do FAT implica algumas dificuldades que impossibilitam, a priori, a definição de metas e, consequentemente, distorções em seu cumprimento. Ademais, ao longo dos anos caíram as disponibilidades financeiras do FAT para aplicação no Proger, devido ao aumento das despesas com o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, o que também pode inviabilizar o alcance dos índices previstos no início do PPA.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0172 Cultura Afro-Brasileira	Órgão Responsável		42000	Ministério da Cultura (MinC)		
Objetivo	Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro						
Público-alvo	Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Aterragem do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Número de Comunidades Quilombolas Certificadas (unidade)	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	390,00	12/2010	225,00	0,00	-

Programa	1141 Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	Órgão Responsável	42000 Ministério da Cultura (MinC)					
Objetivo	Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural							
Público-alvo	Populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura (porcentagem)	SPPC/MinC	Data	Índice	Data	Índice			
		31/12/2007	0,30	03/2011	0,67	0,00	Média	Para alcançar os resultados almejados na mensuração do Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura será necessário restabelecer o fluxo normal dos recursos destinados aos Pontos e seus participantes, seja por meio do pagamento das parcelas dos convênios em execução quanto pelo pagamento das bolsas e prêmios que foram suspensos pelo contingenciamento. O resultado apurado para o ano de 2009 foi de 0,53. Na época, foi previsto o índice de 0,73 para 2010. Como o índice apurado em março de 2011 referencial 2010 foi de 0,67, verifica-se um resultado aquém do esperado e consideravelmente distante do índice de 0,92 previsto para 2011. O baixo resultado aferido em 2010 coincide com o contingenciamento que teve forte impacto sobre o programa nesse período. O cumprimento dos compromissos assumidos junto às entidades da sociedade civil e aos governos estaduais e municipais elevava o número de oficinas realizadas e seus participantes, elementos importantes na formação do índice.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0581 Defesa da Ordem Jurídica				Órgão Responsável		34000	Ministério Público da União (MPU)
Objetivo	Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processo Elaborado (%)	Ministério Público da União	31/12/2003	100,00	03/2011	100,00	100,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011									
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008									
Exercício 2011 - Ano base 2010									
Volume II									
Programa	0697 Defesa do Consumidor		Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)			
Objetivo	Promover a proteção e defesa do consumidor								
Público-alvo	Sociedade Brasileira								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Processos Administrativos Concluídos (unidade)	SINDEC	31/12/2006	60,00	12/2010	88,00	100,00	Alta	Apesar da dificuldade que um ano eleitoral oferece, dado que o DPDC executa e articula muitas de suas ações com pareceres estaduais (Procons), a execução do programa ocorreu de forma satisfatória.	
Número de Procons Municipais Integrados ao SINDEC (percentual)	SINDEC	31/12/2006	22,00	12/2010	39,00	100,00	Alta	A unidade de medida deste indicador não é percentual, e sim UNIDADE (valor absoluto). Na próxima revisão do Programa, esse indicador deve ter os seus parâmetros corrigidos.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0695 Defesa Econômica e da Concorrência				Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência							
Público-alvo	Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências reguladoras							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Processos de apuração de infrações contra a Ordem Econômica Julgados pelo CADE (unidade)	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	31/12/2006	65,00	12/2010	71,00	74,00	Alta	-
Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração (dia)	CADE	31/12/2006	100,00	12/2010	96,00	94,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0580 Defesa Jurídica da União	Órgão Responsável	20114	Advocacia-Geral da União (AGU)			
Objetivo	Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo						
Público-alvo	União						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Análise de Processos pela Advocacia Geral da União (AGU) (porcentagem %)	AGU	31/12/2011	100,00	12/2010	100,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1132 Democratização das Relações de Trabalho				Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	
Objetivo	Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores							
Público-alvo	Trabalhadores, empresas e organizações sindicais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Eficácia das Mediações (porcentagem (%))	Secretaria de Relações do Trabalho SRT/MTE	-	0,00	12/2010	76,54	70,69	Alta	-
Taxa de Resolução de Conflitos (%)	Dados enviados pelas DRT e CGRT	31/12/2007	74,44	12/2010	74,67	75,00	Média	Um maior investimento na capacitação de mediadores durante o ano poderá auxiliar no alcance do índice previsto para 2011.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011										Exercício 2011 - Ano base 2010													
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008										Volume II													
Programa		1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental										Órgão Responsável		20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)									
Objetivo		Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural																					
Público-alvo		Governo e sociedade																					
Indicador (unidade de medida)		Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011		Possibilidade Alcançar o Índice Previsto		Medidas Corretivas											
				Data	Índice	Data	Índice																
Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos (porcentagem %)		31/12/2007		100,00		12/2010		41,61		-		...											

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural	Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)				
Objetivo	Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice			
Total de Matérias Jornalísticas (unidade)	Rádioráis	31/5/2005	181.585,00	12/2/10	547.163,00	0,00	Alta	-
Transmissão de Eventos da Presidência da República (%)	Rádioráis	31/12/2004	100,00	12/2/10	100,00	0,00	Alta	-

Programa	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCidades)			
Objetivo	Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais						
Público-alvo	População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	39.490,00	12/2010	50.555,70	70.500,00	Baixa
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	6.271,00	12/2010	2.923,25	8.200,00	Baixa
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.874,00	12/2010	2.809,23	3.632,00	Alta
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	1.564,00	12/2010	1.265,58	3.080,00	Baixa
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.794,00	12/2010	2.250,10	2.683,00	Alta
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (milhar)	Transurb/Ministério das Cidades	31/12/2003	44.683,00	12/2010	48.085,32	45.621,94	Alta
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	56.615,00	12/2010	68.122,37	80.080,00	Alta
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	3.606,00	12/2010	2.444,10	60.060,00	Baixa
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos (porcentagem)	CBTU/Mcidades	31/12/2007	75,40	12/2009	75,40	75,40	Alta

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Órgão Responsável				53000	Ministério da Integração Nacional (MI)	
Objetivo	Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional							
Público-alvo	Irrigantes de perímetros públicos e privados							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Aterro do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Incorporada à agricultura Irrigada Pública (ha)	DDH/SIH/Ministério da Integração	12/1/2002	120.000,00	12/2010	11.943,00	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência para o final do PPA (2011).
Consumo Anual de Água em Perímetros Públicos de Irrigação (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência.
Consumo Anual de Água na Agricultura Irrigada Privada (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência.
Taxa de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para Usuários/Produtores (%)	DDH/SIH/Ministério da Integração Nacional	1/5/2003	-	-	-	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1409 Desenvolvimento da Agroenergia	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			
Objetivo	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva						
Público-alvo	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional (%)	Balanco Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética - MME	Data	Índice	Data	Índice		
		31/5/2006	27,40	12/2010	32,00	29,50	Oferta de linhas específicas de financiamento para a renovação dos canaviais e para a modernização de usinas.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0630 Desenvolvimento da Aviação Civil	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Promover o desenvolvimento da Aviação Civil Brasileira a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos à Sociedade</i>		
Público-alvo	<i>Usuários e pessoal especializado da aviação civil</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeteira	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos							
Público-alvo	Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo Interno de Café (milhão de sacas)	Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC	5/1/2003	13,60	12/2010	19,30	20,10	Alta	-
Volume de Exportação de Café (milhão de sacas)	MDIC - Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	5/1/2003	17,30	01/2011	33,50	26,60	Alta	-
Volume de Produção de Café (milhão de sacas)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	5/1/2003	29,00	12/2010	48,09	38,80	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011					Exercício 2011 - Ano base 2010	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008					Volume II	
Programa	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC			Órgão Responsável	42000	Ministério da Cultura (MinC)
Objetivo	Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico					
Público-alvo	Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade
		Data	Índice			
Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (reais)	MinC/SEBRAE	12/11/2006	8.000.000,00	-	25.000.000,00	Muito Baixa
				-		
Desenvolvimento de metodologia eficaz para avaliar o volume de negócios gerados pelos setores da economia da cultura.						

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1374 Desenvolvimento da Educação Especial	Órgão Responsável				26000	Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo	Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade							
Público-alvo	Alunos com necessidades educacionais especiais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Acesso à Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	39,00	01/2011	39,40	97,00	Baixa	-
Índice de Atendimento Educacional Especializado (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	20/3/2006	100,00	01/2011	132,50	100,00	Média	-
Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	59,70	01/2011	92,80	100,00	Alta	-
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	12,80	01/2011	18,00	25,00	Alta	-
Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	46,40	01/2011	69,00	68,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	89,00	01/2011	98,70	97,00	Alta	-
Taxa de Previsão da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	57,00	01/2011	80,30	72,00	Alta	-
Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	2,10	01/2011	3,40	5,50	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1062. Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				Órgão Responsável	26000	Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade							
Público-alvo	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico (Índice numérico)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	100,00	12/2010	172,80	224,64	Média	Tendo em vista que as novas unidades vinculadas a rede federal de educação profissional e tecnológica foram ou estão sendo inauguradas, e em virtude dos respectivos ciclos escolares, de denota que a meta estabelecida será atingida, uma vez que cada campus dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia ofertará 1.200 nova vagas.
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico (Índice numérico)	INEP - Censo da Educação Superior	26/3/2006	100,00	12/2010	227,15	224,64	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)			
Objetivo	Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira						
Público-alvo	Usuários do sistema aeroportuário brasileiro						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária (porcentagem)	Estado-Maior da Aeronáutica	31/12/2004	68,25	12/2010	46,00	80,00	Alta
							-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública		Órgão Responsável		47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	
Objetivo		Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais					
Público-alvo		Servidores da Administração Pública					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Número de Capacitações Realizadas (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	20.379,00	01/2011	36.735,00	21.500,00	Alta
Número de Capacitações Realizadas por meio de Destaque Operacionais (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	2.230,00	01/2011	2.342,00	2.300,00	Alta
Número de Cursos Realizados no Sítio da ENAP (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	101.896,00	01/2011	226.000,00	115.000,00	Alta
Número de Horas de Capacitação Realizadas (hora)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	576.047,00	01/2011	1.039.036,00	570.000,00	Alta
							Medidas Corretivas

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011					Exercício 2011 - Ano base 2010			Volume II			
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008											
Programa	0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte		Órgão Responsável		28000		Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)				
Objetivo	Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infraestrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integral dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações										
Público-alvo	Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com base na Lei Complementar nº123/06, de 14 de dezembro de 2006										
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas			
		Data	Índice	Data	Índice						
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Exportações Brasileiras (porcentagem)	Sistema ALICE	31/12/2007	7,91	02/2011	6,70	7,91	Média	Fortalecer os mecanismos de incentivo à cultura exportadora e à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas, especialmente mediante expansão da dotação orçamentária do Ação IC14.			
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Número de Empregos Formais no País (porcentagem)	RAIS / CAGED	31/12/2007	64,23	02/2010	63,31	64,23	Alta	-			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011					Exercício 2011 - Ano base 2010			
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008					Volume II			
Programa	1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional				Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentável, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País							
Público-alvo	Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários (%)	Organização Mundial do Comércio - OMC	31/12/2005	4,10	12/2010	4,70	5,40	Alta	-
Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio (%)	MAPA	31/12/2006	13,40	12/2010	18,00	8,00	Alta	-

Programa	0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora	Órgão Responsável		28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)			
Objetivo	Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional							
Público-alvo	Segmentos econômicos importadores e exportadores; potenciais e efetivos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação em Mercados de Destino Relevantes (índice de concentração) (número índice)	SISCOMEX	31/12/2006	18,10	01/2011	18,38	21,00	Alta	-
Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações (porcentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	54,30	01/2011	39,40	55,20	Baixa	A taxa de participação de produtos de maior valor agregado no valor total das exportações brasileiras também constitui um dos indicadores básicos utilizados na gestão do Programa. De 2006 a 2010, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de aproximadamente 54% para 39%, em grande parte motivada pelo aumento das cotações internacionais de commodities, que ampliou significativamente a receita de exportação desses produtos, e, por outro lado, pela maior concorrência externa de países produtores de bens manufaturados.
Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (porcentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	16,20	01/2011	31,98	10,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica				Órgão Responsável	26000	Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil							
Público-alvo	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
Índice de Doutores Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	4,81	01/2011	6,48	6,28	Alta	-
Índice de Mestres Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	16,46	01/2011	22,17	20,44	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	Órgão Responsável						25000	Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários								
Público-alvo	Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (unidade)	CVM	31/12/2002	2.604.935,00	12/2010	3.601.169,00	3.172.350,00	Alta	-	
Taxa de Emissões Primárias da Economia (porcentagem)	CVM e IBGE	31/12/2002	9,70	12/2010	30,80	14,31	Alta	-	
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) (porcentagem)	Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE	31/12/2002	34,00	12/2010	69,92	75,23	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0393 Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual				Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	
Objetivo	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social							
Público-alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia (mês)	INPI	31/12/2006	1,00	01/2011	0,99	1,00	Alta	-
Prazo de Concessão de Patentes (ano)	INPI	31/12/2006	10,00	01/2011	8,30	3,50	Muito Baixa	Uma das medidas a ser adotada é propor a alteração deste índice para o próximo PPA 2012-2015. Tendo em vista que a meta estabelecida neste PPA foi definida sem considerar os prazos estabelecidos em Lei que transcorrem a partir do depósito do pedido de patente até a realização do exame técnico. O novo índice será estabelecido considerando-se um prazo médio de 4 anos contados a partir da data de depósito do pedido ou de 18 meses a partir do pedido de exame.
Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial (mês)	INPI	31/12/2006	1,00	01/2011	1,06	1,00	Alta	-
Prazo de Concessão de Registro de Marcas (ano)	INPI	31/12/2006	2,40	01/2011	2,53	0,80	Muito Baixa	Entre as medidas corretivas necessárias para o alcance da meta está a implementação do Sistema IPAS 3 "Industrial Property Automation System" e a contratação de novos examinadores, que proporcionarão o aumento na produtividade de exame para concessão dos registros de marcas.
Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	2.860,00	01/2011	2.902,00	3.807,00	Baixa	Uma das medidas a ser adotada é propor a alteração deste índice para o próximo PPA 2012-2015. Tendo em vista que é muito difícil verificar a interferência direta do INPI na quantificação de depósitos de pedidos de modelo de utilidade por brasileiros devido a um conjunto de fatores exógenos ao Instituto ligados à ciência e tecnologia, crescimento econômico e pesquisa e desenvolvimento, mesmo com a participação do INPI na disseminação da propriedade intelectual.
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	3.742,00	01/2011	4.159,00	4.981,00	Baixa	Uma das medidas a ser adotada é propor a alteração deste índice para o próximo PPA 2012-2015. Tendo em vista que é muito difícil verificar a interferência direta do INPI na quantificação de depósitos de pedidos de patentes de invenção por brasileiros devido a um conjunto de fatores exógenos ao Instituto ligados à ciência e tecnologia, crescimento econômico e pesquisa e desenvolvimento, mesmo com a participação do INPI na disseminação da propriedade intelectual.

Programa	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional						Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Asssegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional								
Público-alvo	Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (%)	Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.	31/12/2006	99,96	12/2010	99,96	100,00	Alta	Não São necessárias medidas corretivas. O resultado obtido para o indicador deve-se ao desequilíbrio de algumas instituições financeiras de pequeno porte às exigências de capitalização. Não obstante, pode-se afirmar que o Programa cumpriu com sua finalidade, pois a diferença percentual apontada correspondente a R\$ 143,2 milhões, de um total de R\$ 324,3 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível do SFN, não representa risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN. O Índice de Basileia, utilizado como referência para medir o nível de capitalização, era de 16,83% em outubro de 2010, ou seja, acima do limite regulamentar de 11%. Conclui-se, assim, ser confortável o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro. Para o exercício de 2011, o índice previsto foi alterado para 99,7.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)				
Objetivo	Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral							
Público-alvo	Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição (porcentagem)	SUSEP	31/3/2003	1,85	03/2011	91,96	89,40	Alta	-
Taxa de Participação da População Nacional nas Receitas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (R\$ per capita)	SUSEP	31/3/2003	0,55	03/2011	593,80	522,77	Alta	-
Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) (porcentagem)	SUSEP	31/3/2003	0,42	03/2011	7,77	3,20	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011					Exercício 2011 - Ano base 2010	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008					Volume II	
Programa	1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal			Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública					
Público-alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2010 Data	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais (%)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	56,12	10/2010	63,50	80,00
O atingimento da meta de 80 % está intimamente atrelado à execução de obras de ampliação, reforma e manutenção nos postos da PRF, melhoria de velocidade na rede de dados dos postos, ampliação da cobertura de rádio comunicação do posto com a viatura nos trechos fiscalizados e renovação da frota de viaturas. Para se atingir a meta proposta seriam necessários maiores investimentos em obras, TI e viaturas. É necessário aporte de recursos na ordem de R\$ 40.000.000,00 para reforma de pelo menos 200 postos. Na área de TI, são necessários investimentos extras de R\$ 10.000.000,00 para melhorar a velocidade da rede de dados e de R\$ 10.000.000,00 para melhorar a cobertura de rádio. É necessário a criação de cargos de engenheiro/arquiteto e analista de TI para a área administrativa do DPRF e a execução de concurso para contratação de pelo menos 52 engenheiros/arquitetos e 52 analistas de TI.						

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER					Órgão Responsável		53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Aumentar a sustentabilidade das atividades econômicas do Semi-Árido brasileiro, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais								
Público-alvo	Municípios do semi-árido								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido (%)	Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS	31/12/2001	14,50	-	-	-	-	Faz-se necessário a construção de indicadores específicos para o Programa.	
Taxa de População no Semi-árido Alçada com Reta Grad. de Absorção de Água (%)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001-2002) e IBGE/Censos Demográficos (1991 e 2000).	31/12/2002	62,00	-	-	-	-	Faz-se necessário a construção de indicadores específicos para o Programa.	

Programa	1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	Órgão Responsável						53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional								
Público-alvo	População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Crescimento do emprego (RAIS) (percentual)	Relação Anual de Informações Sociais-RAIS - Ministério do Trabalho	-	-	-	-	2,50	Alta	Não se aplica a SCO.	
Crescimento do número de técnicos (nível médio e superior) com qualificação profissional segundo demandas especializadas regionais (%)	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e IBGE.	-	-	-	-	-	-	Não se aplica a SCO.	
Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo (unidade)	Unidades de Incentivos Fiscais das Superintendências	-	-	-	-	650,00	Alta	Não se aplica a SCO.	
Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento (unidade)	FDNE, FDA, Bancos do Nordeste e da Amazônia	-	-	-	-	35,00	Alta	Não se aplica a SCO.	
Investimentos em Inovação tecnológica (%)	IBGE, Ministério da Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	Alta	Não se aplica a SCO.	
Quantidade de novos segmentos, ramos ou setores anualmente criados pelos projetos estruturantes localizados na Região (%)	Entidades de planejamento dos Estados	-	-	-	-	-	-	Não se aplica a SCO.	
Variação anual da renda per capita sub-regional e regional (%)	IBGE	-	-	-	-	-	-	Não se aplica a SCO.	

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010			
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II			
Programa	1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura			Órgão Responsável		58000 Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	
Objetivo	Desenvolver a aquicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego						
Público-alvo	Aquicultores, comunidades e populações tradicionais, pescadores e agricultores familiares						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Produção Originada da Aquicultura (toneladas/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	157.780,00	05/2010	457.850,00	570.000,00	Alta
							-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011						Exercício 2011 - Ano base 2010		
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008						Volume II		
Programa	1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca			Órgão Responsável		58000	Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	
Objetivo	Promover o fortalecimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, considerando sua diversidade, de forma a contribuir para a inclusão social, garantir a ocupação das águas jurisdicionais brasileiras e ampliar a pesca nas águas internacionais							
Público-alvo	Associações e cooperativas de pesca, pescadores industriais, artesanais e armadores							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo Per Capta de Produtos Pesqueiros (kg/habitano)	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1/1/2007	7,00	-	-	9,00	Alta	-
Produção Originada da Pesca (tonelada/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	751.293,00	-	-	870.000,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			
Objetivo	Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental						
Público-alvo	Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil (R\$/ ha)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e IBGE	Data	Índice	Data	Índice		
		31/12/2002	650,00	12/2010	1.542,64	1.300,00	Alta
Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil (percentagem)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, IBGE e IBAMA	31/12/2002	40,00	12/2010	32,96	25,00	Média
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil (percentagem)	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE	31/12/2002	30,00	12/2010	38,60	40,00	Alta
Propõe-se para o próximo ciclo do PPA 2012-2015, substituir o indicador social Taxa de Ocupação na Agropecuária pelo indicador social Unidade Média de Trabalho por Hectare de Exploração.							



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0137 Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	Órgão Responsável	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)			
Objetivo	Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária						
Público-alvo	Famílias assentadas						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)	Sistema de Informação do INCRA	Data	Índice	Data	Índice	Média	Para que um projeto de assentamento possa ser oficialmente consolidado pelo Incra faz-se necessário o cumprimento de alguns pré-requisitos: a demarcação do perímetro (obrigatório) e das parcelas, quando existentes; a concessão do Crédito. Apoio a Instalação: a existência de habitação para as famílias assentadas (orçadas do crédito habitação ou não); a infraestrutura básica concluída, qual seja: estradas de acesso, sistema de abastecimento de água para consumo humano e eletrificação rural; e a titulação definitiva em pelo menos 50% das famílias assentadas. Além desses requisitos, é imperioso verificar as condições de sustentabilidade econômico-social e ambiental das famílias assentadas nos projetos consolidados, de maneira que se assegure a sua inserção no contexto do desenvolvimento local/regional. Essas condições são de grande complexidade e a avaliação e ajuste exige a atuação concomitante de diversos setores institucionais dificultando e tornando mais o processo.
		31/12/2006	8,25	12/2010	8,26		

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Órgão Responsável				49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Objetivo	Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia							
Público-alvo	Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (%)	SDT-MDA	31/12/2006	9,11	12/2010	29,78	60,00	Muito Baixa	Para que este índice seja alcançado seria necessária a incorporação, ao Programa 1334, de um número bem maior de territórios rurais o longo de 2008 a 2011 (a previsão do Programa para 2011 é a manutenção dos atuais 164 territórios apoiados), o que se torna impossível com os recursos, principalmente financeiros, humanos e materiais (espaço físico) realmente disponibilizados a cada ano para sua operacionalização. Como medida corretiva seria necessário um aumento significativo nos recursos citados anteriormente, já a partir de 2009, o que não ocorreu, uma vez que o processo de elaboração dos planos territoriais demanda tempo e varia muito de acordo com a realidade vivenciada em cada espaço apoiado.
Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais (%)	SDT-MDA/CEF	31/12/2006	25,77	12/2010	36,22	62,22	Muito Baixa	Conforme explicitado para o índice anterior, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (62,22%), representando um total de 280 territórios apoiados com projetos de infraestrutura e serviços seria necessário um aumento significativo dos recursos citados anteriormente.
Taxa de Consolidação de Colegiados Rurais (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2006	21,33	12/2010	33,11	53,00	Muito Baixa	Conforme explicitado para os índices anteriores, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (53%), representando um total de 238 colegiados consolidados seria necessário um aumento significativo dos recursos citados anteriormente, considerando que o processo de consolidação dos colegiados demanda tempo e varia de acordo com a realidade vivenciada em cada território apoiado.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Órgão Responsável		22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			
Objetivo	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias							
Público-alvo	Produtores, cooperativas, agroministérios, pesquisadores e técnicos do setor agropecuario							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional (unidade por ano)	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI / Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - Embrapa / Sistema Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC - MAPA	30/7/2007	1.000,00	12/2010	1.638,00	1.750,00	Alta	-
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas (%)	SISCOMEX e FAO	31/12/2002	0,60	06/2010	2,50	2,60	Alta	-
Taxa de Participação de Associações de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira (%)	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuario e Cooperativismo	31/12/2006	0,51	12/2010	0,63	0,60	Alta	-
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	06/2010	0,20	0,21	Alta	-
Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo (%)	Órgãos de Pesquisa e Assistência Técnica Estaduais	30/6/2003	21,10	06/2010	32,50	32,50	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia					Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético							
Público-alvo	Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)	MME	31/12/2003	10,00	-	-	-	-	-

Programa	0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior					Órgão Responsável	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Objetivo	Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país							
Público-alvo	Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (pessoa)	Departamento Cultural/MRE	21/8/2003	20.000,00	01/2011	28.365,00	30.000,00	Alta	-
Número de Bolsas Concedidas a Alunos Estrangeiros (unidade)	Departamento cultural/ MRE	31/12/2006	1.169,00	01/2011	2.634,00	2.500,00	Alta	-
Número de Eventos Apoiados (unidade)	Departamento Cultural/ MRE	31/12/2006	618,00	01/2011	1.131,00	880,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Biocombustíveis				Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis						
Público-alvo	Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	
		Data	Índice	Data	Índice		
Qualidade dos produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível (%)	Petrobras Distribuidora	31/12/2003	86,00	12/2010	94,70	96,10	Média
Reforçar ação da área comercial na solução de pendências dos postos, buscando aquisição com exclusividade, além da revisão criteriosa dos postos considerados como ativos. Ação mais contundente, por parte da fiscalização, na tentativa de coibir mercado ilícito, em função do crescimento de postos do tipo "bandeira branca" em alguns Estados.							
Taxa de frequência de Acidentados com Afastamento - TFCd (taxa)	Petrobras Distribuidora S.A.	31/12/2003	1,12	12/2010	0,38	0,48	Alta
Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível (porcentagem)	Agência Nacional de Petróleo	31/12/2003	31,50	12/2010	38,80	38,80	Média
Não identificamos medidas corretivas, visto que a alteração da meta de 2011 é resultante das mudanças nas perspectivas do cenário externo.							
Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no mercado de GLP (%)	Liquigás Distribuidora.	31/12/2004	21,60	12/2010	22,30	23,20	Baixa
Não identificamos medidas corretivas, visto que a alteração da meta de 2011 é resultante das mudanças nas perspectivas do cenário externo.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica					Órgão Responsável		20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República								
Público-alvo	Sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice	2011			
Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça (unidade)	Imprensa Nacional Coordenação-Geral de Editoração e Publicação	-	-	01/2011	332,00	-	Média	Alterar o indicador para índice de assinatura dos Jomais Oficiais; Unidade de Medida em Percentual e sua Periodicidade mensal. A fonte passa a ser da Coordenação de Relacionamentos Externo.	
Quantidade de Acessos ao Site da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça (unidade)	Imprensa Nacional	-	-	01/2011	191.433.006,00	-	Média	Alterar o indicador para índice de consulta dos Jomais Oficiais no Portal da Imprensa Nacional; Unidade de Medida em Percentual e sua Periodicidade mensal. A fonte passa a ser da Coordenação de Tecnologia da Informação.	
Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça (percentual)	Imprensa Nacional	31/12/2005	14,40	01/2011	34.475,00	-	Média	A fonte passa a ser da Coordenação de Relacionamentos Externo.	
Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial (percentagem)	Imprensa Nacional	-	-	02/2010	101,00	-	Média	Alterar o indicador para Taxa de Satisfação dos Assinantes dos Jomais Oficiais; Unidade de Medida em Percenual e sua Periodicidade mensal. A fonte passa a ser da Coordenação de Relacionamentos Externo..	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial					Órgão Responsável	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo							
Público-alvo	Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas a inundação periódica ou erosão marinha							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com serviço de drenagem urbana superficial no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	78,50	-	-	-	-	
Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	67,00	-	-	-	-	
Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB	7/1/2000	20,70	-	-	-	-	

Programa	1133 Economia Solidária em Desenvolvimento	Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)			
Objetivo	Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário						
Público-alvo	Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativos, empresas autogerenciadas, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (unidade)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	Data	Índice	Data	Índice		
		31/12/2005	1.250.000,00	12/2007	1.687.496,00	2.100.000,00	Em 2011 estará sendo finalizado o novo levantamento dos Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária. Contudo, os dados preliminares indicam que o número de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em empreendimentos econômicos solidários tem aumentado desde 2007, ano no qual foi realizado o último levantamento. Isso nos leva a crer que o índice previsto para 2011 será alcançado. Contudo, esta afirmação só poderá ser verificada com a concretização do levantamento.
Percentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo (percentual)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	76,00	12/2007	41,00	50,00	Em 2011 estará sendo finalizado o novo levantamento dos Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária. Contudo, os dados preliminares indicam desde 2007 que houve redução do percentual de trabalhadores da economia solidária que recebem menos de um salário mínimo. Isso nos leva a crer que o índice previsto para 2011 será alcançado. Contudo, esta afirmação só poderá ser verificada com a concretização do levantamento. Além disso, houve mudanças na metodologia do SIES que permitem alcançar com maior exatidão este indicador considerando as diferentes tipologias de empreendimentos econômicos solidários.
Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB (porcentagem)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE	31/12/2005	0,39	12/2007	0,30	1,00	O faturamento médio mensal dos EES, segundo os dados de 2007 do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foi de R\$ 653 milhões, o que corresponde a R\$ 7,8 bilhões por ano. Se utilizarmos o valor do PIB 2007 (= R\$ 2.558 bilhões), o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,3%. Vale ressaltar que 6.754 dos EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o indicador em relação ao previsto. Houve também uma alteração na metodologia do IBGE para o cálculo do PIB, que elevou o valor do PIB Nacional.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis				Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis								
Público-alvo	Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Instituições Trabalhando em Parceria com as Ações do Programa (unidade)	Relatório de Gestão do quadriênio 2003-2006 do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	31/12/2007	100,00	12/2010	320,00	400,00	Alta	Sugere-se que seja definido um novo parâmetro de referência e um novo indicador que contribua com a mensuração do efetivo impacto do programa e que represente a qualidade dos valores mensurados. Recomenda-se que seja alterada a fonte, uma vez que o Relatório mencionado é restrito aos anos de 2003 - 2006.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1350 Educação do Campo (PRONERA)	Órgão Responsável				49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Objetivo	Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadores das áreas de Reforma Agrária						
Público-alvo	Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados no Ensino Fundamental (%)	PNERA/INEP/MEC	31/12/2004	49,00	-	-	56,48	Baixa
A Coordenação está adotando as providências para a realização de nova pesquisa, ainda em 2011, para que possam apresentar dados concretos sobre a execução do Programa e a taxa de Jovens e adultos que estejam matriculados não só na ação de EJA, mas também demonstrar a ampliação na qualificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por meio dos cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e superior. A realização da nova pesquisa poderá encontrar obstáculos, tendo em vista a limitação orçamentária, pois os custos para realização de tal atividade requer gastos em torno de 50 % do orçamento da gestão do programa.							
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados (%)	PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/INEP/MEC	31/12/2004	11,00	-	-	10,40	Baixa
A realização da nova pesquisa entretanto esta poderá encontrar obstáculos, tendo em vista a limitação orçamentária, pois os custos para realização de tal atividade requer gastos em torno de 50 % do orçamento da gestão do programa.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1402 Educação em Direitos Humanos		Órgão Responsável				20121		Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo	Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos									
Público-alvo	Sociedade brasileira									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas		
		Data	Índice	Data	Índice					
Número de Núcleos de Pesquisas em Direitos Humanos em Universidades (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos SEDH/PR	31/12/2006	5,00	12/2010	5,00	5,00	Alta	-		
Número de Pessoas Capacitadas em Temas de Direitos Humanos (unidade)		31/12/2006	18.000,00	12/2010	69.923,00	60.000,00	Alta	-		
Taxa de Estados com Comitês de Educação em Direitos Humanos (%)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2007	51,85	12/2010	18,52	100,00	Média	-		

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8010 Educação Fiscal	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)		
Objetivo	Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos					
Público-alvo	Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas; funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice			
Taxa de Abrangência Municipal (porcentagem)	ESAF	30/4/2003	30,00	43,60	80,00	Baixa É importante rever o índice da meta, pois tem como referencial todos os Municípios brasileiros. Torna-se necessário a sua adequação no sentido de reorientar a condução do programa com maior eficiência.
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública (porcentagem)	ESAF	30/4/2003	7,00	14,30	25,00	Muito Baixa Necessidade de escolher outro indicador, por não haver condições de o atual ser aferido.
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública (porcentagem)	ESAF	30/4/2003	6,33	15,00	30,00	Muito Baixa Necessidade de escolher outro indicador, por não haver condições de o atual ser aferido.
Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal (porcentagem)	Esaf	12/12/2004	5,57	14,50	25,00	Baixa Aplicação de questionários aos alunos que concluírem o curso de Disseminadores de Educação Fiscal. Capacitação de representantes Estaduais e Municipais na plataforma de navegação de cursos a distância.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1377 Educação para a Diversidade e Cidadania				Órgão Responsável	26000	Ministério da Educação (MEC)
Objetivo	Reduzir as desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar						
Público-alvo	Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Igualdade da Educação do Campo (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/Ibge	1/12/2006	0,65	-	-	0,77	Muito Baixa
Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice numérico)	Censo Escolar - INEP/MEC	1/12/2006	0,53	-	-	0,51	Alta
Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/Ibge	1/12/2006	0,78	-	-	0,90	Muito Baixa
Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/Ibge	1/12/2006	0,84	-	-	0,93	Média
Índice de Igualdade de Gênero (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/Ibge	1/12/2006	0,97	-	-	1,00	Alta
							Houve mudanças nas bases de dados, não sendo possível alcançar o índice previsto, haja vista que o índice de referência e as projeções não consideraram a repensação feita pelo IBGE na PNAD. Já se atingiu a meta de igualdade prevista e a tendência do índice é crescente. As projeções e o valor inicial não refletem a repensação da PNAD de 2001 a 2007 em função da contagem da população referente a esse último ano publicada em 2009. Os avanços, caso se considerassem os números CORRIGIDOS com a recontagem da população SUPERARAM as expectativas de promoção da igualdade entre negros e a população em geral.

Houve mudanças nas bases de dados, não sendo possível alcançar o índice previsto, haja vista que o índice de referência e as projeções não consideraram a reponderação feita pelo IBGE na PNAD.

Já se atingiu a meta de igualdade prevista e a tendência do índice é crescente.

As projeções e o valor inicial não refletem a reponderação da PNAD de 2001 a 2007 em função da contagem da população referente a esse último ano publicada em 2009.

Os avanços, caso se considerassem os números CORRIGIDOS com a recontagem da população SUPERARAM as expectativas de promoção da igualdade entre negros e a população em geral.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1079 Educação Previdenciária	Órgão Responsável	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)			
Objetivo	Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país						
Público-alvo	População brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Indicador de Cobertura Social (porcentagem)	PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2005	63,40	12/2010	67,00	65,33	Alta

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1046 Eficiência Energética	Órgão Responsável							32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Reduzir o desperdício e o uso ineficiente de energia									
Público-alvo	Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas		
		Data	Índice	Data	Índice					
Energia Elétrica Economizada (gwh)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do PROCEL	31/12/2003	1.270,00	-	-	3.550,00	Alta	-		
Quantidade de Petróleo Conservada (m³)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do CONPET	30/11/2006	280.000,00	-	-	550.000,00	Alta	-		

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1044 Energia Alternativa Renovável	Órgão Responsável						32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais								
Público-alvo	Concessionárias, permissionárias, agentes produtores e consumidores de energia elétrica								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	Ministério de Minas e Energia - MME	1/1/2004	3,00	-	-	-	-	-	
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (porcentagem)	MME	31/12/2007	0,91	-	-	1,10	Muito Baixa	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0294 Energia na Região Nordeste				Órgão Responsável		32000		Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Nordeste									
Público-alvo		Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas			
		Data	Índice	Data	Índice						
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	89,00	12/2010	433,80	350,00	Alta	-			
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	220,00	12/2010	1.262,00	775,00	Alta	-			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011						Exercício 2011 - Ano base 2010		
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008						Volume II		
Programa	0297 Energia na Região Norte			Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional							
Público-alvo	Consumidores de energia elétrica da Região Norte							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2010	343,20	1.204,00	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	278,00	12/2010	1.091,00	-	Média	Sem necessidade de medidas corretivas

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011						Exercício 2011 - Ano base 2010		Volume II	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008									
Programa	0295 Energia na Região Sul			Órgão Responsável		32000 Ministério de Minas e Energia (MME)			
Objetivo	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul								
Público-alvo	Consumidores de energia elétrica da Região Sul								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.855,00	12/2010	917,00	409,00	Alta	-	
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2010	397,00	151,00	Alta	-	

Programa	0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste						32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste							
Público-alvo	Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	470,00	12/2010	2.158,00	280,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	200,00	12/2010	831,00	606,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1042 Energia nos Sistemas Isolados				Órgão Responsável		32000		Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados									
Público-alvo		Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas			
		Data	Índice	Data	Índice						
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	-	12/2010	90,00	240,00	Alta	-			
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	-	12/2010	0,00	-	Alta	-			
Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados (%)	ELETROBRÁS	28/5/2007	29,89	12/2010	0,00	21,46	Média	Continuidade das ações em curso pela Eletrobras.			

Programa	0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes				Órgão Responsável		20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos							
Público-alvo	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados (%)	Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	31/12/2006	-	-	01/2011	79,53	35,00	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1142. Engenho das Artes		Órgão Responsável				42000	Ministério da Cultura (MinC)
Objetivo	Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Espetáculos Apoiados por Região (unidade)	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	185,00	01/2011	144,00	0,00	Média	-
Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União (porcentagem)	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	1.473,00	01/2011	3.175,00	0,00	Média	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0640 Ensino Profissional da Aeronáutica	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Formar e educar continuamente os recursos humanos, e fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica			
Público-alvo	Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica			

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0633 Ensino Profissional da Marinha	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil			
Público-alvo	Marinha do Brasil			
Este programa não apresenta indicador.				



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011						Exercício 2011 - Ano base 2010		
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008						Volume II		
Programa	0685 Ensino Profissional Diplomático					Órgão Responsável	35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)	
Objetivo	Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro							
Público-alvo	Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes interessados na concessão de bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia e diplomatas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aprovação dos Bolsistas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CACD (%)	Instituto Rio Branco - IRBR	7/1/2007	5,64	12/2010	5,17	4,75	Alta	-
Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão (porcentagem)	Instituto Rio Branco/ MRE	14/5/2007	100,00	12/2010	98,14	100,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0638 Ensino Profissional do Exército	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro		
Público-alvo	Exército Brasileiro		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0107 Erradicação do Trabalho Escravo				Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo							
Público-alvo	Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Trabalhadores Libertados (unidade)	SIT/MTE	9/8/2006	1.741,00	12/2010	2.617,00	3.000,00	Baixa	Os valores orçamentários (2011), comparando-os ao de 2010, mantiveram-se estáveis, uma diferença positiva de apenas R\$2.000,00 (dois mil reais). Substanciais valores utilizados pelo programa estão em contingenciamento, impedindo, decisões tais como a participação nas reuniões e fiscalizações em atividades econômicas diferenciadas, como, por exemplo, o cultivo do dendê, cacau, cana, algodão, pinas/eucalipto e a construção civil. O número previsto de 3.000 trabalhadores resgatados deve ser entendido como um índice mais que uma meta fechada. A regularização do vínculo empregatício e das condições de segurança e saúde nas fiscalizações, preservando o emprego e sem abrir mão da dignidade do trabalhador, devem ser considerados pela fiscalização, até porque, quando cabíveis, impõem uma maior responsabilidade social e legal ao empregador, que poderia achar mais vantajoso financeiramente, o resgate dos trabalhadores, mesmo considerando as repercussões legais dele (resgate) decorrente.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0068 Erradicação do Trabalho Infantil				Órgão Responsável	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	
Objetivo	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos							
Público-alvo	Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Trabalho Infantil (porcentagem)	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	24/09/2005	7,20	09/2/009	5,60	-	Muito Baixa	Ampliação da identificação do trabalho infantil, com o cadastramento dessas crianças e adolescentes e preenchimento dos campos específicos de trabalho infantil no Cadastro Único, relativo à situação trabalho infantil.

Programa	1250 Esporte e Lazer da Cidade	Órgão Responsável	51000 Ministério do Esporte (ME)					
Objetivo	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo inclusão social							
Público-alvo	Famílias com renda de até 4 salários mínimos per capita e sem rendimento							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas		
		Data	Índice					
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	1/12/2006	2,00	12/2010	4,90	10,00	Média	O índice alcançado não reflete corretamente os resultados do Programa, uma vez que esse indicador contempla apenas duas das doze ações inscritas no Programa. Avaliamos que o indicador atual não dá conta de monitorar o processo e os resultados das ações do Programa. Apesar da escolha do mesmo permitir o uso de informações gerenciais, que sinalizam uma possibilidade de observação e mensuração dos resultados, ele não é suficiente para avaliar as ações genéricas e diversificadas realizadas. Por isso, tem se mostrado inadequado para avaliar e orientar as tomadas de decisões a respeito do Programa.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	Órgão Responsável	26000 Ministério da Educação (MEC)
Objetivo	Produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional		
Público-alvo	Governo e Comunidade Acadêmica		
Este programa não apresenta indicador.			



Programa	8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)				
Objetivo	Renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior						
Público-alvo	Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice		
Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem (ano)	FMM	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa
Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso (ano)	FMM	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa
Idade Média da Frota - Navegação Interior (ano)	FMM	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa
Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte (porcentagem)	FMM	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação			Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	
Objetivo	Formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação						
Público-alvo	Pesquisadores, estudantes de nível médio e superior; instituições de ensino e pesquisa; centros de pesquisa; e recursos humanos inseridos em atividades técnico-científicas nos setores público e privado						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	71,23	70,50	Alta	-
Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	63,27	65,00	Alta	-
Taxa de Egressos do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Titularam na Pós-Graduação (porcentagem)	CNPq	31/12/2007	33,00	33,92	33,00	Alta	-
Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	47,00	48,47	47,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos		
Público-alvo	Administração Pública		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão			
Público-alvo	Municípios			
Este programa não apresenta indicador.				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana				Órgão Responsável		56000	Ministério das Cidades (MCidades)
Objetivo	Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional							
Público-alvo	Prefeituras municipais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (porcentagem)	IBGE	1/11/2001	81,50	05/2010	97,00	0,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados (porcentagem)	IBGE	31/12/2006	55,00	05/2010	87,00	100,00	Média	O Ministério continua em sua política de apoiar os municípios repassando recursos para elaboração de seus planos diretores. No entanto, em 2010, apenas 10% do previsto pela LOA foi efetivamente disponibilizado, o que prejudicou, sobremaneira, a consecução da ação e o alcance do índice. Tiveram que ser abortadas iniciativas como: campanhas, seminários, oficinas de capacitação, sensibilização das equipes públicas e sociedade quanto à importância da elaboração de um plano diretor, além da não abertura da Sistemática para contratação de municípios (via contratos de repasse e convênios). Com isso, novos municípios não puderam ser atendidos pela política e continuam sem este instrumento primordial para o ordenamento territorial.
Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)	Ministério das Cidades	1/1/2007	0,00	12/2010	19,00	95,10	Baixa	Foi proposta mudança de cálculo para este índice, através do PLOA 2011, que foi aceita. A partir de 2011, o indicador passará a trabalhar com municípios beneficiados, ou seja, passará a contar também todas as atividades de capacitação disponibilizadas aos municípios e não apenas os municípios efetivamente contratados (convênios e contratos), como era até 2010. Dessa forma, o indicador contemplará um pouco mais do que o programa está efetivamente realizando (que são as atividades de capacitação), e provavelmente alcançará as novas metas para 2011 que também foram modificadas.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0154 Garantia e Acesso a Direitos	Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)			
Objetivo	Atuar na construção de mecanismos institucionais de intervenção com vistas a garantir os direitos de cidadania						
Público-alvo	Sociedade brasileira						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos (porcentagem)	Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH	12/1/2001	18,50	12/2010	18,50	100,00	Média
							Necessidade de Implantar estratégias e Políticas para instalação de Conselhos nos estados onde Não existem.

Programa	1115 Geologia do Brasil				Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo	Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral								
Público-alvo	Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 (porcentagem)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	20,00	12/2010	22,93	-	Alta	A maior restrição ao cumprimento dos cronogramas dos projetos já foi superada com a inclusão das principais ações finalísticas de levantamentos no PAC a partir de 2009, com a garantia de liberação de recursos compatibilizada com a programação e a necessidades da execução física, considerando-se inclusive as janelas climáticas.	
Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 (%)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	5,00	12/2010	11,31	-	Alta	A maior restrição ao cumprimento dos cronogramas dos projetos já foi superada com a inclusão das principais ações finalísticas de levantamentos no PAC a partir de 2009, com a garantia de liberação de recursos compatibilizada com a programação e a necessidades da execução física, considerando-se inclusive as janelas climáticas.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas				Órgão Responsável	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Objetivo	Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária						
Público-alvo	Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais e qualquer título, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Destinação de Terra Pública (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	62,00	01/2011	57,40	95,80	Muito Baixa
Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	65,00	01/2011	69,20	68,50	Alta
							-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Órgão Responsável
Objetivo	Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse			
Público-alvo	Governo e sociedade brasileiros			
Este programa não apresenta indicador.				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0360	Gestão da Política Agropecuária	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			
Objetivo	Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro							
Público-alvo	Governo Federal							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE	31/12/2006	20,00	12/2010	100,00	100,00	Alta	-
Índice de Capacitação em Competências (horas)	CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / MAPA	31/12/2005	7,00	12/2010	44,00	70,00	Média	Sem comentários.
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Pesquisa interna / MAPA	31/12/2005	20,00	12/2010	0,00	90,00	Muito Baixa	Este índice é aferido por meio de Pesquisa de Satisfação, a qual não foi realizada neste ano.
Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho (%)	CMI / CGPLAN / SPOA / SE - MAPA	1/1/2007	5,00	12/2010	52,00	45,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1344 Gestão da Política Aquícola e Pesqueira	Órgão Responsável	58000 Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas da aquicultura e pesca		
Público-alvo	Governo Federal		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração das haveres financeiras e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.		
Público-alvo	Governo Federal		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	Órgão Responsável	24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011 Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008		Exercício 2011 - Ano base 2010 Volume II	
Programa	0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado		
Público-alvo	Sociedade		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8006 Gestão da Política de Comunicações	Órgão Responsável	41000 Ministério das Comunicações (MC)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0173 Gestão da Política de Cultura	Órgão Responsável	42000 Ministério da Cultura (MinC)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0625 Gestão da Política de Defesa Nacional	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	Órgão Responsável	49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário		
Público-alvo	Governo		

Este programa não apresenta indicador.

**Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II****Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

Programa	1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome		
Público-alvo	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	Órgão Responsável	56000 Ministério das Cidades (M.Cidades)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0155 Gestão da Política de Direitos Humanos	Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Direitos Humanos			
Público-alvo	Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade			

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1067 Gestão da Política de Educação	26000	Ministério da Educação (MEC)	Órgão Responsável
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação			
Público-alvo	Governo			
Este programa não apresenta indicador.				

Programa		0276 Gestão da Política de Energia		Órgão Responsável		32000		Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia							
Público-alvo		Governo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	15.400,00	12/2010	29.686,00	20.285,00	Alta	-	
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	570,00	12/2010	7.839,00	2.464,00	Alta	-	
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	208,00	12/2010	927,00	320,00	Alta	-	
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	82.216,00	12/2010	80.693,00	89.325,00	Muito Baixa	Sem comentários.	
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as Fontes (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	98.394,00	12/2010	113.315,00	112.394,00	Alta	-	
Consumo de Energia Elétrica no País (gwh)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	380.794,00	11/2010	462.519,00	470.009,00	Alta	-	
Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230Kv (km)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	89.130,00	12/2010	99.868,00	99.503,00	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1069 Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)	Órgão Responsável
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral			
Público-alvo	Governo			
Este programa não apresenta indicador.				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0757	Gestão da Política de Integração Nacional	Órgão Responsável	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo		<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial</i>			
Público-alvo		Governo			

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0511 Gestão da Política de Meio Ambiente	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0087 Gestão da Política de Previdência Social	Órgão Responsável	33000 Ministério da Previdência Social (MPS)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo		
Público-alvo	Agentes econômicos e cidadãos		
Este programa não apresenta indicador.			



Programa	0016 Gestão da Política de Saúde				Órgão Responsável		36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde							
Público-alvo	Governo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	44,00	12/2010	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde (%)	MS/DAD/MS	30/6/2007	5,00	12/2010	73,40	100,00	Alta	-
Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	12,00	12/2010	91,62	100,00	Alta	-
Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde (%)	MS/SPO/CGPL	31/12/2006	80,00	-	-	100,00	Baixa	Como gestor nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde tem envidado esforços no sentido de aprimorar a gestão estadual do SUS, nesse sentido investe na conscientização dos gestores estaduais da importância do Plano Estadual de Saúde (PES) como instrumento de planejamento, na capacitação técnica do pessoal envolvido na sua elaboração e na distribuição de material instrucional específico, como também disponibiliza, mediante a apresentação de plano de ação, um incentivo financeiro para o custeio da atividade de planejamento em nível estadual. Outra linha de atuação desta pasta contempla a cooperação técnica para a elaboração do PES e de outros instrumentos de planejamento, como também estimula a assimilação da função gestora do planejamento como um processo contínuo que abrange o monitoramento e a avaliação.
Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde (%)	MS/SE/SPO/CGPL	31/12/2006	49,00	12/2010	49,00	100,00	Muito Baixa	Como gestor nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde tem envidado esforços no sentido de aprimorar a gestão municipal do SUS, nesse sentido investe na conscientização dos gestores estaduais da importância do Plano Municipal de Saúde (PMS) como instrumento de planejamento, na capacitação técnica do pessoal envolvido na sua elaboração e na distribuição de material instrucional específico, como também disponibiliza, mediante a apresentação de plano de ação. Outra linha de atuação desta pasta contempla a cooperação técnica para a elaboração do PMS e de outros instrumentos de planejamento, como também estimula a assimilação da função gestora do planejamento como um processo contínuo que abrange o monitoramento e a avaliação.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda			
Público-alvo	Governo			
Este programa não apresenta indicador.				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1001 Gestão da Política de Turismo	Órgão Responsável	54000 Ministério do Turismo (MTur)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do turismo		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0225 Gestão da Política dos Transportes	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes		
Público-alvo	Governo		

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1266 Gestão da Política Econômica	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais		
Público-alvo	Governo e sociedade		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0683 Gestão da Política Externa	Órgão Responsável	35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores		
Público-alvo	GOVERNO		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos		
Público-alvo	Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas		
Público-alvo	Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1470 Gestão da Política Portuária	Órgão Responsável	20128	Secretaria Especial de Portos (SEP)
Objetivo	Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às cidades			
Público-alvo	Governo Federal			
Este programa não apresenta indicador.				



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1068	Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas				Órgão Responsável	20122	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)	
Objetivo	Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero								
Público-alvo	Órgãos governamentais e entidades não-governamentais								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero (unidade)	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	-	-	-	-	0,00	Alta	O lançamento do curso foi efetuado em 2010 o que permitirá a formação dos primeiros gestores em 2011. No entanto, como o indicador é uma variação não será possível calculá-lo no último ano do PPA.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	Órgão Responsável	51000 Ministério do Esporte (ME)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	Órgão Responsável	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito			Órgão Responsável		25000 Ministério da Fazenda (MF)		
Objetivo	Asssegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal							
Público-alvo	Governo Federal e sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (percentagem)	IBGE	31/12/2003	9,30	12/2010	5,91	4,50	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas. O objetivo do programa é assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal, o que vem sendo alcançado, uma vez que o índice apurado em 2010 foi de 5,91%, encontrando-se dentro do intervalo de tolerância de +/- 2 p.p. da meta de 4,5%.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da Presidência da República		
Público-alvo	Governo		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Garantir a democratização das relações de trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos		
Público-alvo	Servidores públicos federais		

Este programa não apresenta indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União				Órgão Responsável	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável						
Público-alvo	Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, varzeanetas e quilombolas)						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Possibilidade	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (%)		31/12/2006	100,00	02/2011	243,09	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	<i>Cerrir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público</i>		
Público-alvo	<i>Governo Federal, demais esferas de Governo</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0570 Gestão do Processo Eleitoral	Órgão Responsável						14000	Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral)
Objetivo	Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional								
Público-alvo	Eleitores, partidos políticos e sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Prazo Médio de Apuração Eleitoral (hora)	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	9,00	01/2011	8,93	-	Alta	Para 2012-2015 serão elaborados novos indicadores, preferencialmente, com mensuração anual.	
Prazo Médio de Votação Por Eleitor (segundo)	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	40,00	01/2011	68,20	-	Alta	Para 2012-2015 serão elaborados novos indicadores, preferencialmente, com mensuração anual.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0698 Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça	Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça</i>			
Público-alvo	<i>Governo</i>			

Este programa não apresenta indicador.



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8002. Governo Eletrônico	Órgão Responsável	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Coordenar, normalizar e racionalizar recursos de informação e informática, assegurando aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal um suporte adequado na área de tecnologia da informação e comunicação			
Público-alvo	Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional			
Este programa não apresenta indicador.				



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	9991 Habitação de Interesse Social				Órgão Responsável		56000	Ministério das Cidades (MCI/Cidades)	
Objetivo	Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nos áreas urbana e rural								
Público-alvo	Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Deficit Habitacional Quantitativo de famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.136.137,00	-	-	4.886.666,00	Alta	-	
Deficit Habitacional Quantitativo de famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.610.299,00	-	-	5.211.361,00	Alta	-	

Programa	1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural					Órgão Responsável		42000	Ministério da Cultura (MinC)
Objetivo	Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos étnicos, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares								
Público-alvo	Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Projetos de Diversidade Cultural Apoiados (unidade)	MINC/SID	1/12/2006	144,00	01/2011	14,00	400,00	Baixa	A situação foi detalhada na seção justificativa, por falta de espaço nesta seção. Segue atual estado dos problemas. 1. Quanto ao Prêmio Culturas Ciganas, já foram emitidas Ordens Bancárias para 27 dos 30 candidatos premiados. Quanto ao Prêmio Cultum Hip Hop, os recursos já foram repassados à OSCIP parceira (Instituto Empreender) que fará o pagamento dos prêmios entre 15/abril e 15/maio. 2. Em 2010 a SID decidiu pela suplementação orçamentária (adição) do edital de 2009, com recursos desta ação, da ordem de R\$ 2 milhões, o que permitiria a premiação de mais 200 candidatos, respeitando-se a ordem de classificação. No momento da execução financeira, a DGI/MinC optou pelo não pagamento desses prêmios em respeito às considerações da CONJUR/MinC, que apontou que o edital regulador do concurso não prevê em suas cláusulas a possibilidade de suplementação orçamentária. O empenho dos recursos (em RAP 2011) será cancelado e o processo será arquivado.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1446 Implementação da Política de Promoção da Saúde	Órgão Responsável		36000	Ministério da Saúde (MS)			
Objetivo	Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença-condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais							
Público-alvo	População Brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Municípios com Programas de Intervenção de Promoção de Atividade Física e de Lazer Implantados (%)	Relatórios de Monitoramento do Pacto de Gestão pela Saúde - SINPACTO	31/12/2007	16,20	12/2010	76,80	87,00	Alta	-
Percentual de Municípios Prioritários com Projetos Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)	Formulários de Avaliação da CGDANT/DASIS/SYSMS	31/12/2006	-	12/2010	83,80	87,00	Alta	-
Prevalência de Fumantes nas Capitais (%)	VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico DASIS/SYS/MS	31/12/2006	16,20	12/2010	13,50	12,20	Média	As Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT são responsáveis por 60% das mortes mundiais e 62% das mortes no Brasil. Estas enfermidades acarretam consequências socio-econômicas graves para os países, comunidades e famílias. Existem ações efetivas para seu enfrentamento, a saber: diminuição da taxa de mortalidade decorrentes das DCNT, a promoção de atividades de prevenção e o monitoramento para os fatores de risco e proteção das DCNT, regulamentações governamentais específicas com enfoque na alimentação saudável e anti-tabaco e ainda a garantia de acesso a medicamentos dos portadores de DCNT além do incentivo à prática de atividade física.
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardiovasculares (%)	Ministério da Saúde/SYS/SIM- Sistema de Informações sobre Mortalidade	31/12/2005	9,33	12/2010	8,50	8,00	Média	As circunstâncias que favoreceram a diminuição da taxa foram: a expansão da Atenção Básica, a diminuição das Doenças Cardio-Vasculares no Brasil, a melhoria das informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM -, e a implantação de várias outras ações de promoção à saúde. Porém há necessidade de intensificar estes e outros trabalhos para um melhor alcance do índice previsto para o fim do Plano.
Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (%)	SISAGUA e Relatório de Acompanhamento do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano VQACH/CGVAM/SYS	31/5/2007	20,00	12/2010	95,00	60,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	1008 Inclusão Digital			Órgão Responsável			47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico							
Público-alvo	Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses (%)	Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGLBr	7/12/2006	27,82	-	-	48,90	Média	Não há. Desde 2008, o Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.Br) deixou de disponibilizar o dado ao qual o indicador se refere com precisão decimal. Também passou a incorporar amostragem referente à área rural, em substituição à extrapolação de dados baseada na PNAD. A mudança na metodologia tende a pressionar o indicador para baixo.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1245 Inclusão Social pelo Esporte	Órgão Responsável	51000	Ministério do Esporte (ME)			
Objetivo	Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social						
Público-alvo	Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos (%)	MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional	1/2/2004	33,33	-	-	45,00	Muito Baixa
O Ministério do Esporte trabalha na elaboração de um novo indicador para o Programa.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	Órgão Responsável	33000 Ministério da Previdência Social (MPS)
Objetivo	Assurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei		
Público-alvo	Beneficiários definidos em Lei		
Este programa não apresenta indicador.			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011										Exercício 2011 - Ano base 2010		Volume II	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008													
Programa		0285 Indústria Petroquímica				Órgão Responsável				32000 Ministério de Minas e Energia (MME)			
Objetivo		Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado											
Público-alvo		Consumidores de produtos petroquímicos											
Indicador (unidade de medida)		Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar do Índice Previsto	Medidas Corretivas			
				Data	Índice	Data	Índice						
Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietilenos (porcentagem)		Petrobras		31/12/2002	7,10	12/2010	100,00	90,00	Alta	Sem comentários.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas						Órgão Responsável	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Objetivo	Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país								
Público-alvo	Governo e sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
Taxa de Satisfação do Usuário (porcentagem)	IBGE	Data	Índice	Data	Índice				
		31/12/2008	117,63	12/2010	116,14	117,00	Alta		-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0496 Informações Integradas para Proteção da Anazônia						Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região								
Público-alvo	O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazônidas; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos Órgãos Parceiros (porcentual %)	Núcleo de Meteorologia / Coord. Operacional / CTO/ Coord. Inteligência / CCG Brasília	31/12/2007	70,00	12/2010	92,30	90,00	Alta	-	



Programa	0515 Infra-Estrutura Hídrica	Órgão Responsável						53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade								
Público-alvo	Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Adução de Água Bruta (milhão de m³)	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	1.570,00	-	-	-	-		
Reserva de Água em Barramentos e Açudes (milhão de m³)	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	5.495,00	-	-	-	-		

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações						Órgão Responsável	41000	Ministério das Comunicações (MC)
Objetivo	Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações								
Público-alvo	Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto		Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa (%)	Fundação CPqD, FINEP e BNDES (Consolidação pelo Ministério das Comunicações)	3/1/2004	21,00	-	-	-	Alta		

Programa	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda					Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego								
Público-alvo	Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Aproveitamento de Vagas (porcentagem)	SINE	2/1/2006	50,00	03/2011	34,00	52,03	Baixa	O índice previsto para 2010 foi de 43,70%, entretanto, chegou-se a 34,00%, ou aproveitamento de pouco mais de um terço das vagas disponibilizadas ao Sine. Apesar de um crescimento no número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho com o auxílio do Sine, este não foi suficiente para acompanhar o aumento no número de vagas. O dado revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de descausamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sine e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. Visando inclusive aumentar o percentual de aproveitamento das vagas, o Ministério pretende concluir em 2011 a implantação do Portal MTE Mais Emprego, o qual possibilitará um melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando assim o resultado desse indicador.	
Taxa de Captação de Vagas (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	14,00	03/2011	19,06	14,28	Alta		
Taxa de Cobertura do Abono Salarial (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	94,09	01/2011	96,80	98,00	Alta	O índice previsto para o ano de 2010 foi de 97,29%. Até o fechamento do ano-calendário, em 30 de junho de 2011, espem-se atingir o valor previsto para a taxa de cobertura. A Taxa de Cobertura do benefício, que compara o número de trabalhadores beneficiados com o número de trabalhadores identificados na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) com direito ao benefício, subiu de 95,71% em 2009, para 96,80%, em 2010. Esse aumento de benefícios pagos, nos últimos anos, está relacionado diretamente com o aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, à melhoria na qualidade da informação e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0099	Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda			Órgão Responsável	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego						
Público-alvo	Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice	Previsto	
Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	62,77	01/2011	71,00	63,10	Média
Embora a taxa de cobertura aqui utilizada eluda a abrangência do seguro-desemprego, nem todos os trabalhadores pertencentes ao universo dos desligados sem justa causa têm direito ao benefício, por não satisfizerem os pré-requisitos do Programa. No exercício de 2010, ocorreram 9.552.047 demissões sem justa causa, e 6.739.087 trabalhadores foram alcançados pelo benefício do Seguro-Desemprego Formal, portanto cobertura de 71 %. (Vale registrar que a taxa foi registrada com valor a maior no Sigplan, no valor de 78,12%). O resultado encontrado para o exercício (71%) foi menor que a previsão, e em comparação a 2009, apresentou queda de 9%. Em 2010, o número de beneficiários do SD Formal caiu e o número de demitidos sem justa causa cresceu, resultando numa taxa menor. Pode-se inferir que um número maior de trabalhadores tenha voltado de imediato ao mercado de trabalho, prescindindo do recebimento do seguro-desemprego. Assim, não se avalia que sejam necessárias medidas corretivas.							
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)inscrição no Mercado de Trabalho Formal (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	7,00	03/2011	6,50	7,42	Alta
Considerando-se que foi previsto um índice de 6,8% para 2010, percebe-se que o resultado chegou bem próximo do planejado, entretanto, faz-se importante registrar que, nos dois últimos anos, a intermediação de mão-de-obra vem passando por mudança em seu sistema de gestão das informações, havendo ainda relatórios a serem emitidos, o que pode interferir nos resultados apresentados para a variável colocados, e consequentemente no cálculo deste indicador. Para melhorar a cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inscrição no mercado de trabalho formal, o MTE vem empreendendo esforços para o aumento do número de parceiros, e da rede de atendimento do Sine, que hoje já conta com 1.400 postos de atendimento. Também, para facilitar o acesso do trabalhador e do empregador ao Sine, o novo Portal MTE Mais Emprego disponibiliza ferramentas para inscrição, candidatura a emprego e recrutamento via web.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1036 Integração de Bacias Hidrográficas				Órgão Responsável		53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica							
Público-alvo	Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração (m³/s)	SIHMI	1/1/2003	75,00	-	-	-	-	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0641 Inteligência Federal	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade		
Público-alvo	Presidência da República		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1020 Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA					Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Objetivo	Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santarém no Amapá							
Público-alvo	Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santarém - AP							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional (porcentagem)	IBGE	31/12/2006	1,75	12/2010	2,05	1,80	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0168 Livro Aberto	Órgão Responsável				42000	Ministério da Cultura (MinC)	
Objetivo	Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Bibliotecas Públicas (unidade)	Ministério da Cultura, FBN/MinC, IBGE e Instituições voltadas para a produção editorial	31/12/2002	23,00	12/2010	0,43	0,00	Alta	Há que se considerar uma distorção no índice inicial de referência informado no SIGPLAN: o coeficiente é 0,29 e não 23, considerando-se as bases do IBGE. O índice alcançado no exercício de 2010 foi de 0,43 e a previsão para 2011 é a manutenção do referido índice.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0273 Luz para Todos	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)				
Objetivo	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água							
Público-alvo	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores rurais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data				Índice
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia (%)	MME	31/12/2006	38,09	12/2010	93,27	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba (%)	MME	31/12/2006	52,05	12/2010	89,91	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás (%)	MME	31/12/2006	53,81	12/2010	73,02	-	Baixa	A Eletrobras está fazendo gestões junto à Concessionária com o objetivo de conseguir solucionar a pendência
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso (%)	MME	31/12/2006	34,41	12/2010	89,76	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul (%)	MME	31/12/2006	95,92	12/2010	92,87	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Minas Gerais (%)	MME	31/12/2006	97,98	12/2010	98,89	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Pernambuco (%)	MME	31/12/2006	95,18	12/2010	103,45	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Rondônia (%)	MME	31/12/2006	19,95	12/2010	83,08	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima (%)	MME	31/12/2006	20,77	12/2010	27,69	-	Baixa	A medida corretiva será a contratação de equipes em numero necessário para a execução das metas contratadas pela concessionária com a Eletrobras.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Santa Catarina (%)	MME	31/12/2006	75,05	12/2010	104,20	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (%)	MME	31/12/2006	70,21	12/2010	94,87	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe (%)	MME	31/12/2006	63,30	12/2010	99,90	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Tocantins (%)	MME	31/12/2006	41,18	12/2010	61,80	-	Baixa	A medida corretiva será a contratação de equipes em numero necessário para a execução das metas contratadas pela concessionária com a Eletrobras. A concessionária deverá procurar mão de obra em outras regiões.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre (%)	MME	31/12/2006	22,79	12/2010	74,45	-	Baixa	A medida corretiva será a definição por parte da ANEEL quanto à cobertura dos custos de operação e manutenção dos sistemas isolados. A contratação do atendimento por parte da concessionária para cumprimento das metas contratadas com a Eletrobras.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	Objetivo	Público-alvo	Fonte	Índice de Referência				Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
				Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice		
Programa 0273 Luz para Todos	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixa renda, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água	População de baixa renda, postos de saúde, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores rurais	MME	-	-	-	-	15,46	-	Baixa	A concessionária deverá contratar equipes em número suficiente para a execução das metas contratadas com a Eletrobras.
				31/12/2006	14,03	12/2010	76,41	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	55,32	12/2010	90,83	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	56,96	12/2010	98,14	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	41,04	12/2010	95,74	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	37,34	12/2010	85,61	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	76,64	12/2010	93,84	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	9,96	12/2010	63,91	12/2010	-	Baixa	Contratação de mão de obra em outras regiões e em número suficiente para o cumprimento das metas contratadas com a Eletrobras.
				31/12/2006	64,13	12/2010	92,27	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	85,46	12/2010	100,10	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	49,07	12/2010	101,66	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	64,48	12/2010	98,08	12/2010	-	Alta	-
				31/12/2006	1.038.380,00	12/2010	2.634.356,00	12/2010	-	Média	Definição da responsabilidade sobre os custos de operação e manutenção dos sistemas isolados contratados pelo Programa Luz para Todos, contratação pelas concessionárias, de mão de obra em número suficiente para o cumprimento das metas contratadas com o Governo Federal, por intermédio da Eletrobras.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego		
Público-alvo	Usuários das rodovias federais		
Este programa não apresenta indicador.			



Programa	1109	Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil	Órgão Responsável				20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil							
Público-alvo	Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de empresas privadas de grande porte usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (porcentagem)	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	-	0,00	-	-	90,00	Média	Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) existentes no País. O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para definir o total de empresas privadas operacionais e existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.
Taxa de empresas privadas de médio porte usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (porcentagem)	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	-	0,00	-	-	90,00	Média	Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) existentes no País. O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para definir o total de empresas privadas operacionais e existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.



Programa	1109	Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil	Órgão Responsável				20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil							
Público-alvo	Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade A alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Empresas Privadas de pequeno porte usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (porcentagem)	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	-	0,00	-	-	90,00	Média	Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) existentes no País. O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para definir o total de empresas privadas operacionais e existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.
Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	-	-	40,00	Média	Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) usuários de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total estimado (IBOPE/Net Ratings) de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito de usuários da Internet (pessoas naturais), no entanto dificuldades para definir o total de usuários que se valem da certificação digital inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações. Estão sendo iniciados estudos para novo indicador.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1421 Meteorologia e Mudanças Climáticas				Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Objetivo	Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrologia e ambiental						
Público-alvo	Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes e defesa civil						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	1/1/2006	89,00	01/2011	92,00	92,00	Alta
Nota-se que a qualidade das previsões numéricas de tempo sobre o Brasil evoluíram sensivelmente nos últimos anos e o indicador apresentado como medida da evolução das atividades do programa está sendo cumprido a contento. Soma-se a isto aspectos positivos das previsões de tempo que também foram alcançadas, como por exemplo, previsões com altíssima resolução (até 5 X 5 Km) em regiões particulares, como a Serra do Mar.							
Taxa de Acerto da Tendência Climática Sazonal sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	31/12/2007	45,00	01/2011	58,00	60,00	Alta
A qualidade das previsões climáticas sazonais sobre o Brasil evoluíram significativamente. A taxa de acerto de tais previsões definida como indicador da evolução das atividades do programa está em um nível razoável, e provavelmente atingirá o valor definido para o final do PPA em 2011. Além disso, previsões climáticas regionais estão sendo elaboradas em alta resolução espacial, o que ajuda a definir melhor os padrões de anomalias de temperatura e precipitação. Simulações de mudanças climáticas tanto globais quanto regionais sobre a América do Sul estão sendo realizadas, e ganham novo impulso a partir da entrada em operação do novo supercomputador no CPTEC/INPE em Cachoeira Paulista-SP, capaz de realizar mais de 200 trilhões de operações por segundo. Esta nova capacidade computacional permitirá incluir nos modelos climáticos elementos que antes não eram considerados, tais como, a dinâmica do CO2, dinâmica do gelo marinho, etc.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0390 Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade				Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	
Objetivo	Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo							
Público-alvo	Setor produtivo; sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População (porcentagem)	IBOPE	30/4/2009	92,74	02/2011	89,70	93,00	Alta	A taxa de credibilidade está estabilizada e entendemos que não há mais um desafio de gerenciá-la como indicador do programa. Assim, foi proposto em 2010, a utilização do indicador "Nível de percepção Institucional junto à População Brasileira", também utilizado no Contrato de Gestão e que permite ao Inmetro comparar a sua imagem junto a sociedade em relação a outras instituições, tais como: INPI, ANVISA, CORREIOS. O índice apurado em 02/2011 = 80,79%, referente a 2010, e meta para 2011 = 83,00%. A fonte dos resultados da pesquisa referente ao exercício de 2010 foi ACAMEP.
Taxa de Reconhecimento do INMETRO (porcentagem)	IBOPE	30/4/2009	41,15	02/2011	45,93	51,00	Alta	Sem comentários.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1387 Microcrédito Produtivo Orientado			Órgão Responsável		38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)		
Objetivo	Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local							
Público-alvo	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/12/2004							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Clientes Ativos do Microcrédito Produtivo Orientado. (número índice)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2010	173,59	202,00	Alta	-
Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2010	254,17	266,61	Alta	-
Saldo da Carteira Ativa do Microcrédito Produtivo Orientado. (número índice)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2010	195,48	160,00	Alta	-
Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2010	363,41	363,00	Alta	-

Programa	0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável				Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da atividade minerária							
Público-alvo	Pequena e média mineração, cooperativas extrativistas minerais e de garimpagem e comunidades e aglomerados populacionais de baixa renda que sobrevivem do aproveitamento econômico dos recursos minerais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (%)	DNP/IBGE	31/12/2007	16,80	12/2010	65,64	75,00	Alta	-
Número-Índice da Produção Mineral (índice numérico)	DNPM	31/12/2003	100,00	12/2010	128,47	-	Média	Como o Número-Índice da Produção Mineral mede o desempenho do Setor Mineral e não diretamente o desempenho do Programa não se aplicam medidas corretivas.
Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral (índice numérico)	IBGE	31/12/2003	100,00	12/2010	113,51	-	Média	Como o Número-Índice da Produção Mineral mede o desempenho do Setor Mineral e não diretamente o desempenho do Programa não se aplicam medidas corretivas.
Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do setor mineral (%)	DNPM	31/12/2007	94,40	12/2010	92,51	98,00	Baixa	Na Taxa de Regularidade fiscal a instituição se empenhará para recuperar a arrecadação.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0365 Minimização de Riscos no Agronegócio				Órgão Responsável		22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Objetivo	Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos							
Público-alvo	Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Área Segurada (porcentagem)	Secretaria de Política Agropecuária - SPA	30/5/2005	1,90	12/2010	12,60	26,02	Baixa	Embora o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tenha apresentado um crescimento extraordinário nos últimos anos, atingindo mais de 12% de toda a área plantada no país em apenas 6 anos de existência, acreditamos que houve uma superestimação do valor do índice esperado para 2011. Esse fato deve-se sobretudo aos atrasos e contingenciamentos ocorridos nos recursos da Ação "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural" nos anos de 2009 e 2010.
Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo (porcentagem)	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	31/12/2002	79,00	12/2010	87,00	92,00	Alta	-
Taxa de Adesão ao PROAGRO (porcentagem)	RECOR/BACEN e Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO	31/7/2002	23,00	12/2010	68,25	52,00	Alta	-
Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro (porcentagem)	Banco Central do Brasil - BACEN	4/10/2006	16,00	12/2010	1,00	14,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	9989 Mobilidade Urbana	Órgão Responsável	56000 Ministério das Cidades (MCI/cidades)					
Objetivo	Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas							
Público-alvo	População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)	Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades	1/1/2002	1,50	-	-	2,00	Média	O indicador do programa não está sendo medido em função de necessitar recursos orçamentários para implementar pesquisa origem/destino para sua mensuração. A expectativa é média em função da previsão de contratação dos projetos vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014 e outros. Para avaliar esta alteração é necessária a efetiva apuração do índice.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8026 Mobilização para Defesa Nacional	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado		
Público-alvo	Nação Brasileira		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1353 Modernização da Polícia Federal	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal		
Público-alvo	Departamento de Polícia Federal		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0813 Monumenta	Órgão Responsável		42000	Ministério da Cultura (MinC)		
Objetivo	Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade						
Público-alvo	População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável (porcentagem)	Ministério da Cultura	31/12/2006	47,33	02/2011	88,10	0,00	-
						Alta	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0171 Museu Memória e Cidadania	Órgão Responsável	42000	Ministério da Cultura (MinC)				
Objetivo	Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país							
Público-alvo	Sociedade Brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Visitantes a Museus por ano (milhão)	IPHAN	31/12/2006	20,00	-	-	0,00	Alta	-
Taxa de Museus nos Municípios (porcentagem)	IPHAN	31/12/2006	16,00	12/2010	21,10	0,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1078 Nacional de Acessibilidade				Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo	Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida							
Público-alvo	Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Escolas Públicas Acessíveis (porcentagem)	Ministério da Educação	31/12/2007	10,00	12/2010	19,30	22,00	Alta	Sem comentários.
Taxa de escolas públicas com salas de recursos multifuncionais (porcentagem)	Ministério da Educação	31/12/2007	0,40	01/2011	28,56	7,50	Alta	Sem comentários.

Programa		0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE				Órgão Responsável		24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	
Objetivo		Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais							
Público-alvo		Governo; comunidade científica; e setor produtivo nacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) (%)	AEB/DPEI	31/12/2006	11,00	01/2010	20,00	78,00	Muito Baixa	Apesar de vários projetos terem apresentado avanços em 2010, o Índice apurado em 2010 se manteve igual ao do ano de 2009 e abaixo do previsto para o exercício. Isso se deve ao fato de que grande parte dos projetos, que compõem o indicador, continua ainda na etapa de "desenvolvimento", não tendo os produtos passados ainda para a etapa de "qualificação ou testes". O índice previsto para 2011 não será atingido, por um lado, pela própria natureza complexa das tecnologias que se pretende dominar. Por outro lado, pela falta de soluções para os problemas de natureza estrutural e situacional, que o programa ainda enfrenta, compreendendo, entre outros, a ampliação dos quadros de especialistas nos principais institutos de pesquisa espacial do país, elevação dos padrões de investimentos necessários para as atividades de P&D, modernização e fortalecimento da infraestrutura laboratorial e de pesquisa, bem como maiores incentivos para a participação da indústria espacial nas atividades de P.D&I.	
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) (percentual)	AEB/DPEI	31/12/2006	37,25	01/2010	27,60	39,30	Média	O baixo índice de 27,60% apurado em 2010, aproximadamente 30% inferior ao previsto para aquele exercício, deve-se ao atraso na entrega dos subsistemas de telemetria, telecomando e controle (TT&C) e de propulsão do satélite Amazonia-1, bem como da decisão pela contratação de empresa argentina para desenvolver o subsistema de controle de atitude e órbita (ACDH) desse satélite, que apresenta elevada complexidade tecnológica para as empresas brasileiras. Esses subsistemas correspondem, atualmente, os principais desafios tecnológicos do programa de satélites de sensoriamento remoto. O previsto para 2011 pode ser atingido, se elevados os investimentos e incentivos para o setor, articulados com uma política de compras governamentais.	

Programa	1113 Nacional de Atividades Nucleares	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)			
Objetivo	Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia						
Público-alvo	Instalações nucleares e radiativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração nuclear-elétrica; instituições de ensino						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	18,00	01/2011	5,00	18,00	Alta
Número de Procedimentos Médicos Viabilizados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)	CNEN/MCT	9/10/2007	3.000.000,00	01/2011	3.300.000,00	4.800.000,00	Alta
Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	84,00	01/2011	85,00	95,00	Alta
Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)	NUCLEP	31/12/2007	1.015,50	01/2011	3.666,00	10.000,00	Média
Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (percentual)	INB/MCT	31/12/2007	60,80	01/2011	63,60	95,00	Média
Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)	CNEN	15/10/2007	73,00	01/2011	90,00	64,00	Média
O desempenho desse índice está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico do país, particularmente no que se refere ao planejamento de instalações de centrais nucleares. Com a retomada da construção da usina de Angra 3 espera-se o atendimento integral do índice previsto para o período							
O alcance dessa meta está condicionado ao equacionamento orçamentário do empreendimento.							
Esse índice encontra-se em fase de revisão e ajustes em função de alterações no procedimento de recolhimento de rejeitos decorrente da regulamentação da Lei 10.308, de 20 de novembro de 2001. No entanto, espera-se alcançar o valor previsto ao final do PPA, dentro da nova metodologia de apuração do indicador.							

Programa	0506 Nacional de Florestas				Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social								
Público-alvo	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal								
	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador	Medidas Corretivas
			Data	Índice	Data	Índice			
Área de florestas com alto valor para conservação protegida (ha)	Ministério do Meio Ambiente - PNF	31/12/2006	600.000,00		12/2010	170.000,00	3.600.000,00	Baixa	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador
Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável (ha)	IBAMA	31/12/2006	3.000.000,00		12/2010	1.700.000,00	18.000.000,00	Baixa	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador
Área de Florestas Plantadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	627.000,00		12/2010	135.000,00	1.500.000,00	-	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador
Áreas degradadas recuperadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	31/12/2006	5.000,00		12/2010	4.500,00	100.000,00	-	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	Órgão Responsável				20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	
Objetivo	Promover a Reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano							
Público-alvo	Jovens que possuem entre 15 e 29 anos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Campo (percentual)	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	-	-	-	-	Alta	Não informado
Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Urbano (percentual)	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	-	12/2010	60,00	-	Alta	-
Taxa de Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho (percentual)	PNPE Web e CAGED.	1/8/2007	7,89	-	-	8,50	Alta	Indicador não apurado.
Taxa de Permanência Anual dos Jovens Participantes do ProJovem Adolescente (percentual)	SNAS	1/7/2007	-	-	-	-	Alta	-

Programa	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de risco social							
Público-alvo	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de risco social							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Risco Social (%)	IBGE	-	-	-	-	-	Alta	Em fase de elaboração de indicadores específicos para os territórios de paz, em razão de mudança de gestão, em parceria com IPEA. Criação de Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, por meio de projeto de lei.
Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	Ministério da Saúde	1/10/2006	26,00	12/2009	26,20	12,00	Alta	Implantação do Pacto Nacional de Enfrentamento aos Homicídios, a ser realizado com os Estados e Distrito Federal pelo Ministério da Justiça.
Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Risco Social (1/100.000 habitantes)	SENASP	-	-	-	-	-	Alta	Em fase de elaboração de indicadores específicos para os territórios de paz, em razão de mudança de gestão, em parceria com IPEA. Criação de Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, por meio de projeto de lei.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011									
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008									
Programa		0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural		Órgão Responsável		32000 Ministério de Minas e Energia (MME)			
Objetivo		Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais							
Público-alvo		Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Produção Média de Gás Natural (milhão de m³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	39,83	12/2010	53,08	94,10	Baixa	Devido a retração na demanda por gás natural já sinalizada pelo mercado, a Petrobras está estudando a redução da meta de produção para 2011.	
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por dia)	Petrobras	31/12/2003	1.540,00	12/2010	2.004,00	2.430,00	Baixa	Apesar de algumas áreas produtoras terem apresentado expressivo crescimento, na projeção total esse esforço não será suficiente para compensar o declínio natural da produção. Por esse motivo está em avaliação a redução da meta para 2011.	
Taxa de Frequência de Acidentes com Afundamento - TFCA (porcentagem)	Petrobras	31/12/2003	1,20	12/2010	0,55	0,49	Alta	-	
Volume de Óleo Derramado - VOD (m³)	Petrobras	31/12/2003	49,00	12/2010	276,40	39,00	Alta	Com relação a 2010, embora o volume derramado (276,40 m³) pareça sugerir aumento relativo dos volumes médios dos incidentes, verifica-se que esse volume foi em grande parte influenciado por ocorrências isoladas, em diferentes instalações e operadas por diferentes equipes, evidenciando que não se tratam de incidentes sistêmicos, ainda que mereçam toda atenção. Todos os demais incidentes foram de pequena monta, totalizando 5,10 m³, que correspondem a menos de 50 litros por incidente. Excluídas as ocorrências acima destacadas, que podem ser consideradas "pontos fora da curva", verifica-se que o desempenho da atividade apresenta desempenho com tendência de queda no volume de óleo derramado quando analisado período maior (últimos dez anos) e de estabilidade, quando considerados os últimos três anos, com resultado significativamente melhor que as demais empresas-membro da OGP.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1120 Paz no Campo	Órgão Responsável				49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	
Objetivo	Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos							
Público-alvo	Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiros, e os trabalhadores atingidos por barragens							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)	Ouvedoria Agrária Nacional	31/12/2003	42,00	01/2011	11,00	0,00	Baixa	1) Implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; 2) Ampliar a celebração de convênios, acordos e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão muito abaixo das necessidades/demandas apresentadas pelas instituições em tela; 3) Ampliar a capacitação dos mediadores de conflitos agrários, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão abaixo das necessidades/demandas; OBSERVAÇÃO: Se faz necessário observar que as metas físicas alcançadas, embora tenham superado as metas previstas, ainda estão aquém do necessário e por esta razão são necessários mais recursos, conforme explanado nos itens "2" e "3".

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social				Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte							
Público-alvo	Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto social das tecnologias geradas e avaliadas no ano (número-índice)	Embrapa (Balancço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	3,10	04/2010	2,38	3,10	Alta	-
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano (unidade)	Embrapa (Balancço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	79.426,00	04/2010	93.442,00	79.426,00	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para Inserção Social (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	29/4/2009	458,00	04/2010	827,00	1.238,00	Alta	-

Programa	1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos							
Público-alvo	Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano (número-índice)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	27/4/2009	1,09	04/2010	0,80	1,09	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para o Agronegócio (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	28/4/2009	1.833,00	04/2010	1.258,00	1.258,00	Alta	-
Participação de sementes/ cultivares da Embrapa no mercado de Sementes Nacionais (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) (percentual)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	21,00	04/2010	36,20	21,00	Alta	-
Valor do retorno dos investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado (reais)	Embrapa (Balanço Social Anual da Embrapa)	29/5/2009	13,55	04/2010	9,35	13,55	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011							Exercício 2011 - Ano base 2010		
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008							Volume II		
Programa	0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural		Órgão Responsável		32000		Ministério de Minas e Energia (MME)		
Objetivo	Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural								
Público-alvo	Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)	Petrobras	31/12/2002	80,00	03/2011	65,00	80,00	Média	Inserção no planejamento original dos novos projetos de P&D da estratégia de incorporação das tecnologias eventualmente desenvolvidas através de uma maior participação de potenciais fornecedores nos projetos onde novos produtos estejam sendo desenvolvidos.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0392 Pólo Industrial de Manaus				Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	
Objetivo	Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo							
Público-alvo	Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	31/12/2006	10,40	12/2010	11,62	4,00	Alta	-
Taxa de Agregação de Valor Local (percentual)	Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus - SUFRAMA	31/12/007	2,81	12/2010	2,59	3,00	Alta	-
Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (percentagem)	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	31/12/2006	64,02	12/2010	63,80	64,00	Alta	-
Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	31/12/2006	25,05	12/2010	10,20	18,51	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional</i>		
Público-alvo	<i>Nação brasileira e a comunidade internacional</i>		

Este programa não apresenta indicador.



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0621 Preparo e Emprego da Força Aérea	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem			
Público-alvo	Nação brasileira			
Este programa não apresenta indicador.				

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011			Exercício 2011 - Ano base 2010	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008			Volume II	
Programa	0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre		Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como, contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa</i>			
Público-alvo	Nação brasileira			
Este programa não apresenta indicador.				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0622 Preparo e Emprego do Poder Naval	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem		
Público-alvo	Nação brasileira		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0566 Prestação Jurisdicional Militar				Órgão Responsável		13000	Justiça Militar da União (Justiça Militar)
Objetivo	Processar e julgar crimes militares definidos em lei							
Público-alvo	Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas(Marinha, Exército e Aeronáutica)							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar (porcentagem)	Superior Tribunal Militar	31/12/2002	38,00	01/2011	39,20	40,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal				Órgão Responsável	12000	Justiça Federal (Justiça Federal)
Objetivo	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Aterro do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal (porcentagem)	Justiça Federal	31/12/2002	18,00	27,00	-	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal				Órgão Responsável	16000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Justiça do DFT)	
Objetivo	Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de solução dos processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (%)	Grupo Gestor de 1º e 2º instâncias e Assessoria de Programas e Projetos.	31/12/2006	56,77	12/2010	33,40	60,77	Baixa	OTJDFT em consonância com o seu Planejamento Estratégico estabeleceu metas para aumentar a taxa de solução de processos, como a criação de novas Circunscrições Judiciárias, criação de novas varas comuns e de varas especializadas, para desafogar a carga de trabalho nas varas existentes, bem como aumentar a força de trabalho nos órgãos judiciários e treinamento dos servidores e investiu na conciliação e outras formas de composição de conflitos.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011										Exercício 2011 - Ano base 2010	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008										Volume II	
Programa	0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça					Órgão Responsável		11000 Superior Tribunal de Justiça (STJ)			
Objetivo	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante, elencada no artigo 105 da Constituição Federal										
Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
			Data	Índice	Data	Índice					
		Superior Tribunal de Justiça	31/12/2006	64,00	01/2011	63,14	69,00	Alta		-	
Taxa de Processos Julgados (%)											

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal					Órgão Responsável	10000	Supremo Tribunal Federal (STF)
Objetivo	Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o habeas corpus e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal (porcentagem)	Supremo Tribunal Federal	26/4/2007	96,00	12/2010	127,53	100,00	Alta	-

Programa		Órgão Responsável		15000		Justiça do Trabalho (Justiça do Trabalho)	
Objetivo		0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Público-alvo		Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangendo os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Recorribilidade (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	50,72	04/2011	57,69	55,50	Média
O índice de recorribilidade apurado em 2010 superou as metas estabelecidas para 2011 (55,50%), bem como para o exercício (54,26%). Tal situação demonstra a admissibilidade de uma significativa entrada de recursos interpostos nas diversas instâncias trabalhistas, consoante os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como com as normas do Direito Processual pátrio. As medidas corretivas para o atingimento da meta passaram obrigatoriamente por uma ampla reforma da atual legislação trabalhista pelo Congresso Nacional.							
Número de Processos por Magistrado (unidade)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	2.290,00	04/2011	2.239,00	2.318,00	Média
A ampliação do número de Varas do Trabalho e o incremento nas itinerâncias no interior do país possibilitarão que se tenha um maior alcance nas ações desenvolvidas no âmbito da Justiça do Trabalho.							
Taxa de Solução de Processos (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	47,35	04/2011	54,23	50,43	Alta
O índice de 2010 já superou a meta estabelecida para o exercício de 2011.							
Tempo Médio de Solução de Processos (dias)	Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	586,00	04/2011	734,00	600,00	Média
A qualificação profissional, o aparelhamento da Justiça do Trabalho, conjuntamente com a consecução do processo eletrônico propiciarão efetiva redução no número de dias necessários à tramitação dos autos por todo o âmbito processual até a sua efetiva entrega ao jurisdicionado.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1164	Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro			Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Cortar o fluxo financeiro que mantém as organizações criminosas							
Público-alvo	Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Bloqueio de Contas no Exterior (%)	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/SNJ	10/8/2007	40,00	-	-	60,00	Baixa	A possibilidade de estimativa do índice dependerá (a) de diligências junto a Autoridades Centrais estrangeiras, por meio de compromisso formal do Ministério da Justiça de não-divulgação dos dados confidenciais (valor bloqueado, nome do correntista e jurisdição onde se localiza a conta), para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro; e (b) medidas junto a Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras e ao COAF, por meio de semelhante compromisso formal do Ministério da Justiça, para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro.
Valor de Ativos Preservados (R\$ mil)	Sistema de Alienação Eletrônica (Lei11.418/2007) (Lei11.418/2007							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer				Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Anual Desmatada da Amazônia Legal (km²)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	13.100,00	12/2010	6.451,00	7.736,00	Alta	-
Número de Focos de Calor (unidade)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	31/12/2002	85.359,00	12/2010	133.149,00	85.359,00	Média	O índice adotado não é o mais indicado, pois é altamente dependente do clima. O IBAMA/Prevfogo possui informações da probabilidade do evento climático "la niña" para o ano de 2011. Este fenômeno aumenta a probabilidade e quantidade de chuvas e consequentemente aumenta a probabilidade de diminuição dos focos de calor no ano.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	Órgão Responsável					20122	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)	
Objetivo	Prevenir e enfrentar sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àquelas em situação de violência ou risco, transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz.								
Público-alvo	Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Proporção de Denúncias de Violência Física na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	68,00	12/2010	59,10	70,00	Alta	-	
Evolução do Número de Atendimento da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	-	12/2010	82,80	5,00	Alta	-	
Evolução do Número de Profissionais da Rede Atendimento à Mulher Vítima de Violência Capacitados (percentagem)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	6,00	12/2010	9,30	17,00	Alta	-	
Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (percentual)	Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Pesquisa sobre Perfil Organizacional das DEAMs.	31/12/2005	-4,25	-	-	10,00	Média	Articulação com o Ministério da Justiça para que este retome a divulgação das informações.	
Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	14,00	12/2010	22,90	10,00	Alta	-	
Proporção de Denúncias de Violência Psicológica na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	22,70	12/2010	25,40	25,00	Alta	-	
Proporção de Denúncias de Violência Sexual na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)	Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	2,50	12/2010	2,10	5,00	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1027 Prevenção e Preparação para Desastres				Órgão Responsável		53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo	Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos							
Público-alvo	Instituições de Defesa Civil							
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Atingir o Índice Previsto
			Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres (porcentagem)	Órgãos Estaduais de Defesa Civil		2012/2004	62,00	-	-	-	Muito Baixa
Elaboração de parâmetros de metragem que meça a funcionalidade do órgão de defesa civil municipal (grau de atuação da COMDEC), com inserção na legislação que trata sobre as transferências de recursos para as municipalidades e/ou elaboração de novos indicadores.								

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade				Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União								
Público-alvo	Sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte		Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
			Data	Índice	Data	Índice			
Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	Departamento de Polícia Federal		1/12/2006	79,00	12/2010	87,00	70,00	Alta	-
Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (porcentagem)	Departamento de Polícia Federal		31/12/2006	63,60	12/2010	124,00	80,00	Alta	-

Programa	0086 Previdência Complementar			Órgão Responsável	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)		
Objetivo	Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando a formação de poupança estatal e a socialização do capital							
Público-alvo	Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (porcentagem)	SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2002	18,00	12/2010	16,35	18,00	Muito Baixa	Existe uma tendência de melhora do indicador para 2011 diante do cenário de ampliação da rentabilidade dos títulos públicos e com o arrefecimento da economia motivado pela elevação dos índices de inflação. Sob o aspecto das políticas direcionadas ao setor, as ações de fomento atuam para ampliação da cobertura previdenciária com a correspondente elevação dos ativos.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0083 Previdência Social Básica		Órgão Responsável		33000 Ministério da Previdência Social (MPS)	
Objetivo		Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios					
Público-alvo		Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	74,77	12/2010	89,41	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas.
Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	65,00	12/2010	55,32	Baixa	Aumento do número de servidores para recompor as equipes de Reabilitação Profissional nas Gerências-Executivas e APS onde o serviço é oferecido. Capacitação dos servidores da Reabilitação Profissional em procedimentos de gestão, para os Representantes e Responsáveis Técnicos; rotinas e processos de trabalho da Reabilitação Profissional, para toda a equipe de Orientação Profissional; investigação de Mercado de Trabalho, para toda a equipe de acompanhamento profissional, para identificar o perfil do mercado de trabalho e propiciar a melhor inserção do segurado; elaboração de Termo de Referência e Plano de Trabalho, para formalizar processos de licitação para aquisição de cursos profissionalizantes, órteses, próteses e outros. Promover a integração e agilização das áreas de Logística e Procuradoria que atuam nos processos de licitação para aquisição de órtese, prótese, cursos profissionalizantes, implementos e instrumentos de trabalho.
Taxa de Solução de Demandas (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	71,57	12/2010	96,16	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas.
Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social (percentual)	CRPS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	69,85	12/2010	76,00	Média	Gestões junto às Unidades demandantes para o envio dos processos às respectivas Juntas de Recursos.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0472 Proantar	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica		
Público-alvo	Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas				Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas							
Público-alvo	Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atinger o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos, excluída a Bacia Amazônica (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	1,58	12/2010	16,58	16,96	Alta	-
População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	5,93	12/2010	12,23	14,34	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0647 Produção de Material Bélico	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública</i>		
Público-alvo	<i>Forças armadas brasileiras e polícias militares</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011					Exercício 2011 - Ano base 2010			
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008					Volume II			
Programa	0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança				Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)	
Objetivo	Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público							
Público-alvo	Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atinger o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual (porcentagem)	Casa da Moeda do Brasil	31/12/2002	99,20	-	-	100,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)	
Objetivo	Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos, de forma equitativa, integral, humanizada e com qualidade				
Público-alvo	Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo				
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2010	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Data	Índice Previsto para 2011	
Coefficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS (1/100.000)	MS/SAS/SH-SUS	31/12/2002	12/2/008	-	-
Coefficiente de Mortalidade Infantil (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/2003	12/2/008	-	-
Coefficiente de Mortalidade Neonatal (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/003	12/2/008	-	-
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (porcentagem)	MS/SAS / SH-SUS, SIA-SUS	31/12/2005	12/2/009	75,00	Medidas corretivas necessárias: Os gastos Federais do Programa de Saúde mental no ano de 2010 tiveram aumento real, sendo que a maior parte dos recursos foi aplicada em ações e programas comunitários e extra-hospitalares. Apesar do índice previsto não ter sido alcançado, o percentual de gastos extra-hospitalares passou de 67,71% em 2009 para 70,56% no ano de 2010; valor que representa a consolidação da tendência de ampliação regular e real dos recursos e aumento do investimento nas ações extra-hospitalares, evidenciando uma efetiva reorientação do financiamento, seguindo a mudança do modelo de atenção à saúde mental. Para que a meta de 75% seja atingida no ano de 2011, é necessário que sejam realizados esforços no sentido de investir financeiramente na expansão da rede extra-hospitalar de atenção à saúde mental, álcool e outras drogas

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1143 Promoção da Ética Pública				Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	
Objetivo	Aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal							
Público-alvo	Alta administração federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto 1.171/94, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos (porcentagem)	Comissão de Ética Pública	-	-	12/2/08	50,30	-	Alta	Divulgação permanente da ética na Administração Pública, com maior integração dos órgãos e entidades responsáveis pela integridade do serviço público.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1413 Promoção da Justiça e da Cidadania	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	<i>Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia</i>		
Público-alvo	<i>Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas estrangeiras no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de discursos públicos em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico				Órgão Responsável		24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores							
Público-alvo	Instituições de pesquisa; universidades; e empresas nacionais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Artigos Publicados por Pesquisadores Brasileiros em Periódicos Científicos Indexados no ISI (unidade)	Web of Science / ISI Web of Knowledge < http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi?DestApp=WOS&Func=Frame&Init=Yes&SID=2ENLFpo@lafpk7o6ld > acesso em 22/03/2007	Data	Índice	Data	Índice			
		31/12/2007	19.436,00	01/2011	26.482,00	39.814,00	Alta	-
Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT (índice numérico)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2007	2,20	01/2011	2,23	2,60	Alta	-
Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (unidade)	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - http://www.rnp.br/conexao/instituicoes.php?cod=602	28/8/2007	306,00	01/2011	625,00	411,00	Alta	-
Processos e Técnicas Desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2006	670,00	01/2011	669,00	710,00	Alta	-

Programa		1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO				Órgão Responsável		53000 Ministério da Integração Nacional (MI)	
Objetivo		Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais				Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores			
Público-alvo									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Bacia do Itabapouma (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada das Mangabeiras (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada do Araripe (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Grande Fronteira do Mercosul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região de Águas Emendadas (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Alto Solimões (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Xingó (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Pico da Pedra (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (unidade)	IBGE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Vale do Rio Acre (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0355 Promoção das Exportações				Órgão Responsável		35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Objetivo	Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional							
Público-alvo	Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atinger o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras (porcentagem)	Departamento de Promoção Comercial - DPR	21/8/2003	85,00	01/2011	90,00	95,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1432	Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial	Órgão Responsável	20126	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)		
Objetivo	Reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida						
Público-alvo	Grupos étnico e racialmente discriminados, com ênfase na população negra						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice				
Evolução do Número de Organismos no FIPIR (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	-	1,65	44,00	Alta	Índice previsto no ano: 33 Índice atingido: 165
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	85,00	100,00	100,00	Alta	Atingido em 100%.
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	7,60	10,89	11,60	Alta	Índice previsto no exercício 10,60% Índice atingido no exercício: 10,89%

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0120 Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira				Órgão Responsável		53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
Objetivo		Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira							
Público-alvo		Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessário a reestruturação deste indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.	

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011				Exercício 2011 - Ano base 2010				
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008				Volume II				
Programa	1404 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa			Órgão Responsável		20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)		
Objetivo	Assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade							
Público-alvo	População idosa brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa (%)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	Deve-se fazer uma análise crítica acerca da eficácia ou não do indicador atual em relação a aferição de avanços da política desta SDH destinada às pessoas idosas. O decreto nº 6.800/2009 legitimou a SDH como Coordenadora da PNI. O foco está na violação dos DH, em todas as formas de discriminação, preconceito e violência. O indicador atual além de medir obtusamente a condução desta política, não logra êxito como aferidor nem mesmo no que diz respeito ao enfrentamento da violência, conforme justificamos. Desta forma, considerando a importância da representação destes indicadores, bem como a necessidade de tratarmos essa política de maneira transversal, sugerimos que o referido indicador seja excluído e sugere-se a substituição pelos indicadores apresentados abaixo em acordo com as ações do PPA: Número de Pessoas Capacitadas acerca da temática do envelhecimento. Número de Pessoas capacitadas como Cuidadores de idosos. Número de Idosos Atendidos nos CIAPVIs

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência		Órgão Responsável		20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo		Assurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país					
Público-alvo		Pessoas com Deficiência					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Efetividade de Aprendizagem com Deficiência (porcentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	1/5/2009	0,25	0,58	0,40	Alta	A relação entre contingenciamento no exercício, eventos negativos e que prejudicaram a execução dos trabalhos cabe ao MTE, que é o órgão executor desta ação.
Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (porcentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	44,44	100,00	-	Alta	-
Taxa de matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino (porcentagem)	INEP-MEC	1/5/2009	54,00	68,93	64,00	Alta	Sem comentários.
Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (porcentagem)	CORDE/SEDH	1/5/2009	5,14	5,14	10,00	Baixa	Incrementar a dotação orçamentária e trabalhar ainda mais em articulação com os entes federativos para que leis municipais instituam os conselhos.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0797 Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas				Órgão Responsável	20101	Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)			
Objetivo	Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a prestação de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos									
Público-alvo	Governo e sociedade									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas		
		Data	Índice	Data	Índice					
Taxa de Crescimento dos Acessos aos Sites do IPEA (proxy de avaliação pela sociedade) (porcentagem)	IPEA/MP	4/6/2007	1,00	12/2010	1,55	3,00	Alta	-		

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0670 Proteção a Pessoas Ameaçadas				Órgão Responsável		20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	Garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes							
Público-alvo	Testemunhas de crimes, vítimas de violência, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice					
Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção (percentagem)	GAJOP	31/12/2003	100,00	100,00	100,00	Alta	-	
Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes (percentual)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	-	-	-0,02	-	Alta	-	
Tempo médio de capacitação oferecido aos técnicos dos serviços de proteção. (hora)	SEDH/PR	31/12/2007	228,00	447,00	648,00	Alta	-	
Tempo médio de permanência das crianças e adolescentes ameaçados nos serviços de proteção (dias/beneficiários)	SEDH	-	-	7,00	-	Alta	-	
Tempo médio de permanência das testemunhas nos serviços de proteção (dia/beneficiário)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	36,00	0,00	Alta	-	
Tempo médio de permanência dos defensores dos direitos humanos nos serviços de proteção (dias/beneficiários)	SEDH	-	-	5,00	-	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas		
Público-alvo	Sociedades indígenas		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas				Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral							
Público-alvo	Povos Indígenas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena (1/100.000)	SIASI/DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	104,10	12/2010	14,86	89,50	Baixa	Índice apurado no exercício 1486. O índice atingido no exercício de 2010 corresponde somente aos dados de 56% (19/34) dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas/DSEI, não refletindo a realidade do indicador. A ausência de informações dos DSEI reflete o período de transição da saúde indígena, com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena-Sesai, em outubro/2010. Espera-se que após a organização da estrutura da Sesai, a área técnica daquela Secretaria empreenda todos os esforços para o resgate das informações não necessárias.
Coefficiente de Incidência Parasitária de Malaria na População Indígena (1/1.000)	SIASI/DESAI - SISMAL/ CENEPI /FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	122,43	12/2010	97,70	50,10	Média	Índice apurado no exercício 97,7. Apesar do índice ter sido inferior ao ano anterior, observou-se um aumento no número de casos. De acordo com a área técnica responsável é possível que o aumento se deve às melhorias da coleta de informação e de acesso ao diagnóstico, possibilitando o tratamento precoce na população indígena. Destaca-se que alguns Distritos Sanitários Especiais Indígenas-DSEI, que até 2009 não realizavam buscas ativas, em 2010 adiantaram essa atividade em suas programações.
Coefficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano (1/1.000)	SIASI/DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	48,00	12/2010	41,90	39,00	Média	Índice apurado no exercício 41,9. Embora a Taxa de Mortalidade Infantil Indígena -TMI ainda seja mais alta que a da população em geral, verifica-se que a série histórica de 2000 a 2009 aponta uma queda significativa, de 74,6 por mil nascidos vivos em 2000, para 41,9 por mil nascidos vivos no ano de 2009, correspondendo a uma redução de 43,8% para o período. Esse resultado se deu graças a um processo de consolidação e priorização desta temática, fortalecida, nos últimos três anos, por meio de: formação de codificadores da CID-10 nos DSEI; utilização das Declarações de Óbitos em consonância com o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); política de investigação de óbitos infantis e da formação de comissões de investigação de óbitos infantis; participação nos comitês de investigação de mortalidade infantil e materna nos respectivos estados; melhorias internas no sistema de informação e ações diretas e indiretas com foco no aprimoramento da vigilância epidemiológica em relação à temática da mortalidade infantil e das ações de atenção à saúde voltada à redução desse indicador. Entretanto, ainda se configura em um importante problema de saúde pública a ser enfrentado, que deve ser buscado, incessantemente, pela SESAI, objetivando manter a taxa em queda, com foi realizado pela Funasa.

Programa	0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas				Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)	
Objetivo	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral							
Público-alvo	Povos Indígenas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Terras Indígenas Regularizadas (unidade)	Funai	1/7/2007	420,00	12/2010	432,00	542,00	Média	
O Indicador para avaliação de resultado compreende a fórmula de cálculo dada pelo Sonatório do número de terras com os procedimentos da demarcação administrativa concluído. Com referência a este indicador no ano de 2010 houve um evolução de apenas 4 terras com a regularização administrativa concluída, ou seja, a conclusão do processo com o registro no cartório e patrimônio da união. Assim, o indicador chegou ao final de 2010 com 432 terras indígenas com a regularização concluída. Este índice ficou bem abaixo do previsto, sendo que uns dos principais fatores para ocorrência desta situação esta nas decisões contrários de terceiros ao processo de regularização das terras indígenas, seja na instância administrativa, seja na jurídica.								
Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena (porcentual)	Funai	1/7/2007	27,20	12/2010	22,92	10,90	Média	
O índice apurado levou em conta as terras indígenas conhecidas na elaboração do PPA 2008/2011, tendo em vista que esta situação não é estática, pois todos os anos há o reconhecimento de novas áreas. Sendo assim, o índice no ano de 2010 evoluiu apenas para 22,92%, bem aquém do previsto. Os fatores para o baixo índice estão nas dificuldades impostas pelos moradores não indígenas que buscam de todas as formas proteger a saída da terra indígena, seja na esfera administrativa impedindo a entrada dos técnicos da Funai na execução das visitórias de campo ou na adoção de medidas judiciais que pela morosidade processual da justiça atrasa os procedimentos de retirada. Outro fator esta na insuficiência de recursos, principalmente na parte relativa ao contingenciamento do orçamento e ainda a carência de servidores no quadro da Funai que atuam na área fundiária. A resolução destas questões poderá levar a melhoria desse índice.								

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1384	Proteção Social Básica	Órgão Responsável	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)			
Objetivo	Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários							
Público-alvo	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intemperie ou calamidade, fragilização de vínculos de pertencimento social decorrente de discriminação étnica, étnica, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, entre outros							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Razão entre o Número de Serviços Ofertados pela Proteção Social Básica e o Número de Beneficiários Pagos (unidade)	SNAS	31/12/2006	0,28	12/2010	0,54	-	Alta	-
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para a Pessoa com Deficiência (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	6,76	12/2010	9,39	6,14	Média	A Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada 3 BPC da Assistência Social para Pessoa Idosa apresentou queda nos últimos cinco anos. Em 2006, o crescimento registrado foi de 9,98%, em 2009 foi de 8,23% e 2010 atingiu 5,32%. A diminuição do crescimento pode ser explicada em parte pela melhoria da economia brasileira no período recente, bem como na melhoria do processo de concessão e da fiscalização. A despeito disso, pode-se inferir que o percentual previsto para o final do PPA, que é de 6,77%, provavelmente estará próximo da meta.
Taxa de Cobertura de CRAS para Famílias com Renda Familiar Per Capita de até 1/2 Salário Mínimo Co-Financiados com Recursos Federais (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	11,10	12/2010	5,32	6,77	Alta	-
Taxa de Cobertura de CRAS para Famílias com Renda Familiar Per Capita de até 1/2 Salário Mínimo Co-Financiados com Recursos Federais (%)	Matriz de Informações Sociais	31/12/2006	48,00	12/2010	92,80	100,00	Média	O alcance da meta prevista para o final do PPA (100%) depende de disponibilidade orçamentária para a realização de expansão do número de CRAS.

Programa	1385	Proteção Social Especial	Órgão Responsável	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	
Objetivo	Aumentar o alcance da Seguridade Social brasileira não contributivo, a partir da concretização de ações socio-assistenciais de proteção social especial, de modo a promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que não tiveram seus direitos concretizados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiares e comunitários					
Público-alvo	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com direitos violados, vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos e situações de contingência					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data		
Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegrados às suas Famílias (%)	MDS/SISCOM, MDS/SUASWEB, Censos Locais e Pesquisa Nacional Realizada pelo IPEA/2004: "O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil"	1/7/2007	-	-	100,00	Indicador em construção.
Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade, Piso de Alta Complexidade I, e Piso de Alta Complexidade II (%)	MDS/REDESUAS	1/7/2007	38,80	12/2010	70,00	No que diz respeito aos serviços de proteção social especial de alta complexidade, destaca-se a necessidade de expansão da taxa de cobertura do Piso de Alta Complexidade, sendo inclusive, que o país já dispõe de pesquisas que apontam a necessidade de ampliação desta rede e dos recursos do cofinanciamento federal. Em relação ao PTMC, ressalta-se que, para se praticar a ampliação da cobertura é necessário desencadear o processo de transição do PTMC, série histórica de cofinanciamento de serviços especializados de proteção social especial de média complexidade.
Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes (%)	Matriz de Informação Social/MDS; IBGE	1/7/2007	0,00	12/2010	100,00	-
Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial (%)	MDS/SUASWEB, MDS/SISCON e informação gerencial	1/6/2007	-	-	100,00	Indicador encontra-se em construção. Esse índice não foi apurado devido à falta de dados que permitam tal apuração. Alguns dos dados necessários à apuração desse indicador serão obtidos pelo Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1157 Qualidade dos Serviços de Telecomunicações				Órgão Responsável	41000	Ministério das Comunicações (MC)	
Objetivo	Garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade							
Público-alvo	Usuários de serviços de telecomunicações							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice	Índice		
Densidade de Acesso em Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2006	20,70	01/2011	21,76	19,16		Alta
Densidade de Acesso em Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2006	55,70	01/2011	104,68	86,02		Alta
Densidade de Acessos em Banda Larga (%)	ANATEL	31/12/2006	3,20	01/2011	8,11	6,35		Alta
Solicitações de Reparo na Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2007	1,50	01/2011	1,93	1,50		Média
Taxa de Reclamações de Usuários de Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2007	1,00	01/2011	0,34	1,00		Alta
Taxa de Reclamações de Usuários de TV por Assinatura (%)	ANATEL	31/12/2007	2,00	01/2011	0,72	2,00		Alta
Taxa de Solicitações Atendidas no Prazo (%)	ANATEL	31/12/2007	82,00	01/2011	85,39	82,00	Alta	

Programa	1346 Qualidade Ambiental				Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
Objetivo	Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas								
Público-alvo	Sociedade								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	31/12/2003	4.000,00	05/2010	46,90	100,00	Alta	-	
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	30/4/2007	874,40	05/2010	1.415,50	1.167,70	Alta	-	
Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (unidade)	IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, MME e MT	30/6/2004	440,00	01/2011	58,00	10,00	Muito Baixa	Aumento do quadro do pessoal técnico. Durante o exercício de 2011 será dada prioridade a regularização dos empreendimentos em funcionamento sem licença.	
Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (unidade)		3/1/2006	461,00	01/2011	773,00	250,00	Alta	Embora não se contando com os dados da Região Metropolitana de Porto Alegre, verifica-se que o número de ultrapassagens para o material particulado PM10 retornou aos níveis de 2008. Pelo histórico do índice, pode-se atribuir tal melhoria aos dados fornecidos pelo INEA para as estações de monitoramento localizadas na Baixada Fluminense próximas a polos industriais, notadamente de Campos Elísios, Cidade dos Meninos, Jardim Primavera e São Bento. Todavia, a identificação do fator que determinou a mesma demandaria estudos secundários, vez que poderiam estar contemplados vários fatores como, por exemplo, o incremento de equipamentos de combate a poluição atmosférica ou melhoria de sua eficiência, o incremento das ações de fiscalização, a desaceleração econômica das atividades ali presentes ou até mesmo a fenômenos climáticos ligados a dispersão.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	Órgão Responsável				22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	
Objetivo	Sobriguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores							
Público-alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadoras, reprodutoras e armazenadoras de insumos agropecuários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas (porcentagem)	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	31/12/2006	83,00	12/2010	83,00	94,00	Média	Realizar ações de acompanhamento nas empresas para avaliar a necessidade de adequação dos registros do produto, pois não há necessidade agrônômica que os produtos mantenham as garantias apresentadas por ocasião dos registros concedidos. Há alguns anos e que por alterações das composições químicas das rochas exploradas, matéria prima dos produtos, podem ter se modificado, ensejando a necessidade das empresas adequarem seus registros.
Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas (porcentagem)	CFA/DDIV/SDA	1/1/2004	85,00	12/2010	96,00	95,00	Alta	Não há necessidade para este PPA.
Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2006	84,00	12/2010	89,00	95,00	Alta	Foi estabelecida estratégia diferente de fiscalização, priorizando as empresas com menor índice de conformidade e com permanência por mais tempo das Fiscais nas mesmas, visando identificar os pontos críticos onde existem maiores chances de ocorrerem as não conformidades. Também está sendo elaborada legislação que implante o Programa de Boas Práticas de Fabricação, visando eliminar das Empresas os procedimentos inadequados na fabricação de fertilizantes. Trata-se de uma melhoria de processos operacionais das Empresas.
Taxa de Conformidade de Inoculantes (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	61,00	12/2010	98,00	90,00	Alta	Não necessidade para este PPA.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica		Órgão Responsável		32000 Ministério de Minas e Energia (MME)	
Objetivo		Promover condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços		Público-alvo		Consumidores e agentes setoriais públicos e privados	
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) (hora)	ANEEL	31/12/2002	18,07	03/2011	18,40	Média	A implementação dos Programas de Universalização das concessionárias implica expansão das redes de distribuição, produzindo uma tendência de crescimento dos índices DEC e FEC. Nessas condições, torna-se gradualmente mais difícil manter a qualidade do serviço. Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia de alguns regimes.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Centro-Oeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,74	03/2011	16,63	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Nordeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	24,21	03/2011	20,70	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Norte) (hora)	ANEEL	31/12/2002	37,33	03/2011	76,80	Muito Baixa	Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia da Região Norte.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sudeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	12,51	03/2011	11,43	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sul) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,69	03/2011	14,49	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção Por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	14,84	03/2011	11,35	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Centro-Oeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	22,44	03/2011	15,64	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Nordeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,69	03/2011	11,25	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Norte) (unidade)	MME	31/12/2002	41,71	03/2011	49,07	Baixa	Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia da Região Norte.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sudeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	8,82	03/2011	6,60	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica				Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços							
Público-alvo	Consumidores e agentes setoriais públicos e privados							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto		Medidas Corretivas
		Data	Índice					
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sul) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,71	10,52	14,91	Alta		-
Índice de Satisfação do Consumidor (unidade)	Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade - SRC/Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	31/12/2005	58,88	64,41	-	Média		Estima-se que o índice de 64,41 alcançado em 2010 possa ser obtido novamente em 2011.
Outorga de Geração (mw)	ANEEL	31/12/2007	6.596,24	15.950,17	5.947,40	Alta		-
Outorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica (km)	ANEEL	31/12/2003	2.216,00	2.388,00	0,00	Alta		A outorga de linhas de transmissão será feita em conformidade com o planejamento da expansão dos sistemas de transmissão, a ser definido pelo MME.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis				Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade						
Público-alvo	Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras (km²)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	304.502,00	339.000,00	-	Alta	-
Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento (porcentagem %)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/7/2003	94,00	97,70	0,00	Alta	-
Reservas de Gás Natural (milhão de m³)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/12/2006	347.903,01	423.080,00	-	Alta	-
Reservas de Petróleo (Milhão de barris)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	12.181,62	14.250,00	-	Alta	-
Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel (porcentagem)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	-	-	97,00	-	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	Órgão Responsável				39000	Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes						
Público-alvo	Usuários de transporte de carga e de passageiros						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga (%)	Anaq/MT	-	-	-	-	-	Índice não apurado ou não divulgado pelo organismo responsável (fonte)
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga (%)	ANTT/MT	-	-	-	-	-	Índice não apurado ou não divulgado pelo organismo responsável (fonte)
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros (%)	ANTT/MT	-	-	12/2010	87,80	-	Há a necessidade de ampliação da amostragem. Pelo índice apresentado, dado as características do transporte coletivo de passageiros, muito sensível ao tratamento oferecido pelo sistema, pode-se considerar que a prestação dos serviços estão satisfatórios para os níveis desejados. O item segurança parece ser ainda o ponto mais crítico a ser tratado, principalmente no que se refere as condições dos veículo e comportamento dos condutores e suas jornadas de trabalho.
Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte (%)	ANTT/MT e Anaq/MT	-	-	12/2010	96,18	-	Há necessidade de estabelecer uma metodologia mais precisa que incorpore modalidades distintas no mesmo índice, como o transporte rodoviário ferroviário e aquaviário. O Índice de 96,16% representa a média do transportes de passageiros (93,51%) e de cargas (98,84%). As características de fiscalização entre eles são distintas, a começar pela frequência. A empresa de transporte de passageiro é fiscalizada esporadicamente (por diligências ou denúncias) a de carga é sistematicamente fiscalizada em pontos físicos.

Programa	0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários				Órgão Responsável		33000	Ministério da Previdência Social (MPS)
Objetivo	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo as necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.							
Público-alvo	Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice	2011		
Pesquisa de Satisfação do Usuário (nota média 1/10)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	7,57	02/2011	9,00	9,00	Alta	-
TMC - Tempo Médio de Concessão (dia)	INSS/MPS	30/4/2007	32,00	01/2011	25,00	15,00	Média	Investimento em desenvolvimento de novos sistemas e na depuração das informações cadastrais, de vínculos e remunerações, que permitam o reconhecimento automático do direito e a resolubilidade imediata do requerimento.
TME - Tempo Médio de Espera (minuto)	SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento	30/4/2007	50,00	01/2011	35,23	10,00	Muito Baixa	Investimento em desenvolvimento de novos sistemas e na depuração das informações cadastrais, de vínculos e remunerações, que permitam o reconhecimento automático do direito e a resolubilidade imediata do requerimento.
TMEA - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (dias)	SIAE	31/12/2009	37,00	02/2010	15,00	28,00	Alta	-

Programa	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H				Órgão Responsável		56000	Ministério das Cidades (MCI/cidades)
Objetivo	Elevar os padrões da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda							
Público-alvo	População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)	Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto	1/5/2007	84,00	12/2010	81,34	88,00	Alta	-
Taxa de Empresas Avaliadas no SIAC (porcentagem %)	Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE	1/12/2006	3,40	09/2010	8,77	7,30	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa			1448 Qualidade na Escola			Órgão Responsável		26000		Ministério da Educação (MEC)	
Objetivo		Expandir e melhorar a qualidade da educação básica									
Público-alvo		Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas			
		Data	Índice	Data	Índice						
Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	0,85	-	-	0,93	Muito Baixa	Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 0,81. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (0,93) não seja alcançado. Houve uma estabilização na evolução desse indicador, em relação ao dado anterior. O MEC se manteve empenhado em promover a evolução do indicador, por meio de ações de melhoria da qualidade e fluxo na Educação Básica, especialmente por meio da disponibilização de tecnologias de correção de fluxo selecionadas e disponibilizadas aos estados e municípios, por meio do Guia de Tecnologias.			
Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	4,43	-	-	5,40	Muito Baixa	Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 4,1. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (5,4) não seja alcançado. Nota-se que o índice se manteve praticamente estável em relação aos dados dos dois anos anteriores, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação de um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica.			
Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	8,30	-	-	9,10	Alta	Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 9,1. Dessa forma, o índice previsto para o final do PPA (9,1) foi alcançado já no ano de 2009. Nota-se uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, além de um considerável avanço em relação ao índice de referência.			
Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	42,90	10/2010	50,80	70,00	Muito Baixa	Os dados referentes a 2010 informam o alcance de um índice de 50,8. Embora tenha havido uma sensível evolução em relação aos dados coletados nos dois anos anteriores, além de uma considerável evolução em relação ao índice de referência, é muito improvável que o índice previsto para o final do PPA (70,0) seja alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores nesse nível de educação, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil 3 UAB e o Proinfantil, além do Programa de Especialização em Educação Infantil, ofertado no âmbito da Rede Nacional de Formação de Professores.			
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	71,80	10/2010	0,74	85,80	Muito Baixa	Os dados referentes a 2010 informam o alcance de um índice de 74,0. Embora se haja uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, além de uma evolução em relação ao índice de referência, é muito provável que o índice previsto para o final do PPA, de 85,8 não seja alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil - UAB.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1448	Qualidade na Escola	Órgão Responsável		26000	Ministério da Educação (MEC)
Objetivo	Expandir e melhorar a qualidade da actuação básica					
Público-alvo	Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto
		Data	Índice			
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	31/12/2006	95,40	10/2010	91,60	100,00
						Os dados referentes a 2010 informam o alcance de um índice de 91,6. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (100,0) não seja alcançado. Nota-se que o índice se manteve praticamente estável em relação aos últimos dados coletados, com tendência a um sensível recuo, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação de um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0101 Qualificação Social e Profissional	Órgão Responsável				38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego, trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional						
Público-alvo	Trabalhadores e trabalhadores desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (hora)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	191,52	02/2011	199,59	230,00	Muito Baixa
Em que pese o índice previsto para o final de 2011 ser de 200 horas, o alcance de 199,59 horas é avaliado como excelente, tendo em vista que a Resolução nº 575 CODEFAT, de 2008, que baliza o programa de qualificação, prevê uma carga horária média de 200 horas. Isso quer dizer que a duração dos cursos de qualificação tem uma carga horária superior às utilizadas por instituições privadas de qualificação profissional em todo o Brasil. A carga horária de 199,59 significa que os conteúdos teóricos e aulas práticas foram ministrados em tempo suficiente para se manter a qualidade pedagógica, tendo sido abordado nos cursos conteúdos básicos e específicos das ocupações pretendidas. A possibilidade de alcance do índice previsto para 2011 é muito baixa em decorrência de não ter previsão de aumento de carga horária dos cursos em resolução do CODEFAT. A carga horária média anual é de 200 horas, e por ser suficiente para manutenção de qualidade pedagógica dos cursos, não há previsão de aumento.							
Número Índice de Coherência Relativa da População de Baixa Escolaridade (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	89,20	02/2011	69,52	95,00	Média
Historicamente há uma dificuldade das políticas públicas de qualificação em alcançar as pessoas de mais baixa escolaridade, isso porque a integração do Sistema Público de Emprego prevê que seja priorizado na qualificação o público cadastrado nos postos de Intermediação de Mão-de-Obra, no âmbito do SINE (Sistema Nacional de Emprego), e o percentual é muito baixo. O público do programa de qualificação que é de baixa escolaridade chega a um percentual de 69,52%, bem abaixo do índice previsto para 2010 que era de 96,00%.							
Número Índice de Coherência Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	213,17	02/2011	233,28	216,00	Alta
Para o cálculo deste indicador é realizada uma comparação com o mesmo grupo de população constante da População Economicamente Ativa - PEA. O resultado alcançado em 2010 infere que o Programa de Qualificação superou em mais de 100% o percentual desta população na PEA (medida pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD). O aumento desse percentual deve seguir o mesmo aumento que segue a PEA, assim, a necessidade de nova revisão na PLOA 2012 ou em momento oportuno.							
Número Índice de Coherência Relativa da População de Mulheres (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	135,28	02/2011	146,04	136,80	Alta
-							



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0101 Qualificação Social e Profissional				Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional							
Público-alvo	Trabalhadores e trabalhadores desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Aterragem do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice	2011		
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	123,74	02/2011	121,30	127,00	Alta	-
Taxa de Eficiência das Qualificações (%)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depo. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE	31/12/2005	94,00	02/2011	91,66	95,00	Alta	-
Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho (porcentagem)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2007	114,79	02/2011	96,61	99,50	Alta	-
Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social (porcentual)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	70,00	02/2011	72,45	85,00	Alta	-
Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR (porcentagem)	DEQ/SPPE	31/12/2006	6,00	02/2011	1,66	20,00	Muito Baixa	O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Assim, como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE aumentou de 2009 para 2010 e o orçamento da qualificação manteve-se, o índice apurado para este indicador diminuiu. E como a LOA 2011 já foi aprovada com um valor próximo ao vigente em 2010, não há porque estimar um atendimento maior do que o alcançado em 2010 no que diz respeito à meta física.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais				Órgão Responsável		56000	Ministério das Cidades (MCI/cidades)
Objetivo	Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica							
Público-alvo	População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (porcentagem)	Ministério das Cidades	31/12/2003	11,00	-	-	0,00	Muito Baixa	O indicador não possui ferramenta adequada de aferição nas três esferas federais, salvo algumas pesquisas da Fundação João Pinheiro e IBGE. No entanto, essas aferições não são feitas todos os anos, originando lapsos temporais. O indicador será mantido e analisado no PPA 2012-2015, no entanto, é necessário a destinação de recursos para elaboração de metodologia de cálculo de imóveis vazios a partir de setores censitários, visando a construção de uma plataforma on line cuja alimentação poderá ser feita pelos municípios.
Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RDEs ou Capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros (%)	Ministério das Cidades	31/12/2006	6,26	12/2010	28,50	62,63	Baixa	Revisão do universo de atuação do programa de forma a incorporar municípios que tenham necessidade de políticas de reabilitação, mas que não fazem parte de regiões metropolitanas ou RDEs. Também é importante ampliar as ações de capacitação, buscando maior alcance no atendimento a municípios e melhor difusão da política em nível local.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0632. Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira			Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional: "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"					
Público-alvo	Nação brasileira					
Este programa não apresenta indicador.						



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa 0626 Reparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Objetivo Reparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval

Público-alvo Nação brasileira

Este programa não apresenta indicador.

52000

Ministério da Defesa (MD)

Órgão
Responsável



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0628	Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo		Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro			
Público-alvo		Nação brasileira			
Este programa não apresenta indicador.					



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011							Exercício 2011 - Ano base 2010	
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008							Volume II	
Programa	0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional			Órgão Responsável		25000	Ministério da Fazenda (MF)	
Objetivo	Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal							
Público-alvo	União e contribuintes							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	4.898.747.921,20	02/2011	10.791,59	0.500.900.226,06	Alta	-
Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	1.926.000.000,00	02/2011	5.429,00	3.376.568.002,70	Alta	-
Perdas de Recursos da União Esquivadas (R\$)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	31/12/2003	163.065.047,48	02/2011	567.575.263.751,91	253.393.786,92	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0474 Recursos do Mar	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País		
Público-alvo	Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Intermunicipal para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis				Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação						
Público-alvo	Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, agricultores e sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade (percentual alcançado)	IBAMA, IBGE, IPEA	15/8/2003	2,00	-	-	0,50	Baixa
A atual indicador revelou deficiências tanto na disponibilidade de dados para sua mensuração como pela sua confiabilidade em refletir o principal resultado esperado do programa. Deverá ser elaborado e adotado um novo indicador que atenda aos critérios de mensurabilidade e factibilidade, de forma a refletir a condição de sustentabilidade de exploração dos estoques.							

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0102 Rede de Proteção ao Trabalho				Órgão Responsável		38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Garantir o cumprimento das normas legais e convenencionadas de proteção ao trabalho							
Público-alvo	População Economicamente Ativa - PEA							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados (porcentagem)	SFT/SIT/MTE	31/12/2006	86,46	01/2011	77,66	82,75	Média	Alterar o índice para algo em torno de 80%.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0288 Refino de Petróleo	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)					
Objetivo	Ampliar e modernizar o parque de refino, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional								
Público-alvo	Consumidores de derivados do petróleo								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,62	01/2011	1,80	-	Alta	-	-
Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,26	01/2011	1,47	-	Alta	-	-
Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,83	01/2011	1,99	-	Alta	-	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1083 Reforma do Judiciário	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Modernizar e promover a transparência das Instituições do Sistema de Justiça e democratizar o acesso à Justiça, com a implementação de políticas públicas e garantia dos direitos e garantias dos cidadãos		
Público-alvo	Instituições, Operadores do Direito e Sociedade Civil		
Este programa não apresenta indicador.			



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal					Órgão Responsável	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)
Objetivo	Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal							
Público-alvo	Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência (porcentagem)	Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	12/1/2003	4,50	12/2010	2,50	2,40	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1185	Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)			
Objetivo	Contribuir, através do exercício da sua função de regulação para uma Política de Qualificação da qual resulte a construção de um setor de saúde suplementar, cujo principal interesse seja a produção da saúde. Um setor com operadoras sólidas e auto-suficientes, que seja centrado no beneficiário; que realize ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; que observe os princípios de qualidade, integridade e resolutividade; que tenha uma concepção incluyente de todos os profissionais de saúde; que respeite o controle social e que esteja adequadamente articulada com o Sistema Único de Saúde.							
Público-alvo	Beneficiários de planos de saúde, operadoras de planos de saúde, prestadores de serviços de saúde e Gestores Públicos de Saúde							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho de Saúde Suplementar - setor médico-hospitalar (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPI/NGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	30/9/2006	55,10	01/2011	60,50	65,00	Alta	-
Taxa de Desempenho Institucional (%)	Setor responsável pelo cálculo: GGAC/DIGES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	31/12/2006	60,00	01/2011	73,00	70,00	Alta	-
Taxa de Beneficiários em Operadoras Avaliadas pelo Programa de Qualificação em seu "Componente Operadoras" (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPI/NGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	31/12/2006	80,00	01/2011	93,88	90,00	Alta	-
Taxa de Efetividade na Fiscalização (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	31/12/2006	8,00	01/2011	100,00	85,00	Alta	-
Taxa de Otimização do Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	30/6/2007	24,90	01/2011	100,00	100,00	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2011 - Ano base 2010

Volume II

Programa	1264 Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular					Órgão Responsável	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Objetivo	Representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e informar o Governo brasileiro sobre a evolução político-econômica internacional, bem como prestar atendimento consular ao público e assistência a cidadãos brasileiros no exterior							
Público-alvo	Governo brasileiro, sociedade brasileira, comunidade internacional, cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros (porcentagem)	MRE	21/8/2003	9,496,00	01/2011	75,00	100,00	Alta	-
Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais (%)	MRE	21/8/2003	96,56	01/2011	100,00	100,00	Alta	-

Programa	1401 Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos				Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo	Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial as violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contraladas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos							
Público-alvo	Vítimas de violação, autores de denúncias e pessoas que se dispõem a colaborar com o sistema de segurança pública e justiça, especialmente em casos nos quais há um desincentivo à busca dos mecanismos institucionais disponíveis							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Estados com Ovidórios de Polícia Implantados (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	14,00	12/2010	16,00	27,00	Média	Articulação com os Governos Estaduais, buscando o comprometimento das autoridades para a implantação do Programa.
Número de Estados que Aderiram ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	11,00	12/2010	19,00	27,00	Média	Articulação com os Governos Estaduais e com a Sociedade Civil, buscando o comprometimento das autoridades na prevenção da tortura.

Programa	8007 Resíduos Sólidos Urbanos		Órgão Responsável		44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores					
Público-alvo	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país além de fragilidade físico-ambiental, em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Possibilidade Alcance do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice	
Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (porcentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	1/7/2000	91,10	12/2008	100,00	Alta
Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos (porcentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	7/1/2000	29,00	-	-	Média
Conforme já enunciado no ano anterior a fonte indicada para apuração do índice (PNAD) não é adequada para o que se deseja obter. O índice de 2000 está baseado na Pesquisa Nacional em Saneamento Básico - PNSB/2000, na qual se considera aterro controlado como disposição adequada, o que não procede. Os municípios com destinação adequada seriam de 13% e não 29%. Por outro lado, a PNSB é realizada em datas que não coincidem com os períodos necessários. Dessa forma sugere-se a alteração do indicador para TAXA DE DESTINO FINAL ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, tendo como fonte o SNIS ou os OEMAS (Órgãos licenciadores nos estados) e como fórmula de cálculo a especificação da massa de resíduos sólidos urbanos destinada de forma adequada a empreendimentos regularmente licenciados.						

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1029 Resposta aos Desastres e Reconstrução	Órgão Responsável	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)			
Objetivo	Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal						
Público-alvo	Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Resposta aos Desastres e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública (porcentagem)	SEDECMI e Órgãos Estaduais de Defesa Civil	1/1/2004	40,00	-	-	-	Estudos estão sendo realizados para a formulação de novo indicador(es) que retratam a realidade do programa.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)			
Objetivo	Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.						
Público-alvo	Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Índice Previsto	Medidas Corretivas
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	235,00	-	-	-	Alta	Este índice quando apurados, reflete uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraiaba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	19,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fora do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	52,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fora do Rio Paraiaba) (mg/l)	ANA e MMA	73,00	-	-	50,00	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	59,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraiaba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	23,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	21,00	-	-	13,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	19,00	-	-	13,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraiaba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jusante da Foz do Rio Paraiaba) (mg/l)	ANA e MMA	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (fora do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	2,00	-	-	1,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental						Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.								
Público-alvo	Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	MMA e ANA	31/12/2002	15,00	-	-	10,00	Alta	-	
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	3,00	-	-	1,00	Alta	Ressalta-se a imprecisão deste indicador para aferir os resultados deste Programa, em função da complexidade das ações realizadas diretamente pelo Programa.	
Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água (porcentagem)	Codevasf/Ministério da Integração Nacional	-	-	-	-	-	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1287 Saneamento Rural	Órgão Responsável				36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais						
Público-alvo	População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingimento do Índice Previsto
		Data	Índice	Data	Índice		
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas (percentagem)	MS/FUNASA - SISABI	18/7/2005	26,00	03/2011	64,38	-	Média
As ações de saneamento em áreas indígenas realizadas pela Funasa são executadas pelas Coordenações Regionais, que elaboram os projetos, licitam as obras, operam e mantêm os sistemas. As dificuldades maiores referem-se à disponibilidade de recursos humanos e de infraestrutura. Portanto, dentre as medidas corretivas necessárias estão: aumentar o corpo técnico da Funasa, disponibilizar recursos para manutenção dos sistemas, acelerar a elaboração de projetos, acelerar procedimentos licitatórios, aumentar infraestrutura logística para acompanhamento das obras.							
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	16,00	03/2011	32,80	-	Média
Uma das medidas que poderia ser adotada para melhorar os índices seria apoiar os municípios/governos estaduais na elaboração dos projetos, uma vez que esse problema tem sido um dos maiores entraves para execução das ações. Outra medida importante para o alcance da meta programada seria o aumento de recursos para atender o número de domicílios programados.							
Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais (%)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	22,70	03/2011	26,00	-	Baixa
Uma das medidas que poderia ser adotada para melhorar os índices seria apoiar os municípios/governos estaduais na elaboração dos projetos, uma vez que esse problema tem sido um dos maiores entraves para execução das ações, outra medida importante para o alcance da meta programada seria o aumento de recursos para atender o número de domicílios programados.							

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011									
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008									
Exercício 2011 - Ano base 2010									
Volume II									
Programa	0639 Segurança da Navegação Aquaviária				Órgão Responsável		52000	Ministério da Defesa (MD)	
Objetivo	Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira								
Público-alvo	Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Coeficiente de Acidentes Náuticos (1/1.000)	Diretoria de Portos e Costas	31/12/2002	1,60	12/2010	1,30	1,60	Alta		

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				
Objetivo	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos							
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/8/2007	1.600,00	12/2010	1.530,00	2.700,00	Alta	-
Área Declarada Livre de Febre Afosa com Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	1.350.461,71	12/2010	4.944.883,46	8.419.530,00	Baixa	Os estados das regiões Norte e Nordeste devem avançar em relação a pessoal e vigilância da enfermidade, para alcançar o status de livre de febre afosa com vacinação.
Área Declarada Livre de Febre Afosa sem Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	95.346,18	12/2010	95.346,00	95.346,00	Alta	-
Área Livre de Sigaotoka Negra (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/6/2009	2.426,00	12/2010	2.494,00	2.426,00	Baixa	Sensibilização de Unidades da Federação para adesão ao programa de áreas livres de sigaotoka negra.
Incidência da Praga Cydia Pomonella (município)	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	3,00	12/2010	2,00	1,00	Média	Intensificação das medidas de erradicação previstas na IN MAPA nº 48/2007. Esperava-se que a doença estivesse erradicada em Santa Catarina, porém o doença foi novamente constatada nessa área.
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucella e Tuberculose Bovina e Bbubalina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	8/1/2004	-	12/2010	129,00	2.500,00	Alta	-
Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vacca Louca (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2001	-	12/2010	0,00	0,00	Alta	-
Número de Ocorrências de Raiva Bovina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	2.454,00	12/2010	1.327,00	1.800,00	Média	Incremento do quadro de pessoal nos órgãos estaduais e nas superintendências do MAPA.
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2002	90,00	12/2009	94,00	95,00	Alta	-
Taxa de Incidência da Doença Cancro Crítico (porcentagem (%))	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	0,30	12/2010	0,20	0,20	Alta	-



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0623 Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro				Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)	
Objetivo	Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil							
Público-alvo	Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assiantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Espaço Aéreo Monitorado (porcentagem)	DEPV/CISCEA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	95,00	12/20/10	89,00	95,00	Alta	-
Índice de Acidentes Aeronáuticos (porcentagem)	CENIPA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	0,80	12/20/10	0,70	0,90	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2011 - Ano base 2010

Volume II

Programa	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos					Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI)
Objetivo	Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		Previsto	
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	6,30	12/2/08	6,70	6,30	Média	Não contingenciamento do Funset e adequação da equipe técnica à atribuições do órgão
Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	91,10	12/2/09	67,20	91,10	Média	Em razão das alterações de metodologia de apuração dos dados, o Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos foi alterado de 91,1 para 75 (exercício de 2011). Considerando a drástica redução na doação orçamentária para o denatran em 2011, o alcance da meta previsto pode ficar prejudicado.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	Órgão Responsável		22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)		
Objetivo	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores						
Público-alvo	Produtores, indústrias, comercialistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, lojas de mercadorias e consumidores						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice		
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal (número índice)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOV/DIPOA	12/1/2005	0,74	12/2010	0,75		0,85
Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (índice numérico)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA	17/2007	-	12/2010	0,47		0,70
Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APCC) (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	250,00	12/2010	229,00		300,00
Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	3.800,00	12/2010	6.490,00	3.800,00	
Ajustes na Programação de Execução Física em 2011.							
1. Aumentar a capacidade operacional da rede laboratorial como a ampliação de análises realizadas pela rede credenciada, aquisição de equipamentos modernos; 2. Implantação de Metodologias com respostas analíticas mais rápidas e em maior volume; 3. Renovação do Termo de Cooperação Técnica com o CNPq para fortalecimento e apoio à Pesquisa, 4.Desenvolvimento e Validação de Métodos Analíticos por meio de concessão de Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq. 5. Homologação do módulo SAC/SIPE/SISLAB, Serviço de Auditoria e Credenciamento/Sistema Informatizado de Gestão Laboratorial e do Sistema de Informações Gerenciais para Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos; 6.Sistema Informatizado de Gestão Laboratorial (SIGLA/SISLAB). 7. Acreditação pelo INMETRO dos Langnors SP, MG e RS na ABNT NBR ISO/IEC 17025							

Ajustes na Programação de execução física.

1. Aumentar a capacidade operacional da rede laboratorial como a ampliação de análises realizadas pela rede credenciada, aquisição de equipamentos modernos; 2. Implantação de Metodologias com respostas analíticas mais rápidas e em maior volume; 3. Renovação do Termo de Cooperação Técnica com o CNPq para fortalecimento e apoio à Pesquisa, 4. Desenvolvimento e Validação de Métodos Analíticos por meio de concessão de Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq; 5. Homologação do módulo SAC/SIPE/SISLAB, Serviço de Auditoria e Credenciamento/Sistema Informatizado de Gestão Laboratorial e do Sistema de Informações Gerenciais para Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos; 6. Sistema Informatizado de Gestão Laboratorial (SIGLA/SISLAB); 7. Acreditação pelo INMETRO dos Laboratórios SP, MG e RS na ABNT NBR ISO/IEC 17025

Ajustes na Programação de Execução Física em 2011.

Para o próximo PPA- reavaliar o indicador

Programa	1184 Segurança e Saúde no Trabalho				Órgão Responsável			38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Objetivo	Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho								
Público-alvo	Trabalhadores formais e informais								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Coefficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho (1/1.000)	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	15,63	12/2010	13,44	13,40	Alta	-	
Coefficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho (1/10.000)	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	12,00	12/2010	61,89	52,00	Baixa	É baixa a probabilidade de se alterar de forma tão significativa o coeficiente de doenças em um período de um ano.	
Coefficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho (1/100.000)	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	10,75	12/2010	8,57	9,10	Alta	-	
Coefficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde (1/1.000)	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	770,00	12/2010	624,09	750,00	Baixa	Recomposição do quadro de auditores fiscais do trabalho.	
Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO (unidade)	Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO	1/12/2006	15,00	12/2010	31,00	35,00	Baixa	Suspensão das restrições orçamentárias.	
Taxa de Acidentes Fatais Investigados (porcentagem)	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	22,45	12/2010	30,01	30,00	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais				Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito							
Público-alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Sensação de Segurança (%)	Pesquisa de opinião	1/1/2007	65,00	-	-	80,00	Baixa	Atualização do efetivo. Complemento dos 13.098 cargos previstos em lei. Elevação do orçamento para investimento e custeio para 450 milhões anuais.
Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	1,51	01/2011	1,29	1,35	Alta	-
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (unidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	27,20	01/2011	27,13	25,50	Baixa	O principal óbice para atingir essa meta é a falta de efetivo. O DPRF possui um quadro legal de 13.098 policiais, entretanto, apenas 9.178 cargos estavam preenchidos até o fim do exercício 2010. Outro óbice de grande importância é a disponibilidade orçamentária/financeira muito aquém da demanda. Essa restrição não tem permitido avançar com a fiscalização e o monitoramento eletrônico, bem como tem restringido as notificações das autuações(multas) e das imposições de penalidades, contribuindo assim para a maior sensação de impunidade e para a frustração de receita.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados				Órgão Responsável		36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemácias							
Público-alvo	Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo por paciente de fatores de Coagulação VIII (Hemofilia A) (ccc)	Sistema Hemovida - Coagulaptinas Web	-	0,00	12/2010	29.291,00	30.000,00	Média	Em observância ao alcance do percentual de 97,6% na execução da meta física prevista para o exercício, consideram-se que não há necessidade de medidas corretivas, no entanto faz-se necessária a disponibilização de maior número de UI fator VII por paciente, em atendimento a recomendação da Federação Mundial de Hemofilia que preconiza a disponibilização de 3UI por habitante/ ano. A Quantidade de 3UI por habitante/ ano garantiria a implantação da profilaxia primária no Brasil, justificando a necessidade da revisão do índice de referência para este indicador.
Taxa de Doação de Sangue (%)	Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIASUS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	31/12/2006	2,00	12/2010	1,75	2,00	Média	Em observância ao alcance do percentual de 87,5% na execução da meta física prevista para o exercício, constatou-se a garantia do atendimento à atual demanda transfusional do País. No entanto, considerando-se o aumento da complexidade em saúde e a necessidade de atendimento as situações de catástrofe, faz-se necessário o aumento das campanhas de mídia ao longo do ano, a ampliação da capacidade de coletas móveis e dos horários de atendimento aos candidatos à doação de sangue na Rede de Serviços.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes</i>		
Público-alvo	<i>Militares das Forças Armadas e seus dependentes</i>		

Este programa não apresenta indicador.



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto				Órgão Responsável		56000 Ministério das Cidades (MCI)cidades)	
Objetivo		Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário							
Público-alvo		População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (porcentagem)	SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	31/12/2005	35,30	12/2008	34,60	43,96	Média	O índice de referência de 2005 apresentado pelo Sigplan não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto houve um aumento significativo neste indicador de desempenho do Programa.	
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	82,30	09/2009	93,50	86,00	Alta	-	
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto (porcentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	48,20	09/2009	80,40	55,00	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		0153 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente		Órgão Responsável		20121		Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	
Objetivo		Consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente							
Público-alvo		Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas		
		Data	Índice	Data	Índice				
Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos Capacitados (%)	SEDH/PR	31/12/2007	50,00	01/2011	70,00	100,00	-	-	-
Taxa de Municípios com Implantação de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (%)	SPDCA/SEDH/PR	-	-	01/2011	95,00	-	-	-	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0152 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pro-SINASE						Órgão Responsável	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	Fortalecer a implementação do SINASE, visando a efetividade das medidas socioeducativas								
Público-alvo	Adolescentes em conflito com a lei								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Deficit de Vagas nas Unidades socioeducativas de Meio Fechado (unidade)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/8/2006	3.396,00	01/2011	1.228,00	810,00	Média	- Sensibilização junto aos Governos Estaduais para investimentos de recursos próprios na ampliação da rede de unidades sócio-educativas, incidindo na criação de novas vagas diminuindo a super lotação e cumprimento de medidas sócio educativas em lugares inadequados. - Qualificação das medidas de meio aberto buscando assim promover o uso dessas medidas em detrimento daquela de internação, conforme preconizado no ECA, o que incidirá na diminuição da demanda por vagas nas unidades sócio-educativas.	
Razão entre Adolescentes Cumprindo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/SEDH	31/12/2007	2,03	01/2011	5,44	3,00	Alta	-	
Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (%)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo SPDCA/SEDH	31/12/2005	12,70	01/2011	13,66	50,00	Alta	-	
Taxa de Municipalização das Medidas socioeducativas de Meio Aberto nas Grandes Cidades (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/ SEDH	31/12/2005	40,00	01/2011	97,00	100,00	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP				Órgão Responsável		30000	Ministério da Justiça (MJ)
Objetivo	Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações em todo o território nacional para a prevenção e o controle da criminalidade							
Público-alvo	Toda a sociedade brasileira e em especial os Operadores de Segurança Pública							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Gestão da SENASP (%)	SENASP	1/7/2007	-	-	-	100,00	Alta	-
Índice de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	-	-	-	100,00	Alta	-
Índice de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	-	-	-	100,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira</i>		
Público-alvo	<i>Nação Brasileira</i>		
Este programa não apresenta indicador.			

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0629 Tecnologia de Uso Naval	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval			
Público-alvo	Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval			
Este programa não apresenta indicador.				



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0642 Tecnologia de Uso Terrestre	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército</i>			
Público-alvo	<i>Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar</i>			
Este programa não apresenta indicador.				



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1335 Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família				Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)		
Objetivo	Contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o acesso inadequado da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação, com o cumprimento das condicionalidades nestas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias							
Público-alvo	Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ 60,00							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de acompanhamento das Condiionalidades de Educação (%)	Sistema de Condiionalidades - SENARC/MDS	1/12/2006	70,23	12/2010	88,55	95,00	Baixa	
Taxa de acompanhamento das Condiionalidades de Saúde (%)	Sistema de Condiionalidades - SENARC/MDS	1/3/2006	33,40	01/2011	68,42	80,00	Baixa	
Taxa de Atendimento às Famílias Pobres (porcentagem)	SENARC/MDS e IBGE	1/7/2007	100,00	12/2010	97,59	100,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0290 Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis				Órgão Responsável		32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
Objetivo	Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e às exigências ambientais							
Público-alvo	Consumidores de petróleo e derivados							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhão de m³ por dia)	Petrobras Transportes S.A. - Transporte	31/12/2006	10,05	12/2010	11,47	-	Alta	Quantidade máx x H/dia x D/mês onde: Quantidade máx é a vazão máxima do duto em m³/h, H/dia é o número de horas de operação por dia e D/mês é o número de dias do mês.
Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)	Petrobras Transporte	31/12/1996	7.011,00	12/2010	7.179,00	-	Alta	-
Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados (porcentagem)	Petrobras	31/12/2002	48,00	12/2010	29,00	-	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão					Órgão Responsável	54000	Ministério do Turismo (MTur)
Objetivo	Aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda							
Público-alvo	Turistas domésticos e trade turístico							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Competitividade dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional (porcentagem)	Relatório Brasil, 2008, FGV/MTur/Sebrae, 2008, p. 66	15/4/2008	52,00	12/2010	56,00	65,00	Alta	-
Fluxo de Turistas Domésticos (milhão)	EMBRATUR	31/12/2005	139,00	12/2010	186,05	220,00	Alta	-
Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo (milhar)	RAIS/MTE e Ministério do Turismo	31/12/2005	327,00	-	-	550,00	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0257 Universalização dos Serviços de Telecomunicações				Órgão Responsável	41000	Ministério das Comunicações (MC)	
Objetivo	Promover a universalização do acesso à infra-estrutura de telecomunicações							
Público-alvo	Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, pessoas com deficiência carentes, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acessos a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2011	0,00	0,00	Alta	Sem considerações.
Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2011	0,00	0,07	Muito Baixa	Sem considerações.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa			1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários				Órgão Responsável		56000		Ministério das Cidades (MCI)	
Objetivo												
Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade												
Público-alvo												
Famílias de baixa renda moradores de assentamentos humanos precários												
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas				
		Data	Índice	Data	Índice							
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	10,50	12/2/08	7,93	1,50	Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, uma vez que, a utilização de indicadores habitacionais macro não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator- investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do déficit. Além disso, o indicador no exercício refere-se à PNAD 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualização posterior baseada nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior.				
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	4,20	12/2/08	4,25	2,23	Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, pelos motivos expostos no item anterior. Sobre o indicador taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas, é possível ainda considerar, como hipótese para o aumento do índice atingido no exercício, o adensamento que vem sendo observado nos assentamentos subnormais de maneira geral, em virtude de, por um lado, haver melhoria da qualidade da habitabilidade dos assentamentos em urbanização, gerando também expectativa de melhoria naqueles ainda não urbanizados; e por outro lado, a ausência de alternativa habitacional regularizada compatível com a faixa de renda dessa população, o que veio a ser suprido, pelo menos parcialmente, pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Deve ser considerado, ainda, que o Programa de Urbanização em questão não intervém apenas naqueles assentamentos cadastrados pelo IBGE como subnormais, e sim, conforme definição de assentamentos precários contida nos normativos do programa e demanda dos tomadores.				
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infraestrutura urbana adequada (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	31,20	12/2/08	14,79	16,30	Alta	O indicador no exercício refere-se à PNAD 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Para este indicador cabe a observação anterior da não adequação da utilização de indicadores habitacionais macro.				
Taxa de domicílios urbanos, em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)	31/12/2006	2,24	-	-	11,12	Muito Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, ou propiciar formas de sua obtenção por meio de pesquisas específicas.				

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (M.Cidades)				
Objetivo	Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade							
Público-alvo	Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de domicílios urbanos com regularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2002	6,00	-	-	0,00	Muito Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, ou propiciar formas de sua obtenção por meio de pesquisas específicas.

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1456 Vetor Logístico Amazônico	Órgão Responsável						39000	Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT								
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará								
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade A alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Amazônico (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Amazônico (carro/h/dia)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	
Frete Unitário no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Amazônico (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Amazônico (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Amazônico (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Amazônico (minuto)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1457 Vetor Logístico Centro-Norte	Órgão Responsável				39000	Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT							
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Norte (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Norte (carro/h/dia)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Norte (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Norte (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Norte (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (minuto/l)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste	Órgão Responsável						39000	Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO									
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas		
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Sudeste (1000t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Sudeste (carro/h/dia)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Sudeste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Sudeste (horas)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Sudeste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste (minutos)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1458 Vetor Logístico Leste	Órgão Responsável				39000	Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES, RJ e nordeste do estado de GO							
Público-alvo	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Leste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Leste (carro/h/dia)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Leste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Leste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Leste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Leste (minuto)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa		1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional		Órgão Responsável		39000	Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo		Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE		Usaditos de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe					
Público-alvo									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas		
		Data	Índice	Data	Índice				
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Meridional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Meridional (carro/h/dia)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Meridional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Meridional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Nordeste Meridional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (minuto)	SEGES/MT	-	-	-	-	Alta	-	-	



Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Órgão Responsável					39000	Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL									
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas		
		Data	Índice	Data	Índice					
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (carro/h/dia)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (minuto)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-		

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1462 Vetor Logístico Sul	Órgão Responsável				39000	Ministério dos Transportes (MT)	
Objetivo	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS							
Público-alvo	Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Sul (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Sul (carro/h/dia)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Sul (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Sul (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Sul (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Sul (minuto)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços				Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes						
Público-alvo	Sociedade						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade	Medidas Corretivas	
		Data	Data	2011	Previsão		
Ampliação de culturas agrícolas analisadas quanto a resíduos de agrotóxicos. (percentual %)	http://www.anvisa.gov.br/tox/tecnologias/residuos/index.htm	31/12/2009	0,18	0,18	Alta	-	
Coefficiente de notificação de reação adversa grave a medicamentos (índice numérico)	Notivisa (Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária - J)/ANVISA	31/12/2006	15,05	7,00	Alta	-	
Taxa de inspeções sanitárias em hospitais (%)	SINAVISA/ANVISA e CNES/MS	31/12/2006	75,14	80,00	Alta	-	
Taxa de inspeções sanitárias em indústrias de medicamentos (%)	SINAVISA/ANVISA	31/12/2006	58,00	65,00	Alta	O resultado obtido em 2010 foi de 58%, inferior à meta pactuada de inspeção em 60% do total de indústrias de medicamentos cadastradas. Assim, de acordo com a análise a meta será reformulada, com vistas a torná-la mais efetiva.	

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos				Órgão Responsável		36000	Ministério da Saúde (MS)
Objetivo	Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna							
Público-alvo	Sociedade							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010	Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Atingir o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice			
Incidência Parasitária Anual de Malária na Amazônia Legal - IPA (1/1.000)	Ministério da Saúde	31/12/2006	26,60	01/2011	12,90	15,70	Alta	-
Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente (%)	SVS/MS	31/12/2006	74,60	04/2011	80,36	80,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano (%)	SI-API SMS/ SES/MS - CGPNI / SVS	31/12/2006	96,75	04/2011	91,23	95,00	Alta	-
Taxa de Cura da Hanseníase (%)	SINAN/MS	30/12/2007	75,25	04/2011	80,70	90,00	Muito Baixa	As estratégias utilizadas para obter melhores resultados necessitam de: implementação da descentralização das ações de hanseníase; as assessorias técnicas em vigilância epidemiológica e sistema de informação; monitoramento de indicadores com reorientação para os três níveis de gestão; controle social em diversos espaços de discussão; realização e apoio a cursos do SINAN, com enfoque para a hanseníase; e debate ampliado sobre a importância do indicador em diversos fóruns de discussão das ações do Programa.
Taxa de Cura da Tuberculose (%)	SVS/MS	31/12/2005	62,73	01/2011	64,10	85,00	Muito Baixa	As medidas corretivas necessárias e já implementadas pelo PNCT são a melhoria do sistema de informação (Sinan), a atualização do esquema de tratamento de acordo com recomendações internacionais, aumento da realização do Tratamento Diretamente Observado, dentre outras.
Taxa de Incidência de Aids (1/100.000)	Ministério da Saúde	31/12/2006	18,70	01/2011	18,50	17,30	Alta	-

Exercício 2011 - Ano base 2010
Volume II

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo				Órgão Responsável		51000	Ministério do Esporte (ME)
Objetivo	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens							
Público-alvo	Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Nível de Atendimento de participantes do sexo Feminino (percentual)	Banco de dados do Sistema do Programa Segundo Tempo - Convênios do Portal do Ministério do Esporte	29/4/2009	37,00	12/2010	39,54	39,00	Alta	O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de ampliar o atendimento aos participantes do sexo feminino junto ao público-alvo do Programa, que tem sido executado por um conjunto de ações, como a inclusão do tema gênero na capacitação, na realização de estudos e pesquisas e do piloto Aeróbica.
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens (percentual)	SNEED/ME - IBGE/PNAD	31/12/2005	0,01	12/2010	0,53	1,60	Média	Além dos aspectos metodológicos, vale destacar os inúmeros esforços empreendidos pela gestão. No entanto, ainda resta muito a ser feito para ser universalizado o esporte no Brasil. Atende-se atualmente em média apenas 4% das crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica considerando-se os convênios plurianuais em vigência (0,53% se considerado apenas o quantitativo de beneficiários informado no SIGPlan, ou seja, convênios pagos no ano). O orçamento não foi ampliado e o formato de execução tampouco possibilita a ampliação em escala suficiente para a universalização, tomando as estratégias da articulação institucional, em especial, com o MEC, de suma importância para garantia deste direito constitucional. Assim, considerando a estratégia em andamento, reavaliou-se de baixa para média a possibilidade de atingir o índice/meta previsto, devido ao curto espaço de tempo entre a efetivação da parceria e o final do atual PPA, para a obtenção dos resultados da parceria.
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros (percentual)	SNEED/ME - IBGE	31/12/2006	0,11	12/2010	5,90	8,50	Alta	Avalia-se como alta a possibilidade de alcance do índice/meta prevista para esse indicador, uma vez que o Segundo Tempo ao longo do próximo ano estará presente em diversas escolas públicas que integram o Programa Mais Educação, cuja execução se dará de forma mais descentralizada das regiões metropolitanas.
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes e Regiões Metropolitanas (percentual)	SNEED/ME - IBGE	31/12/2007	0,29	12/2010	15,42	10,00	Alta	O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de alcançar todos os municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas.
Taxa de beneficiários atendidos por coordenadores de núcleos capacitados (percentual)	SNEED	2/1/2009	80,00	12/2010	96,88	87,00	Alta	O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de atingir 100% de beneficiários atendidos por coordenadores de núcleo e monitores capacitados.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011										Exercício 2011 - Ano base 2010		
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008										Volume II		
Programa	0512 Zoneamento Ecológico-Econômico		Órgão Responsável								44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Objetivo	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País											
Público-alvo	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)											
	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas			
Taxa de Zoneamento do Território Nacional (porcentagem)		Ministério do Meio Ambiente	31/12/2003	16,00	12/2010	0,00	225,00	Muito Baixa	O índice previsto de 225% está errado, porque ele soma várias escalas para o mesmo território. O índice acumulado do Programa desde seu início é de 48,2% na escala 1:250.000 e maiores. Necessidade de revisão da apuração do índice nos últimos anos e na previsão para 2011. A previsão correta para o final do PPA (2011) é que cerca de 2/3 do território nacional (67%) possui Zoneamentos com a fase de Prognóstico concluída. Avançar nos indicadores de monitoramento e avaliação de desempenho do Programa. Os ZEEs elaborados precisam ser enviados à Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional.			



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**



Edição de hoje: 330 páginas

OS: 2011/14821